



**ARTUR DOMINGOS
PIRES SALVADOR**

**A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO DAS
CIDADES. O CASO DE AVEIRO**





**ARTUR DOMINGOS
PIRES SALVADOR**

**A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO DAS
CIDADES. O CASO DE AVEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para
cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Gestão de Inovação e do Conhecimento, realizada sob a
orientação científica
do Prof. Doutor. Joaquim Borges Gouveia,
Professor Catedrático do Departamento de Engenharia e Gestão
Industrial da Universidade de Aveiro.

aos meus...

o júri

Presidente

Doutor Henrique Manuel Morais Diz,
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Vogal

Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (**Orientador**)

Vogal

Doutor Manuel Duarte Mendes Monteiro Laranja
Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

palavras-chave

Competitividade, Inovação, Cidade, Região, Cluster's, Sustentabilidade

resumo

A competitividade, um conceito premente na economia global, recorre hoje com grande frequência à inovação, para atrair e fidelizar publico a um processo de negócio.

Ser competitivo e promover o desenvolvimento económico equilibrado de um ou mais territórios, depende de factores decisivos do quotidiano, como os recursos em I&D, em formação e empregabilidade, bem como factores que potenciam e dinamizam as relações inter-regionais, apostadas na diversificação da oferta, tanto de serviços de qualidade, como de novos produtos; que no conjunto elevam a qualidade de vida nas cidades.

As mesmas cidades que podem competir entre si, complementando-se e alargando conceitos, como a atracção de investimento, até à fixação de pessoas, passando, pela mobilidade sazonal de pessoas e bens, e de trocas culturais, sociais e desportivas.

Com recurso a indicadores regionais, disponibilizados por entidades acreditadas no nosso sistema político, e económico, faremos uso das melhores praticas nacionais e europeias, e vamos comparar de forma sistémica valores que colocam o Baixo Vouga num patamar de destaque face ao panorama nacional, que em muito se traduz no desenvolvimento de cluster's importantes, como a metalurgia, as telecomunicações, o Vinho e a Cerâmica.

Nesta perspectiva, pretende-se demonstrar a importante contribuição que pode a competitividade ter nas redes intermunicipais, para a construção de uma nova dimensão económica na Região do Baixo Vouga, e Aveiro consequentemente.

keywords

Competitiveness, Innovation, City, Region, Clusters, and Sustainability

abstract

Competitiveness, as an important concept in global economy today, uses frequently innovation, to attract and retain public, in a business process. To be competitive and to promote balanced economical development in one or more territories, depends on the exploration of everyday key issues, such as resources in I&D, training and employability, as well as issues that increase and encourage inter-regional relations, focusing on diversification of supply, as in quality services or new products, which on the whole amount, rises the quality of life in cities.

The same cities, can compete among each other, complementing and expanding concepts, such as investment attraction, people setting, seasonal mobility of goods and people, and cultural, social and sports interchanges.

With a resource to regional indicators, given by accredited entities of our economical and political system, we will make use of our best National and European practices, by comparing in a systemic way values, that place the Baixo Vouga in a national level of development, facing the national important major clusters, such as metallurgy, telecommunications, wine and ceramics.

Therefore, we intend to demonstrate the important contribution that competitiveness can have in intermunicipal networks, for the construction of a new economical dimension on the Baixo Vouga Region, and consequently, in Aveiro.

“Não há países subdesenvolvidos, há países subgeridos”
Peter Drucker (1993)

Índice

Abreviaturas.....	10
Capítulo I.....	11
Introdução	11
Capítulo II.....	17
2. Competitividade e inovação: conceitos e relativizações de enquadramento	18
2.1. Diagnostico de factores e domínios transversais de competitividade	21
2.1.1. Tecido Empresarial, Internacionalização e Empreendedorismo.....	21
2.1.2. I&D, Inovação e Sociedade da Informação	26
2.1.3. Envolvente de Apoio à Competitividade Empresarial.....	28
2.1.4. Custos Públicos de Contexto.....	30
2.2. O empreendedorismo como factor determinante de crescimento.....	32
2.3. Modelo sistémico e de organização territorial no Baixo Vouga.....	34
2.3.1. Organização Territorial no Baixo Vouga.....	35
2.3.1.1. Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial	36
2.3.1.2. Gestão de Conhecimento e Recursos humanos	37
2.3.1.2.1. A importância das instituições de ensino.....	39
2.3.2. Dimensões Sectoriais e Regionais.....	40
2.3.2.1. Análise SWOT regional.....	41
Capítulo III.....	44
Políticas de Inovação e as cidades.....	44
3. Políticas de Inovação na Europa.....	45
3.1. O sistema de Inovação em Portugal.....	47
3.1.2. Parcerias de I&D+i nas cidades	48
3.1.3. Inovação regional segundo referências do Trendchart	50
3.2. As cidades, a inovação e a Globalização	53
3.2.1. A cidade em rede e os desafios do e-business	55
3.2.2. Desenvolvimento de novos produtos, serviços e ciclos económicos.....	56
3.3. Modelos e referências de sucesso das cidades.....	59
3.3.1. Cidade competitiva versus cidade sustentável	59
3.3.2. Dinâmicas de coesão económica e social.....	62
3.3.3. Inovação e cenários de diferenciação na região de Aveiro	64
3.3.3.1. Grandes linhas de evolução da estrutura produtiva na Região Centro.....	66
3.3.3.1.1. Padrões de Especialização Produtiva	66
3.3.3.1.2. Linhas de Evolução da Indústria.....	68
Capítulo IV.....	70
Plano de Desenvolvimento das Cidades	70
4. Planeamento e perspectiva estratégica das cidades.....	72
4.1. O Processo de decisão na concretização de objectivos	73
4.1.1. O conhecimento com factor determinante da resposta ao investimento	74
4.1.2. O plano estratégico: definição e objectivos.	75
4.1.2.1. O Planeamento Estratégico no Baixo Vouga.....	76
4.1.2.2. A Importância da elaboração de um Plano Estratégico	77
4.1.2.3. Elaboração de um Plano Estratégico: perspectiva generalizada	77
4.2. Um plano estratégico para Aveiro	82
4.2.1. Diagnóstico de oportunidades e diagnóstico prospectivo.....	85
4.2.1.1. Estratégia de Lisboa	86
4.2.1.2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	87

4.2.1.3. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	89
4.2.2. Projectos para a definição de linhas estratégicas.....	91
4.2.3. A cidade das pessoas versus projectos sustentáveis.....	91
4.3. O Modelo de Organização das Cidades	93
4.3.1. Modelos de Gestão e Estratégias de integração e de diferenciação	93
4.3.1.1. Ambiente e Energia	94
4.3.1.2. Educação e Formação.....	94
4.3.1.3. Desenvolvimento Económico	95
4.3.1.4. Revitalização Urbana	95
4.3.1.5. Mobilidade e Transportes.....	95
4.3.1.6. Cultura, Património e Turismo.....	96
4.3.1.7. Modernização Administrativa.....	96
4.3.1.8. Desporto.....	97
4.3.1.9. Saúde e Acção Social	97
4.3.1.10. Justiça e cidadania	98
4.3.2. Dinâmicas e perspectiva sistémicas de desenvolvimento.....	98
4.3.3. Parcerias Publico/Privado no investimento	100
4.3.4. Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN 2007-2013).....	104
4.3.4.1. Um novo paradigma do desenvolvimento	107
4.3.4.2. Coerência Externa do QREN.....	109
Capítulo V.....	111
O caso de Aveiro.....	111
5. Aveiro: região e cidade de convergência.....	112
5.1. Metodologia e contextualização	113
5.2. Variáveis em estudo e conceitos institucionais relevantes.....	115
5.2.1. Emprego e desenvolvimento industrial	117
5.2.2. Relação do Baixo Vouga com a Grande Área Metropolitana de Aveiro.....	129
5.3. Cluster's regionais com relação directa na competitividade	130
5.3.1. Ciência, Tecnologia e Inovação.....	132
5.3.1.1. Recursos Humanos em I&D.....	132
5.3.1.2. Cluster's históricos da Região Centro	134
5.3.1.2.1. O Cluster Cerâmica	136
5.3.1.2.2. Cluster Vinho	136
5.3.1.2.3. Cluster Telecomunicações.....	137
5.3.1.2.3. Cluster Metalurgia.....	138
Capítulo VI.....	141
Conclusões.....	141
Capítulo VII.....	146
Referências Bibliográficas.....	146
Capítulo VIII.....	151
Anexos.....	151

Índice de Figuras

Figura 1 - Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: Os Rankings Globais em 2000-2002.....	37
Figura 2 - Performance da Inovação Regional na Europa.....	52
Figura 3 - PIB per capita e Variação Média Anual do PIB: Posicionamento da Região no contexto Europeu.....	58
Figura 4 - O papel das Cidades Médias.....	80
Figura 5 - Instrumentos estratégicos da EU.....	86
Figura 6 - Investimento da Administração Pública por função em Portugal, 2003.....	103
Figura 7 - Temas prioritários propostos pela comissão Europeia para a Política de Coesão.....	110
Figura 8 - QREN e as prioridades da União Europeia nas Áreas da Competitividade.....	110
Figura 9 - Modelo Triple-helix.....	115
Figura 10 - Questionário On-line.....	116
Figura 11 - Despesas por município em Cultura e Desporto em 2004.....	128
Figura 12 - Região Centro.....	130
Figura 13 - Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, EU, NUT II - 2005).....	133
Figura 14 - Cluster Cerâmica.....	136
Figura 15 - Cluster Telecomunicações.....	138
Figura 16 - Portugal - Horizonte 2015: uma visão territorial.....	140

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Inovação Regional na Europa.....	51
Tabela 2 - Ranking das regiões com a alteração de metodologia de análise.....	53
Tabela 3 - Cluster's da Região Centro.....	57
Tabela 4 - Cidades com planos estratégicos disponíveis on-line.....	78
Tabela 5 - Cidades Médias: principais oportunidades e ameaças.....	80
Tabela 6 - Empregabilidade, segundo o nível de habilitações.....	118
Tabela 7 - Indicadores de contas regionais por NUTS III.....	119
Tabela 8 - Actividades económicas NUTS II.....	119
Tabela 9 - Alunos matriculados no Ensino Superior por município no ano lectivo 2004/2005.....	120
Tabela 10 - Alunos matriculados no Ensino Superior com aproveitamento no ano lectivo 2004/2005.....	120
Tabela 11 - Diplomados pela UA no ano lectivo de 2004/2005 (áreas de estudo).....	122
Tabela 12 - Indicadores de inovação empresarial por NUTS II, 2002-2004.....	123
Tabela 13 - Investigação e Desenvolvimento por NUTS II.....	124
Tabela 14 - Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município.....	126
Tabela 15 - População residente por município.....	127
Tabela 16 - Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, EU, NUT II - 2005).....	134
Tabela 17 - Cluster's do Baixo Vouga.....	135

Anexos

Anexo 1 - Enquadramento dos países no contexto EIS.....	152
Anexo 2 - Human resources in science and technology by virtue of occupation (HRSTO) as a percentage of the labour force, by NUTS 2 regions, 2005.....	153
Anexo 3 - Cluster's Baixo Vouga.....	159
Anexo 4 - Linhas de Evolução da Indústria.....	160
Anexo 5 - Factores chave de competitividade.....	161
Anexo 6 - Investimento da Administração Pública (% do PIB).....	162
Anexo 7 - Investimento da Administração Pública (% do investimento total).....	162

Abreviaturas

ACIB	Associação Comercial e Industrial da Bairrada
AD	Administração Pública
ADI	Agência de Inovação
AIDA	Associação Industrial do Distrito de Aveiro
AMRIA	Associação de Municípios da Ria
C&T	Ciência e Tecnologia
CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEC	Câmara do Comércio e Indústria do Centro
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGAL	Direcção Geral das Autarquias Locais
DGCC	Direcção Geral de Comércio e Concorrência
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DI&D	Despesa em Investigação e Desenvolvimento
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
EIS	<i>European Innovation Scoreboard</i>
ETCI	<i>European Trend Chart on Innovation</i>
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GAM	Grande Área Metropolitana
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDAD	Instituto do Ambiente e do Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCCT	Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial
MAOTDR	Ministério do Ambiente e Ordenamento do território e Desenvolvimento Regional
NUT	Nomenclatura Unitária Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PME's	Pequenas e Médias Empresas
PNACE	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego
POFC	Programa Operacional Factores de Competitividade
PPP	Parcerias Público Privadas
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROINOV	Programa Integrado de Apoio à Inovação
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RIS	<i>Regional Innovation Scoreboard</i>
RRSII	Revealed Regional Summary Innovation Index
SIMPLEX	Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa
SIMRIA	Saneamento Integrado dos Municípios da Ria
SNI	Sistema Nacional de Inovação
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMB	Tratamento Mecânico Biológico
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VCR	Vantagens Comparativas Reveladas

Capítulo I

Introdução

Esta dissertação, associa uma cidade a conceitos pouco harmoniosos e de difícil integração, uma vez que os mesmos mais facilmente aparecem ligados a estudos estatísticos e teorias mais ou menos abrangentes da área, de um qualquer plano económico e de gestão.

No entanto, e para esta dissertação, não poderemos deixar de chamar aqui alguns desses conceitos, complementados com dados quantificáveis, uma vez que ao falar de cidades, e de cidades competitivas, pretende-se fazê-lo abordando aspectos que fundamentam as respostas à perguntas que o próprio tema suscita.

O tema em si, alberga o estudo da especificidade e da diferenciação de cidades, e por outro lado, factores que são determinantes para a competitividade das cidades. Só a comparação permitirá aferir com exactidão que factores de competitividade interferem nas relações da cidade com todas as estruturas nela presentes.

Várias são as atribuições e caracterizações possíveis, para definir uma cidade; entre elas alguns efeitos e condicionantes de espaço e ambiente, de grandeza, o seu número de habitantes, estruturas implementadas, mobilidade, transportes, múltiplos aspectos culturais e sociais, entre inúmeros outros factores, presentes no caso de Aveiro; o nosso caso de estudo.

Uma cidade do panorama nacional, que no panorama nacional, figura umas vezes em 3.º outras em 4.º lugar, de acordo com os fins estatísticos ou de volumetria de negócio e tecido empresarial, em causa.

Consequentemente, apesar de Aveiro ser uma cidade de convergência na região onde se integra, Região Centro, jamais poderá ser tratada como um conceito individualizado, na medida em que sistematicamente nos aparece enquadrada em modelos de organização nacional tipificados por exemplo, pela região do Baixo Vouga, ou administrativamente pela Grande Área Metropolitana de Aveiro, ou ainda pela SIMRIA, AMRia ou pela Associação Aveiro Digital.

Falar de cidades, é falar de factores e de contextos muito próprios, que as distinguem pelo seu desempenho económico, mas também pela qualidade de vida que promove e pela qualidade dos serviços prestados, junto das populações

residentes e das profissionalmente mobilizadas; por outro lado, é falar também de semelhanças estruturais e de projectos, que as tornam senão iguais, pelos menos semelhantes; pelo que estará aqui, o centro do debate do tema: pensar global, aplicar local, mas estrategicamente sustentável.

A inovação como factor de competitividade, é uma constante abordada também nesta dissertação, na medida em que o seu crescente recurso é também um factor de diferenciação, permitindo alterações flexíveis e extremamente versáteis, nesta abordagem à inovação; a mesma que poderá promover a diversidade necessária à sobrevivência das cidades, e consequentemente das instituições que se fixaram ou que pretendem vir a fixar, independentemente da sua área de actuação.

Não fosse o empreendedorismo empresarial e o factor inovação, uma mais valia acrescida de Aveiro, e da Região Centro, nomeadamente o Baixo Vouga, e não seriam disponibilizadas verbas para investimento nas PME's, através por exemplo, do PRIME, viabilizando estrategicamente um novo impulso na economia nacional. Desta valorização, a Região Centro concentra em número diversificadas tipologias de PME's, que colocam o Baixo Vouga no topo da competitividade empresarial. Conciliando esta realidade com normativas europeias, que atribuem ao processo empresarial, e ao desenvolvimento de novos produtos a chave para a competitividade num mercado cada vez mais alargado, tornando-se necessário criar uma visão única, e traçar um caminho a seguir.

No caso em estudo, serão confrontados alguns valores disponíveis, no que diz respeito à especificidade dos factores de competitividade em áreas como a industrialização, o comércio, e dinâmicas de coesão económicas e social.

Gerir os factores de competitividade como a inovação, é para esta dissertação, a chave para o sucesso, na medida em que dá alguma relevância ao processo actual de deslocalização de empresas chave de sectores importantes da economia do país, contrapondo esta realidade às recentes e progressivas modificações sociais e tecnológicas, que nas últimas décadas promoveram alterações significativas na competitividade das cidades, e consequentemente no Baixo Vouga, que se viu obrigado a implementar estratégias de transformação a vários níveis.

Fruto desta postura, empresas e empresários, souberam atempadamente e através da inovação, acrescentar valor tanto ao processo de negocio como à prestação de serviços, credibilizando sobremaneira vários cluster's regionais diferenciados como o calçado, a cerâmica, as telecomunicações com a Portugal Telecom a gerir a região, a vinicultura, e o turismo com a Rota da Luz a ter uma postura preponderante no factor diferenciação, nos transportes, nas plataformas logísticas como é exemplo o Porto de Aveiro. A estes conceitos, esta dissertação pretende complementar uma produção crescente de conhecimento aplicado, onde a Universidade de Aveiro e as demais instituições de ensino da região, dão provas de estar à altura do desafio, atendendo a projectos como a INOVA-RIA, o Grupunave, a OTIC da UA, entre outros, promovem uma relação de proximidade no segmento relacional Universidade/Empresa.

Da relevância do tema desta dissertação, podemos antecipadamente colocar a competitividade das cidades num facto simples, ou seja, na bipolarização em torno dos eixos capital-trabalho ou quadros técnicos-operários, uma característica da economia empresarial, que se vê subitamente esvaziada e substituída pela distinção entre indivíduos com acesso e outros sem acesso, a informação categorizada e a comunicações globais, e conhecimentos em áreas diferenciadas.

Os factores de competitividade das cidades serão tratados nesta dissertação em quatro capítulos, que na sua especificidade, lhe darão uma compreensão clara e dignidade ao conteúdo.

Depois de apresentada a relevância do tema, é imperativo dota-lo de conteúdo. No CAPITULO DOIS, iremos abordar a questão central do tema, a inovação como factor de competitividade das cidades.

Para o efeito pensamos ser adequado uma abordagem panorâmica do estado de arte, recorrendo a conceitos de COMPETITIVIDADE e INOVAÇÃO, bem como a um diagnostico aos modelos de organização que com eles interagem, seja pelo empreendedorismo, seja pela análise de diversas dimensões sectoriais na região.

Actualmente, a competitividade traduz-se por uma mudança permanente e constantemente ameaçada; ameaças que ao mesmo tempo se transformam em

oportunidades, é o que vamos tratar no CAPÍTULO TRÊS. A inovação é uma constante que define tanto as cidades como os modelos e as referências de sucesso. Esta é uma consciência cada vez mais presente, só possível graças a uma consequência “histórica” da nossa capacidade em vencer desafios difíceis, e também pelo estímulo, e pelas dinâmicas introduzidas, quando falamos em parcerias multidisciplinares e nos demais desafios no desenvolvimento de novos produtos, e também na prestação de mais e melhores serviços.

Dada a relatividade do tema, o recurso a relatórios adequados e a um permanente confronto entre os dados do EIS, e também como no Trendchart, ajudar-nos-ão a obter uma ideia afinada da relação existente entre inovação e diferenciação, e que tornam a região do Baixo Vouga competitiva.

Um PLANO DE DESENVOLVIMENTO para as cidades, é o que tratamos no CAPÍTULO QUATRO. Os modelos de desenvolvimento devem ser pensados numa perspectiva estratégica, complementando-se na inovação, realçando o facto de termos regiões e cidades competitivas, apoiadas nos seus aspectos potenciais, melhorando procedimentos e posturas.

A supremacia regional, o factor liderança e o conceito de convergência sustentável, atribuem ao Baixo Vouga uma panóplia de oportunidade e desafios, que depois de pensados e planeados estrategicamente, garantem a sua manutenção neste quadrante, bem como o seu modelo de crescimento.

Por outro lado agilizam de tal maneira todo um conjunto de processos, que colocam a região no horizonte do investimento público e privado, com abertura privilegiada a fundos comunitários, nomeadamente ao QREN.

A importância dos fundos comunitários assume tal importância, que mais uma vez, consequência das adaptações permanentes e necessárias, só a intermunicipalidade garante a aprovação dos projectos submetidos para aprovação, e consequentemente, uma nova visão das oportunidades e dos desafios propostos.

É neste sentido, e no QUINTO CAPÍTULO, a concretização prática desta dissertação, que o CASO DE AVEIRO, ganha contornos específicos, e são afinados e adaptados à sua realidade específica.

Aveiro como parte integrante do Baixo Vouga, apresentar-se-á com toda a sua valência, perspicácia e efectividade, a um universo quase sempre bem sucedido, de variáveis e conceitos institucionais, onde factores como o emprego e o desenvolvimento empresarial, serão tidos em conta e relevados como factores preferenciais de competitividade entre cidades.

A competitividade em Aveiro, só tem dimensão e ponderação, quando enquadrada neste ambiente e neste espaço, onde a inovação gerada pelo intercâmbio do conhecimento e do saber fazer, é uma constante das relações entre empresas, instituições e pessoas.

A terminar, é imperativo falar nos cluster's regionais, se bem que não poderemos falar de verdadeiros cluster's regionais, uma vez que eles se encontram muito repartidos pela região, ou pelo distrito, mas ainda assim, são cluster's regionais e fazem a diferença, no conjunto dos factores de competitividade das cidades.

A região do Baixo Vouga em números, e uma análise de competitividade encerrará o caso de estudo desta dissertação.

Capítulo II

Inovação como factor de Competitividade

Esta dissertação, ao abordar a temática da competitividade, contextualizada na inovação não pode deixar de a contextualizar no espaço em que existe interacção com os diferentes intervenientes relacionais, sejam eles pessoas ou instituições, serão sempre os nossos “stakeholders” das cidades.

É dentro deste conceito, que entendemos a competitividade e com esta a inovação, conceitos entre os quais vagueiam interesses legítimos de ambas as partes, pessoas e instituições, que accionam umas vezes através da pressão, outras através capacidade de influência, as relações que directa ou indirectamente constituem a distinção entre cidades pela adopção diferenciada¹ de múltiplos critérios de competitividade, na medida em que ambas representam posições, interesses e ambições legitimamente defendidos e por sua vez distintos.

2. Competitividade e inovação: conceitos e relativizações de enquadramento

A inovação como factor de competitividade, é uma constante abordada nesta dissertação, na medida em que a sua crescente importância é também um factor de diferenciação, permitindo alterações flexíveis e extremamente versáteis; só um pensamento e uma atitude de inovação, poderão promover a adaptabilidade necessária ao sobreviver da capacidade competitiva das cidades, e consequentemente das instituições que já se fixaram ou pretendem vir a fixar, independentemente da sua área de actuação.

Uma cidade competitiva e inovadora associa em si conceitos pouco harmoniosos e de difícil integração, contudo, é impossível abordar esta temática sem utilizar estes mesmos conceitos, estatísticos, médias e percentagens.

Uma primeira abordagem sobre competitividade, mais tradicionalista, e que é conhecida segundo dois conceitos: a empresa, e as relações comerciais estabelecidas.

¹ Quando abordamos aqui o conceito diferenciação, é no sentido que Porter atribui, em “Vantagem Competitiva, 1989:111, a saber «Uma empresa diferencia-se da concorrência se puder ser singular em alguma coisa valiosa para o compradores». Ou seja, e no aspecto que nos interessa, relativo à competitividade das cidades; uma cidade diferencia-se de outra cidade, se puder ser única na sua prestação em várias áreas de actuação.

Por outro, uma perspectiva neoclássica apoiada na competitividade com base no lucro, conseguido através da diminuição de custos unitários na componente produtiva, e pela modificação rápida dessas mesmas bases de competitividade, permitindo assim assegurar o lugar de destaque. (Porter, 1993: 86).

Não é propósito desta dissertação questionar tais conclusões, mas sim utilizá-las como rampa de projecção ao tema aqui abordado: as cidades.

Com o interesse crescente que se verifica neste cruzamento de conceitos, nomeadamente nas últimas décadas, alguns economistas apareceram a questionar a razão do crescimento económico desajustado entre países. Se os conceitos, eram tão universais, restariam para o efeito pretendido que fossem aplicados em concreto para se obter um crescimento equilibrado. Mas a realidade não era essa. Os países eram todos diferentes e tinham aspirações muito diferenciadas.

Falar de competitividade, significa dizer que o conceito tem estado em cima da mesa dos sucessivos governos; assistimos à criação do *“European Council of Competitiveness”* pela Comissão Europeia e, mais recentemente, a chamada Estratégia de Lisboa confirmou o objectivo da UE se tornar em 2010, a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo.

Ao mesmo tempo, e na relevância que o conceito tem para esta dissertação, verificamos uma tendência para o “ressurgimento” das regiões e das cidades “como espaços-chave para a organização e a governação da criação de riqueza e dos factores-chave da competitividade”².

Neste sentido o conceito competitividade, aplicado às cidades e às regiões tem grande relevância, em termos genéricos, ou quando aplicado a Aveiro e à região envolvente do Baixo-Vouga, onde o desafio da competitividade se concentra numa dinâmica de convergência face aos níveis de desenvolvimento e bem-estar da UE, e será tratado no capítulo cinco desta dissertação.

Falar de inovação com um conceito que tem conquistado o seu lugar, quando se fala em relações empresariais e institucionais, é também assumir grande relevância no âmbito alargado da sua projecção, que incide não apenas sobre os

² Boletim da Universidade do Porto, Competitividade das Cidades e Regiões, 2005: 5

diversos processos produtivos e a tecnologia utilizada, mas também sobre os produtos e serviços, a organização e a gestão.

A inovação é um factor chave da competitividade e é reconhecida como um factor diferenciado, com claro impacto no sucesso regional e no quadro global.

Assumindo um paradigma emergente, em que o conhecimento e a inovação são as principais fontes de riqueza e de diferença das nações, das empresas e das pessoas, o Conselho Europeu de Lisboa defendeu uma via europeia de transição para uma economia baseada na Inovação e no conhecimento (SPI, 2005: i).

A globalização dos mercados e as novas parcerias estratégicas, os países e as economias emergentes, a internacionalização crescente das empresas e das actividades de investigação e de inovação, a utilização crescente do recurso à ciência e à tecnologia, o aumento dos custos da investigação, o aumento do desemprego e os factores sociais, como o ambiente, são fenómenos que vieram alterar as condições de produção e de difusão da inovação, bem como as razões subjacentes à intervenção dos poderes públicos neste domínio.

Neste novo contexto, a capacidade das instituições e das empresas para investirem na investigação e no desenvolvimento, no ensino e na formação, na informação, na cooperação é hoje em dia determinante. É necessário trabalhar a médio e longo prazo e, simultaneamente, poder reagir muito rapidamente às dificuldades e oportunidades do presente.

*(...) “Inovação é sinónimo de **produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade** nos domínios económico e social. A inovação traz consigo soluções inéditas para os problemas e permite responder às necessidades das pessoas e da sociedade”³.*

³ No contexto do Livro verde sobre a Inovação, publicado pela Comissão Europeia em 1995: 4

2.1. Diagnostico de factores e domínios transversais de competitividade

Não sendo propósito desta dissertação, aprofundar para além dos aspectos que são conhecidos entre nós, servimo-nos apenas de alguns conceitos que achamos adequados e que complementam neste capítulo os domínios transversais, promovidos pelo governo nacional no contexto de competitividade.

Neste sentido, o diagnostico de factores⁴ será organizado em quatro grandes domínios transversais:

- O tecido empresarial, internacionalização e empreendedorismo
- A I&D, inovação e sociedade da informação
- A envolvente de apoio à competitividade empresarial
- Os custos públicos de contexto

2.1.1. Tecido Empresarial, Internacionalização e Empreendedorismo

É um facto assumido de que a economia portuguesa atravessa algumas dificuldades em se assumir no escalão competitivo dum mercado internacional crescentemente concorrencial e globalizado, e de endogeneizar as alterações de natureza estrutural dos últimos anos, com recurso a fundos estruturais.

Apesar de muitas empresas portuguesas apresentarem um forte dinamismo em sectores com forte potencial de crescimento, o tecido empresarial continua predominantemente dominado por empresas de pequena e média dimensão, essencialmente orientadas para o mercado interno, em produtos e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, com dificuldades acrescidas de

⁴ Para o desenvolvimento teórico destes domínios, e tendo como ponto de partida o plano nacional, achamos cordial (tal e qual o conteúdo de plano de governo no qual nos apoiamos) e sendo a ideologia única, e uma vez que esta se aplica a todas as regiões de Portugal, depois de salvaguardada a diversidade e diferenciação, - tipologias próprias dessas mesmas regiões, e no nosso caso da Região do Baixo Vouga, que em complemento desses domínios sejam apresentadas breves sínteses sectoriais sobre o diagnóstico da situação actual de actividades económicas consideradas centrais na estratégia de competitividade do QREN 2007-2013, nomeadamente a Indústria, a Energia, o Turismo e o Comércio e Serviços, bem como uma análise SWOT que identifica as principais forças e fragilidades de Portugal nesta temática e as principais oportunidades e ameaças com que se defronta o desejado processo de desenvolvimento sustentado e competitivo da economia portuguesa. POFC, 2007: 12-20

sobrevivência face ao aumento da concorrência e com visíveis fragilidades ao nível da gestão, da estratégia e da qualificação dos activos.

Ainda sobre o tecido empresarial nacional, torna-se evidente um problema de produtividade, que não ultrapassou com os apoios concretizados no QCA III, a trajectória observada no período anterior de convergência da produtividade com a média europeia.

Neste contexto a presença crescente de novos pólos de especialização produtiva, as actividades em que Portugal revelam maiores vantagens comparativas em sectores tradicionais, como os têxteis e o vestuário, couro e calçado, obras de madeira, bebidas e cerâmica, assumindo como factor-chave de competitividade o custo do trabalho ou a disponibilidade de recursos naturais.

Na análise dos últimos anos, algumas modificações, traduzidas numa tendência para o reforço do peso dos sectores associados à exploração de economias de escala e à valorização dos recursos naturais e uma diminuição do peso dos sectores cuja competitividade assenta nos baixos custos de trabalho. Os sectores mais centrados na diferenciação do produto e na I&D mantêm uma presença reduzida no perfil de especialização, com ligeira descida no peso dos sectores de baixa intensidade tecnológica.

As exportações portuguesas têm vindo a crescer a um ritmo inferior ao crescimento da procura externa, traduzindo-se em perdas consecutivas de quota de mercado, com contracção das margens de lucro dos exportadores. Esta realidade reforça a necessidade de uma dupla intervenção que alie a valorização de alguns sectores estratégicos nacionais e que têm vindo a perder quota de mercado, com uma intervenção ao nível da alteração do perfil de especialização tecnológica. De facto, as exportações por intensidade tecnológica continuam a ainda a evidenciar um forte peso dos produtos de média e baixa intensidade tecnológica.

Por outro lado, as exportações denotam uma concentração excessiva na EU15 que absorve quase 80%, acentuada pela fortíssima expansão do comércio ibérico entre Portugal e Espanha. Constata-se uma dificuldade de aproveitar as oportunidades

decorrentes do crescimento de mercados emergentes, nomeadamente de alguns países americanos, asiáticos e da Europa Central e de Leste.

Os resultados recentes parecem indiciar que a economia portuguesa começa a sustentar a tendência de degradação da sua base produtiva transaccionável internacionalmente. Os resultados actuais e os previsíveis para os próximos anos de aumento das exportações a taxas maiores do que a procura internacional traduzem-se na progressiva recuperação de quotas de mercados perdidas nos últimos anos. Uma maior orientação das exportações para países terceiros é igualmente indiciadora do início do processo de diversificação de mercados.

Muitas das novas actividades em expansão encontram-se associadas a IDE, cuja importância na década de 90 foi reforçada com vários investimentos estruturantes, nomeadamente os realizados na fileira automóvel, tendo induzido a emergência de novos sectores de média tecnologia e o desenvolvimento de novos tipos de serviços, designadamente em sectores de maior intensidade cognitiva. Assim, além do contributo para o aumento do conteúdo tecnológico dos produtos exportados e para a indução de ganhos de produtividade, destaque-se o seu efeito de arrastamento não só em termos de quantidade mas também em termos da qualidade dos serviços prestados, uma vez que insere as empresas num ambiente mais competitivo e sofisticado, estimulando a adopção de tecnologias e processos mais eficientes e competitivos.

Portugal revelou no passado recente algumas insuficiências na atracção de IDE em termos de sectores transaccionáveis, face à concorrência dos novos Estados-membros da UE, essencialmente devido à posição geográfica periférica, à deficiente qualificação da população activa, elevados custos públicos de contexto e redução dos níveis máximos de apoio público. No período 1995-2003, predominou o IDE em sectores não transaccionáveis, nomeadamente telecomunicações, actividades financeiras, serviços de consultoria jurídicos e de contabilidade e outros serviços prestados às empresas. O impulso do IDE recentemente reiniciado denota sinais de maior capacidade de atracção, num contexto de forte alteração dos factores de competitividade de Portugal, recursos humanos qualificados a

custos razoáveis, forte aposta política na redução dos custos de contexto e condições concorrenciais em matéria de apoios e ajudas públicos.

Relativamente aos recursos humanos, a evolução ao nível das habilitações e qualificações profissionais dos activos, embora positiva, tem vindo a mostrar-se lenta, com cerca de 71% dos empregados a possuírem como habilitações máximas o 9.º ano de escolaridade, contrastando com os 24,4% da média comunitária. Por outro lado, o investimento em formação profissional dos activos, não obstante os apoios públicos existentes, continua a registar uma fraca dinâmica e a concentrar-se nas empresas de maior dimensão⁵.

Esta desadequação em termos de qualificação de recursos humanos é particularmente limitativa, apresentado falhas estruturais das competências profissionais dos desempregados e de parte significativa dos activos, o que releva para uma necessária e urgente modernização do tecido empresarial.

A mesma modernização imperiosa, com reforço de medidas focalizadas nas práticas empresariais mais eficazes e eficientes, e ao mesmo tempo estimuladoras do surgimento de novos modelos de negócio mais intensivos em tecnologia e conhecimento, e em articulação entre os investimentos ao nível FEDER e FSE.

Para a economia nacional, continua a ser imprescindível um trabalho de proximidade e de parceria com os principais agentes dos ramos de actividade económica que tradicionalmente assumem um peso relevante na estrutura empresarial, apostando em novos factores competitivos, assentes na introdução de elementos diversificados e competitivos à escala nacional e internacional. A introdução de novas tecnologias e o reforço do investimento imaterial é imprescindível nos sectores de bens transaccionáveis e classificados de média e baixa intensidade tecnológica, a par do investimento em actividades de maior intensidade tecnológica e que envolve maior risco.

Outro aspecto chave no diagnóstico do espírito empresarial reporta à falta de cooperação no tecido empresarial, aspecto este que fragiliza o desenvolvimento inovador e o potencial de desenvolvimento e crescimento, principalmente, das

⁵ Apenas 3,2% da população entre os 25-64 anos frequentou cursos de formação contrastando com os 9,2% na UE15.

pequenas e médias unidades empresariais. Os dados do Observatório das PME Europeias confirmam esta fragilidade estrutural da cultura empresarial nacional, assumindo a menor expressividade no quadro dos países da UE15. A cooperação deve assim ser vista como um conjunto de relações privilegiadas entre empresas, com consistência sistémica e sistemática, visando a obtenção de vantagens recíprocas no sentido de ultrapassarem algumas das suas debilidades competitivas.

Por outro lado, com uma cultura igualmente avessa ao risco, vários dados estatísticos constataam a dificuldade nacional em explorar o potencial em matéria de espírito empresarial.

Não obstante Portugal encontrar-se entre os países com maior taxa de criação de empresas, verifica-se quer uma elevada taxa de não sobrevivência durante a etapa de travessia do “vale da morte”, quer uma dificuldade na qualificação das empresas criadas, principalmente empresas de comércio e serviços de proximidade, empreendedorismo de necessidade ou de sobrevivência. Os constrangimentos identificados são de nível intrínseco: insuficiência de capitais próprios, dificuldade de quantificação e aversão ao risco, dificuldade de mobilização de recursos; e extrínseco: dificuldade de acesso ao capital de risco, bem como à informação dos instrumentos disponíveis, morosidade e complexidade dos processos de licenciamento, custos elevados associados à certificação.

Destaque-se, contudo, positivamente, a emergência recente de um pequeno núcleo de empresas fortemente ligados à C&T nas áreas da biotecnologia, ciências biomédicas e da saúde, TIC e novos média, constituindo exemplos de novo tipo de empreendedorismo de elevado potencial de crescimento e com capacidade para competir a nível global. Estas novas empresas utilizam recursos humanos altamente qualificados como principal factor produtivo, estabelecendo igualmente parcerias e redes de colaboração com empresas estrangeiras, universidades e instituições de I&D.

2.1.2. I&D, Inovação e Sociedade da Informação

Segundo o EIS 2005, podemos constatar que Portugal integra, conjuntamente com países como a República Checa, Hungria e Grécia, o grupo das economias em “catching-up”⁶ em matéria de performance inovadora (cfr. Anexo 1).

Sendo bastante relevante o forte esforço de investimento em TIC em percentagem do PIB, a maioria dos investimentos realizados centra-se, no entanto, na componente de renovação e modernização de equipamentos, sem a necessária correspondência efectiva em termos de investimentos imateriais de organização, inovação ou de desenvolvimento do capital humano.

Com efeito, o stock de constrangimentos estruturais faz com que Portugal ainda mantenha uma distância considerável dos padrões europeus em matéria de inovação e presença na economia do conhecimento.

A evolução positiva iniciada na segunda metade da década de noventa, necessita de ganhar um novo impulso que origine uma convergência a uma velocidade muito maior do que a registada. As limitadas competências internas constituem a principal barreira à inovação, condicionando não só o conceito inovador das empresas, mas também a intensidade e o nível cognitivo das relações estabelecidas com outros actores do SNI.

Em 2003, o volume global das despesas em I&D decresceu, traduzindo-se numa DI&D em percentagem do PIB de 0,78% (0,51% em 1990 e 0,85% em 2001), claramente inferior aos níveis da média comunitária (1,9%). Esta evolução traduz um ritmo de crescimento inferior ao dos restantes parceiros europeus, ao mesmo tempo que reflecte uma sociedade menos sensibilizada para o risco, um tecido empresarial pouco favorável à inovação e à criação de novos produtos e serviços intensivos em conhecimento.

Os dados mais recentes relativos à despesa em actividades de I&D financiadas pelas empresas continuam a evidenciar uma dimensão muito reduzida face à média da UE. As empresas financiam apenas cerca de 1/3 das despesas em I&D,

⁶ Países com evolução positiva e a ritmos mais elevados do que a média europeia

enquanto que na UE esse peso atinge os 60% (a meta da UE para 2010 é de atingir 2/3 das despesas em I&D financiadas por empresas). Se na UE o Estado é responsável pelo financiamento de cerca de 35% da despesa total em I&D, em Portugal este assume uma posição privilegiada no desenvolvimento de actividades de I&D (60%).

Adicionalmente, o peso determinante dos financiamentos públicos, tradicionalmente direccionados para o apoio a I&D desenvolvido por entidades públicas, se por um lado tem revelado uma insuficiente orientação destas actividades para as necessidades do tecido produtivo, reflecte também, por outro lado, a deficiente percepção, por parte das empresas, do aproveitamento das potencialidades de interacção com fornecedores, clientes e com infra-estruturas e serviços de suporte tecnológico.

Por outro lado, não obstante os progressos verificados, concretizados nas significativas taxas de crescimento do número de investigadores verificadas a partir de meados da década de 90, apenas cerca de 20% dos investigadores estão a trabalhar em contexto empresarial e cerca de 50% em instituições do Ensino Superior, situação claramente oposta à verificada no contexto dos nossos parceiros europeus, cerca de 53% no subsector Empresas e 34% no subsector Ensino Superior.

As empresas da indústria transformadora concentram 45% da despesa em I&D das Empresas, enquanto o sector Serviços apresenta um esforço de 53%. As PME são responsáveis pela execução de 40% das DI&D totais, enquanto as grandes empresas executaram 60%. Mais de metade do esforço de I&D das empresas está concentrado na região de Lisboa (54%), 25% na região Norte, 16% na região Centro e 4% na região Alentejo.

De forma similar é a região de Lisboa que concentra a maior intensidade de pessoal em I&D (49%) e investigadores (55%); o Norte e o Centro empregam, respectivamente 24% e 17% dos investigadores no sector Empresas.

Em coerência com o fraco nível de desenvolvimento do SNI, a participação portuguesa no Programa Quadro de IDT é muito pouco expressiva, não tendo

sido instituídos mecanismos que de forma eficaz promovam a internacionalização das equipas científicas portuguesas e a sua participação na criação de novos conhecimentos a uma escala europeia.

Segundo dados do INE para 2006, 100% das grandes empresas, 98% das médias empresas e 78% das pequenas empresas possuíam ligações à Internet, sendo que a utilização da Internet ou de outras redes electrónicas para efectuar e/ou receber encomendas de bens e serviços era praticada por 48% das grandes empresas nacionais, 31% das médias empresas e 25% das pequenas empresas, sendo que mais de metade das empresas que utilizavam estes procedimentos efectuavam igualmente pagamentos de forma electrónica. 42% da população portuguesa utilizava computador e 36% era utilizador regular de Internet. O acesso à Internet através de ligações de banda larga nos agregados familiares passou de 8% em 2003 para 24% em 2006, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 47% nos últimos 3 anos.

Contudo, somente 3,3% do emprego das empresas era em actividades TIC e mais de metade da população portuguesa não possuía quaisquer conhecimentos relacionados com a informática e a utilização de computadores (54% face aos 37% na UE25).

Assim, não obstante a evolução positiva verificada, estes são claramente domínios que encerram ainda grandes espaços de melhoria, com vista a promoção de uma verdadeira sociedade da informação e economia do conhecimento.

2.1.3. Envolvente de Apoio à Competitividade Empresarial

Ao nível da envolvente destacam-se as infra-estruturas científicas e tecnológicas e o sistema financeiro de suporte ao investimento, especialmente o que envolve maior risco.

No que diz respeito às infra-estruturas científicas e tecnológicas, identifica-se um conjunto de elementos de diagnóstico no que se refere aos Laboratórios Associados, às Unidades de Investigação e às Infra-estruturas Tecnológicas.

Relativamente aos Laboratórios Associados encontra-se em curso o reforço do seu papel na promoção da competitividade nacional. Substituindo-se aos anteriores Laboratórios de Estado, com quadros de pessoal envelhecido e com algumas dificuldades de manter níveis aceitáveis de autonomia económico-financeira, os Laboratórios Associados, tendencialmente são estruturas, que assumem de forma relevante os desafios competitivos do país, interagindo de forma dinâmica com o tecido económico e com redes internacionais de conhecimento.

No mesmo sentido, é igualmente perceptível no território nacional, a existência de um elevado número de Unidades de Investigação, de reconhecido mérito científico e tecnológico e, algumas, já em fase de internacionalização, no entanto em ambos os casos, a sua dinâmica em operacionalizar-se com o tecido empresarial, está ainda abaixo do desejado. A sua abrangência fortemente tutelada pelas instituições de ensino, revelam muitas vezes competências incompletas, nomeadamente ao nível da gestão de projecto, para além de uma envolvente profissional que não valoriza o trabalho em contexto empresarial.

Ao nível das infra-estruturas tecnológicas observa-se uma razoável distribuição regional e de dotação de recursos humanos e técnicos e, regra geral, têm representado um instrumento valioso de apoio aos desenvolvimento tecnológico em PME, sobretudo, as dos sectores industriais mais tradicionais. Não obstante a introdução de uma abordagem de apoio às infra-estruturas via intensidade da procura, os sinais de continuação de forte dependência de recursos públicos e de deficiente inserção nos respectivos mercados alvo são notórios. Verifica-se, também a este nível, a necessidade de mapeamento das infra-estruturas e a sua organização em rede numa lógica de eficiência e de definição do quadro de qualificações e competências mínimas numa lógica de eficácia, com vista o seu real contributo para a melhoria da competitividade das empresas.

Ao nível do financiamento das PME, o sistema financeiro português revela, ainda, tanto na oferta de crédito, como, fundamentalmente, de capital, limitações em determinados segmentos onde o comportamento conservador na abordagem ao risco não permite estimular tão fortemente como o desejado, o surgimento de

novas empresas de base tecnológica ou o apoio a investimento associado a estratégias de mudança organizacional ou de expansão internacional. Alguns sinais claros de mudança têm surgido, mas essencialmente ancorados na actuação de actores públicos, que importa continuar a estimular e promover a sua disseminação. O papel dos instrumentos de garantia e de outros mecanismos de facilitação do financiamento às PME, nomeadamente em operações de micro-crédito, poderão obviar a este constrangimento no acesso a financiamento para projectos de inovação empresarial.

Nos últimos anos o mercado de capital de risco tem evoluído positivamente com um crescimento com significado do número de operadores. O peso dos investimentos em capital de risco nas “fases de crescimento” em relação ao PIB encontra-se nos limiares médios da UE, mas bastante abaixo no que diz respeito aos investimentos nas “fases iniciais” (0,04% do PIB para 0,12% na UE). Analisando o perfil do investimento em capital de risco, confirma-se a sua menor apetência para o financiamento de projectos tecnologicamente mais avançados, como por exemplo a saúde, biotecnologia, electrónica, informática, comunicações, energias renováveis, que representavam em 2005 apenas 10,5% das operações financiadas, embora dados mais recentes apontem para uma certa inflexão no sentido de uma maior intensidade tecnológica nas operações financiadas.

2.1.4. Custos Públicos de Contexto

A redução dos custos públicos de contexto constituem actualmente uma das principais prioridades em matéria de opções estratégicas a nível nacional, com a adopção de conceitos com o PNACE, PRACE, Plano Tecnológico, e o SIMPLEX, enquanto factor chave para a criação de uma envolvente favorável à competitividade da economia nacional, na qual a modernização, qualificação e eficiência da Administração Pública assume um papel central, em articulação com a própria reorganização do sector público e em especial da Administração Central do Estado.

Nos últimos anos, circunstâncias de várias ordens, com especial ênfase para a emergência do conhecimento como o centro de gravidade da economia e para a valorização do capital humano como o principal activo das organizações, públicas e privadas, alteraram a forma de olhar a Administração Pública. Iniciativas como as Lojas do Cidadão, os Centros de Formalidades das Empresas e o Portal do Cidadão representaram passos muito importantes de adaptação a este novo ambiente.

No entanto, do diagnóstico efectuado, e não obstante os significativos progressos alcançados, sobressai ainda uma Administração Pública com uma estrutura pouco articulada, muito hierarquizada e burocrática, com algumas sobreposições funcionais, ainda pouco orientada para o cidadão e para as empresas, com alguns défices ao nível da qualidade do serviço e atendimento, com arquitecturas e sistemas processuais complexos e com recursos humanos envelhecidos e com baixos níveis de qualificação.

Em termos de orientação para a competitividade, questões como o sistema de licenças e permissões, a simplificação de regras e procedimentos, os encargos administrativos e outro tipo de barreiras legais, constituem ainda importantes custos de contexto a merecer uma actuação concertada. Noutra dimensão, o sistema de justiça apresenta níveis de performance baixos constituindo um importante custo de contexto.

No sentido de colmatar essas lacunas, foi lançado em 2006 o programa SIMPLEX que define 333 medidas chave para a simplificação administrativa e legislativa em áreas tão diversas como a eliminação de Certidões, desmaterialização, desburocratização, desregulamentação, facilitação de acesso aos serviços públicos e harmonização e consolidação dos regimes jurídicos.

Com efeito, na base das grandes mudanças na Administração Pública está a necessidade de reavaliar os próprios processos e procedimentos administrativos, construir redes de apoio às iniciativas de modernização, partilhar o conhecimento e juntá-lo às novas tecnologias, à simplificação dos ambientes reguladores e à desburocratização das práticas administrativas.

Os novos desafios que se colocam às Administrações Públicas nos próximos anos comportam grandes alterações no respeito à racionalização dos modelos de organização e gestão e na qualificação dos seus recursos.

A sociedade da informação e do conhecimento é, neste enquadramento, encarada como uma oportunidade para reinventar a organização do Estado, orientando-o para os cidadãos e para reforçar a competitividade económica.

2.2. O empreendedorismo como factor determinante de crescimento

O aspecto da competitividade que esta dissertação traduz, encontra a sua complementaridade no conceito de empreendedorismo, pelo que será interessante acima de tudo estabelecer algum paralelismo com o conceito, somente numa perspectiva genérica⁷.

E deste modo, é importante termos presente que na última década, a economia focalizada essencialmente nas empresas teve uma acentuada viragem, não só motivada por uma nova perspectiva de globalização de mercados, mas também induzida pelas economias emergentes, que consequentemente obrigam a uma definição estratégica apoiada numa economia empreendedora e muito dinâmica, que valorize ideias inovadoras e competitivas, defendidas e promovidas no plano nacional, pelo Plano Tecnológico⁸ e também pela Estratégia de Lisboa⁹.

⁷ Sobre este tema, o IAPMEI, no seu site institucional, destaca o Empreendedorismo como: "... um processo dinâmico a partir do qual os indivíduos identificam, sistematicamente, oportunidades económicas e, respondem, desenvolvendo, produzindo e vendendo bens e serviços, as iniciativas dinamizadas pelo IAPMEI a favor do empreendedorismo privilegiem intervenções a dois níveis: ao nível das atitudes - procurando induzir atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento de uma cultura tecnológica e empreendedora; ao nível da concretização - disponibilizando um conjunto de instrumentos e ferramentas, de natureza técnica e financeira, que dinamizem a passagem das ideias a projectos e de projectos a empresas. in, <http://www.iapmei.pt/iapmei-bimindex.php>

⁸ O Plano Tecnológico, focaliza o tema do empreendedorismo com medidas específicas e têm como pano de fundo, a Carta Europeia das Pequenas e Médias Empresas, documento que consideramos importante, no tratamento desta questão, na medida em que atribuiu ao empreendedorismo elevado grau de importância na cadeia de valor do produto interno bruto.

⁹ Estratégia de Lisboa, defende a Europa como um espaço competitivo à escala global sem por em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Neste sentido, Portugal apostou durante a sua Presidência da União Europeia em 2000 na concepção duma resposta moderna a este objectivo, baseando a aposta no conhecimento e na inovação como factores de competitividade, coesão e emprego.

Existem inúmeras definições de empreendedorismo¹⁰, tema que até motivou a criação de uma plataforma digital dedicada exclusivamente ao tema¹¹, e não será nossa intenção debatê-las aqui no entanto não podemos deixar de referir Peter Drucker que na década de 90, projectava o “empreendedor”, como a mais importante personagem na inovação do tecido económico; o que para esta dissertação, resume em conteúdo aquilo que podemos associar ao factor competitividade das cidades, ou seja, a cidade inovadora será aquela que se assumir como empreendedora no plano nacional.

Sobre este aspecto, será adequado referir aqui uma outra instituição aveirense, a AIDA, que destaca do empreendedorismo algumas características importantes¹²: um empreendedor deve:

- assumir riscos, enfrentando novos desafios e assumindo uma postura de autodeterminação;
- identificar oportunidades;
- ter o conhecimento necessário para se poder ser dominante em determinada área;
- tomar decisões correctas, espelhadas em conceitos de sustentabilidade;
- liderar, com dinamismo e optimismo, todos os preceitos atinentes à concretização dos objectivos definidos;
- planear e definir estratégias, em que se devem definir objectivos, orientar tarefas e definir métodos e procedimentos;
- E por ultimo, ter visão estratégica e conjugar todas as características e qualidades apresentadas anteriormente.

Por tudo isto, qualquer pessoa pode ser empreendedora e não somente os iluminados, basta para isso que esta característica seja estimulada e que seja permitida a todos, sob qualquer tipo de desempenho, desde que promovam atitudes viradas à inovação nos preceitos defendidos nesta dissertação, e que

¹⁰ A palavra empreendedorismo foi utilizada pelo economista Joseph Schumpeter em 1950 como sendo uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações. Mais tarde, em 1967 com K. Knight e em 1970 com Peter Drucker foi introduzido o conceito de risco, uma pessoa empreendedora precisa arriscar em algum negócio. E em 1985 com Pinchot foi introduzido o conceito de Intra-empreendedor, uma pessoa empreendedora mas dentro de uma organização. In <http://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>

¹¹ www.empreendedorismo.pt

¹² In <http://www.aida.pt/site/noticias.asp?acr=df&ac=ver&id=425>

promovem *per si* uma dinâmica de evolução continua, acelerando deste modo, o processo de modernização e crescimento económico sustentado.

2.3. Modelo sistémico e de organização territorial no Baixo Vouga

A Constituição da República Portuguesa consagra em artigo próprio as autarquias locais no continente, como sendo os Municípios e as Freguesias que configuram as correspondentes divisões administrativas (CRP, art.º 236), o que pela enorme abrangência territorial, foi necessário definir fronteiras administrativas, que têm sofrido alterações ao longo do tempo.

A definição de fronteiras, permitiu a surgimento de marcas territoriais, que para uns são tidas como barreiras que teimam em contrariar as novas definições do território, como acontece com a definição de regiões administrativas, anteriormente a Regionalização que chegou mesmo a ir a referendo.

A jusante e a montante, as novas ideologias ainda não venceram os parâmetros de territorialidade, que para a temática desta dissertação, não são mais do que factores de competitividade e diversidade¹³, defendidos nos espaços territoriais conhecidos entre nós como os concelhos, as freguesias e as regiões, e que são sistematicamente levadas a competir no plano intermunicipal, seguindo um modelo sistémico de organização, que reconhece todos estes factores, coloca a descoberto os objectivos a atingir, realçando a necessidade de compreender todo o meio envolvente para alcançar esses mesmos objectivos, apoiados na tradição e na continuidade.

¹³ Estes factores de competitividade e diversidade territorial a que nos referimos, tem a ver com um modo de viver próprio, costumes e tradições, a língua, a gastronomia, a cultura, entre outros, que são marcas importante e distintas das regiões de Portugal. Traços, que são difíceis de apagar, de juntar, e de tornar comuns. São acima de tudo, e para nós factores de competitividade, e atracção turística e investimento, como vemos adiante.

2.3.1. Organização Territorial no Baixo Vouga

Dentro da organização territorial, devemos ter em atenção a complexidade de conceitos em torno desta questão. Serve o início deste conteúdo, para formalizar em forma a organização territorial e urbana do território nacional.

Neste sentido, independentemente do conceito que está em análise, é interessante e ao mesmo tempo complexo, a supra mencionada organização territorial.

Da análise pormenorizada efectuada a conteúdos disponibilizados pela DGOTDU¹⁴, é do interesse desta dissertação abordar as diversas organizações territoriais previstas em legislação própria, nomeadamente, as CCDR's, que têm como objectivo executar ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade, de utilização sustentável dos recursos naturais, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais e suas associações, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado (Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2005, de 13 de Julho); as GAM, que reúnem um conjunto de vários concelhos para prosseguir objectivos comuns (Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio); e as NUT's que traduzem em número o valor do espaço territorial para fins estatísticos; e no caso no Baixo Vouga, também o Plano Hidrográfico do Vouga: a água, característica muito própria desta região, que apesar do elevado interesse, não encontra neste estudo, outra necessidade além da sua referência simples.

A Organização Territorial¹⁵ do Baixo Vouga, integrada na Região Centro, cruza-se algures na responsabilidade tutelada pela CCDR-Centro, e na Grande Área

¹⁴ A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) é o serviço executivo da Administração directa do Estado, integrada no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que tem por missão dar execução às medidas e políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano promovendo a valorização integrada das diversidades do território nacional, através do aproveitamento racional dos recursos naturais, do património natural e cultural, da humanização das cidades, da funcionalidade dos espaços edificados e da correcta localização das actividades.

¹⁵ O ordenamento do território e o urbanismo assentam no sistema de gestão territorial consagrado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico

Metropolitana de Aveiro constituída por 13 concelhos¹⁶, e na AMRIA que no conjunto regulam os interesses, segundo o INE com registo nos censos de 2001, de um total de 460.157 pessoas.

2.3.1.1. Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial

É de todo o interesse, que antes de tratar especificamente a Região Centro, nos termos desta dissertação, que a região seja devidamente enquadrada no contexto nacional, uma vez que só pela comparação, nos será possível aferir o potencial regional.

Neste contexto, se por um lado, em termos agregados, os registos globais do ISCCT colocam a Região Centro numa posição relativamente confortável no contexto das regiões portuguesas, 3º lugar no ranking das NUTS II, atrás de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, por outro lado, quando se desagrega a análise ao nível das NUTS III, acentuam-se consideravelmente os problemas da Região em matéria de competitividade e coesão, sobretudo, pela divergência interna que transparece dos registos de cada uma das suas sub-regiões neste índice (Mateus, 2005: 17).

A região centro mostra ainda alguma dispersão (Fig. 1), do posicionamento relativo das regiões finas da região Centro, que oscila entre os primeiros lugares do ranking, no caso do Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Baixo Mondego (4º, 6º e 7º lugar do ranking, respectivamente) e os últimos lugares, no caso do Pinhal Interior Norte, da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul (23º, 25º e 27º lugar, respectivamente).

No primeiro caso, pelas especificidades intrínsecas a regiões globalmente avançadas (como o Baixo Vouga) e seguidoras (como o Pinhal Litoral e o Baixo Mondego), cujos níveis de competitividade e coesão ultrapassam, ou se

dos Instrumentos de Gestão Territorial, em execução da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto).

¹⁶ Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro; Estarreja; Ílhavo; Murtosa; Oliveira de Azeméis; Oliveira do Bairro; Ovar; Sever do Vouga; Vagos; Vale de Cambra

aproximam fortemente, dos níveis médios nacionais, e no segundo caso, pelas debilidades reconhecidas a regiões menos desenvolvidas, que atingem registos inferiores a 70% da média nacional (Mateus, 2005: 18).

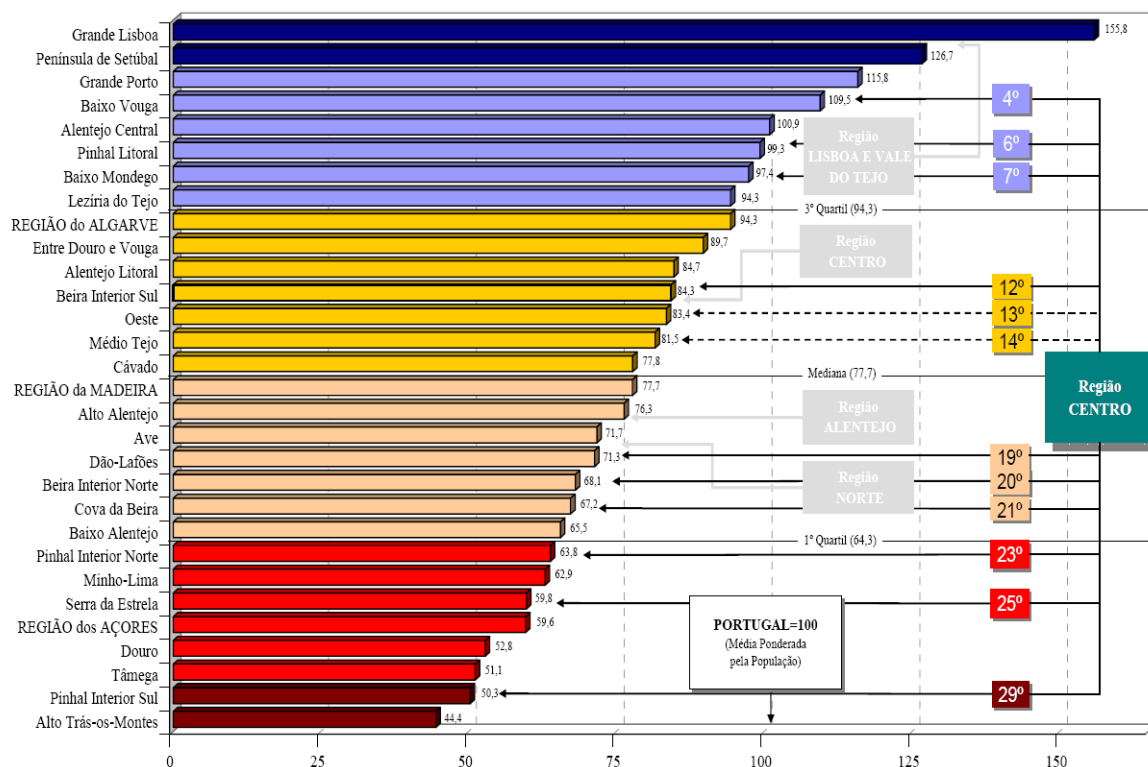


Figura 1 - Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: Os Rankings Globais em 2000-2002
(Fonte: Augusto Mateus, Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social – Região Centro: 18)

2.3.1.2. Gestão de Conhecimento e Recursos humanos

Não deixa de ser evidente a crescente importância, e o recurso ao conhecimento como factor de competitividade, em detrimento muitas vezes dos recursos tradicionais, como são a mão-de-obra, o capital e o financiamento bancário, a localização, entre outros factores.

Estamos na presença de grandes alterações estruturais ao nível da economia global, uma vez que esta se verifica cada vez mais, recorrendo intensivamente à tecnologia, obrigando a um conhecimento mais apurado e também mais dedicado. O sentido educacional do conhecimento em Portugal, é composto por índices de escolaridade muito abaixo da média europeia, cuja tendência tem vindo a mudar, pela aplicação de novas políticas governamentais, por exemplo, através da

implementação de novos conceitos TIC em escolas e instituições públicas, como aposta num aumento da competitividade, muito ao encontro daquilo que oportunamente foi defendido pela Agenda de Lisboa 2000, reclamando uma nova atenção para este modelo estratégico do conhecimento.

Ao nível da economia, as organizações enfrentam uma base de competitividade à escala global, devem, além dos avultados investimentos necessários para se aguentarem na corrida da concorrência, implementar em paralelo novas práticas de gestão, que promovam estruturas flexíveis e adaptadas a esta nova realidade, onde a inovação e a mudança é uma constante diária, e os fluxos e acordos internacionais para as trocas de tecnologia e de conhecimento passam também a ser uma constante.

Aliado ao desafio de produzir em quantidade e com qualidade, junta-se agora um outro, o conhecimento, tendente à criação de novos produtos, serviços, processos e sistemas de gestão.

A sociedade do conhecimento, e o próprio conhecimento são conceitos de certo modo questionáveis, na medida em que são conceitos tratados de maneira diferente à escala global, quanto mais não seja por diferenças sócio-culturais.

Alguns autores quando abordam esta questão, fazem-no mencionando grandes diferenças entre o conhecimento do ocidente, e o asiático, na medida em que este está profundamente enraizado nos actos e nas experiências de cada indivíduo, bem como as suas emoções, os seus valores e ideais; logo, não se vê, não é palpável, o que de certa maneira dificulta a troca e a partilha com os outros.

A abordagem ocidental trata o conhecimento como necessariamente explícito, algo formal e sistemático, enquanto a abordagem japonesa trata-o como basicamente tácito, algo dificilmente visível ou exprimível, “uma crença verdadeiramente justificada” (Nonaka e Takeuchi, 1997: 24).

Ainda neste sentido, defendem estes autores, que o conhecimento expresso em palavras e números, conhecimento explícito, representa apenas um ínfimo factorial, na medida em que a maior parte do conhecimento é tácito, ou seja, muito subjectivo. Por outro lado, o conhecimento explícito pode ser facilmente objecto de

informatização e tratamento tecnológico, e consequentemente enviado via digital para os quatro cantos do mundo. O conhecimento tácito, pela sua natureza subjectiva e intuitiva, dificulta esta funcionalidade impedido, como se percebe, este tratamento sistémico e lógico de informatização e transmissão de informação.

2.3.1.2.1. A importância das instituições de ensino

Abordar aqui este ponto fundamenta-se num enquadramento muito específico, que envolve na sua tipologia, as várias instituições de ensino que brindam esta região com o seu diversos desempenhos, nomeadamente a Universidade de Aveiro. Neste sentido, é nosso propósito, ao associar a inovação como factor de competitividade, complementar esta dinâmica trazendo a colação esta instituição, a Universidade de Aveiro, não desprestigiando nenhuma das outras existentes, nem obviando qualquer complexo, simplesmente apoiado na sua grandeza inquestionável, e com a qual queremos estabelecer um paralelismo.

Aveiro, e a região onde esta se insere deve muito a um longo caminho percorrido em prole da difusão do conhecimento, formando no mesmo sentido recursos humanos mais qualificados, mais capazes, mais empenhados em criar riqueza e institucionalizar padrões de conhecimento, que colocam a região nos patamares cimeiros nas relações obvias: universidade/empresas/pessoas.

Claro está, que não podemos dizer da análise fazemos, que a situação é já a ideal, mas podemos afirmar com certeza que o caminho percorrido tem dado frutos extremamente apetecíveis, nomeadamente, quando a região é brindada muitas vezes, com intenção de investimentos¹⁷.

Neste sentido, mantemos a opinião, de que o conhecimento gera riqueza, e a gestão que se faz dele promove a competitividade, conciliando a formação de recursos humanos tão manifestamente imputados a uma mais-valia de produto e de serviços que também nesta região sobressaem ao plano nacional.

¹⁷ Relacionados com o cluster das telecomunicações, e nomeadamente com a PT; E mais recentemente, a título de exemplo, a inauguração (10 de Maio de 2007), e instalação em Aveiro de um Centro de Investigação da Nokia/Siemens.

Contudo, a realidade não passa de alguns casos de sucesso, porque na generalidade, a qualificação da população é inferior à média nacional, que contrasta paradoxalmente com uma taxa de emprego superior à media nacional e às regiões europeias de referencia (Mateus, 2005: 5).

2.3.2. Dimensões Sectoriais e Regionais

A dimensão sectorial e regional desta dissertação, remete-nos para uma linha de pensamento para os elevados índices de eficiência e eficácia traduzidos numa capacidade efectiva de criação cumulativa de empregos (Mateus, 2005: 2), e por outro lado a dinâmica empresarial que preside à região.

O Baixo Vouga¹⁸, é sectorialmente repartida por diversas áreas, que segundo uma perspectiva apresentada pela ACIB, que embora seja alargada à região centro, espelha bem, a realidade especifica do Baixo Vouga, que é composta por “indústrias florestais, as indústrias baseadas na transformação dos minerais não metálicos, as indústrias agro-alimentares, as indústrias de material de transporte e mobilidade, as indústrias de artigos metálicos e de equipamento, as indústrias de moldes e plásticos, artigos de transformação de matérias plásticas e as indústrias têxteis”.

Ainda, e mais recentemente a região tem a sua assumpção no sector das novas tecnologias, com a PT a destacar-se no mercado nacional e alargar as suas fronteiras ao Brasil, e Angola, promovendo também uma série de negócios que proliferam devido às excelentes estruturas de comunicação e redes aqui instaladas. É segundo Mateus, uma região onde a “intensidade exportadora da Região Centro, se centra em pólos industriais de dinamismo significativo, ... como por exemplo o pólo de Aveiro”, e neste sentido, apresenta também, uma significativa capacidade exportadora em sectores sustentados por um perfil de diferenciação de

¹⁸ No Baixo Vouga, a base industrial é mais diversificada e apoia-se em ramos menos tradicionais, sobretudo máquinas, fabricação de componentes e montagem de veículos e produtos minerais não metálicos. Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95 de 21 de Abril

produto e com elevado valor acrescentado: os indicadores de internacionalização assumem aqui também grande relevância (Mateus, 2005: 5).

Esta dinâmica sectorial, que consideramos em sentido crescente, tem a sua consequência natural derivada numa envolvimento forte que mantêm com a Universidade de Aveiro. No seu conjunto promovem estratégias regionais, que em muito a tem alavancado, para um confronto distinto nos diversos panoramas da economia nacional, que por nós tem perpassado nos últimos dez anos¹⁹.

Consideramos, mais uma vez, a gestão do conhecimento, que aqui se absorve, perdura, e se transforma tácita e explícita, numa ferramenta estratégica que projecta, de “forma sustentada tanto os níveis de vida, como a nossa presença nos mercados globais” (Mateus, 2005: 2).

2.3.2.1. Analise SWOT regional

A evolução da indústria transformadora portuguesa tem sido marcada pelo ritmo imprimido pela União Europeia, dado que desde a integração, o papel desta enquanto principal parceiro comercial de Portugal tem vindo a ser reforçado. A indústria transformadora nacional apresenta três áreas de especialização: a fileira têxtil e do couro, minerais não metálicos e fileira da madeira e cortiça. Na fileira têxtil, a especialização portuguesa é sobretudo centrada no vestuário, que apresenta um peso crescente e é a mais elevada de toda a União. Para a fileira do couro, a situação é semelhante com peso crescente e muito elevado no calçado. Na fileira da madeira, a elevada especialização portuguesa fica a dever-se, em muito, à cortiça. Nas áreas de menor especialização produtiva, as indústrias metalúrgicas e metalomecânicas apresentam a especialização mais baixa.

As maiores debilidades da indústria portuguesa situam-se ao nível da gestão estratégica, qualificação dos recursos humanos, inovação tecnológica e

¹⁹ A título de exemplificação do alcance do comentário que aqui introduzimos, referimo-nos a factores da vida nacional que nos últimos anos nos confrontaram com realidades diversas como foi o caso dos diversos aumentos do IVA, os impostos sobre os combustíveis, mais recentemente a introdução do euro como moeda única, entre outros factores.

organizacional, gestão da informação, posicionamento das empresas nas redes de comercialização e cooperação empresarial.

A Região Centro, tal como o nome indica, corresponde à parte central do território do Continente, o que lhe dá uma posição estratégica nas ligações entre o norte e o sul e no acesso à Europa. A base industrial, que inclui os sectores mais implantados e difundidos na região nas indústrias transformadoras, como as indústrias florestais, com destaque para a fileira pasta/papel/embalagem, em que a região lidera o processo de integração pasta/papel a nível nacional, e reciclagem industrial do papel; os produtos da madeira, incluindo as serrações, os aglomerados e a carpintaria, as indústrias baseadas na transformação dos minerais não metálicos com destaque para o cimento e artigos de cimento; as cerâmicas de barro vermelho; as cerâmicas de revestimento e pavimentos, os sanitários, a louça de faiança e porcelana e as cerâmicas artísticas; as indústrias do vidro com destaque para o vidro de embalagem e a cristalaria; as indústrias agroalimentares, com destaque para os lacticínios e os vinhos; para o conjunto oleaginosas/rações/"pecuária sem terra"/avicultura; para a conservação em frio; as indústrias de material de transporte e mobilidade, com destaque para o fabrico de subsistemas e componentes para a indústria automóvel – motores, componentes mecânicos, plásticos e têxteis, bem como pequenas actividades de montagem de automóveis; fabrico de veículos de bicicletas e motorizadas; estaleiros navais para navios de pesca; as indústrias de artigos metálicos e de equipamento para o lar, com destaque para as ferragens, mobiliário metálico, torneiras e artigos para cozinha; termodomésticos, em que a região tem expressão a nível europeu; as indústrias de moldes e plásticos, artigos de transformação de matérias plásticas, sendo de destacar que em torno dos moldes se desenvolveu o mais importante pólo de competências em mecânica de precisão e de utilização das tecnologias de informação para a concepção, a “engenharia simultânea” e o fabrico de componentes metálicos; os têxteis, com destaque para os lanifícios (fios e tecidos) as malhas e o vestuário em tecido.

A Região Centro é portanto, um espaço de grandes diversidades territoriais e produtivas. O mais importante segmento de potencialidades de desenvolvimento da região resulta das oportunidades de integração das actividades e dos espaços regionais, a qual deve ser feita no sentido do alargamento das “cadeias de valor” e de surgimento de novas actividades que incorporem bens intermédios e componentes produzidos na região.

Na Região Centro, o padrão geográfico de distribuição empresarial é idêntico ao de distribuição demográfica. É notória uma tendência para o crescimento do número de empresas na região. Ao nível da estrutura empresarial, predominam na região as designadas micro-empresas, muito embora as PME's manifestem, segundo a ACIB, um acentuado dinamismo, apresentando-se fortemente competitivas no mercado interno e externo. Com efeito, cerca de 32% das empresas galardoadas com o Prémio PME Excelência 2000, estão localizadas na Região Centro.

Capítulo III

Políticas de Inovação e as cidades

Esta dissertação aborda o tema inovação, no sentido de que este conceito não é somente uma consequência factual da sociedade, mas também o resultado da optimização e da sistematização social, que criou e propiciou ambientes adequados a que naturalmente se verificasse a evolução que deu origem SNI

Este sistema reúne um conjunto de agentes e actores multidisciplinares que se complementam em si, e traduzem a operacionalidade de todo um território, e dos seus diversos modelos interactivos de inovação como por exemplo o “*chain-linked model*”.

A inovação implica uma relação forte entre os diversos actores e o seu ambiente natural de acção, conjunto de regras, formas de organização, características próprias, e instituições.

3. Políticas de Inovação na Europa.

A evolução do conceito de inovação, modelo linear, cujo ponto de partida é a I&D, ao modelo sistemático, em que a inovação surge de interacções complexas entre indivíduos, organizações e o seu respectivo quadro operacional, é demonstrativo de que as políticas de inovação devem alargar o seu âmbito para além da relação com a investigação. (COM, 2003: 5-6)

As Política de Inovação na Europa, tem como principal objectivo recuperar o atraso que tem relativamente aos seus principais concorrentes, e ajudar os novos Estados-Membros a construir e reforçar as suas estratégias de inovação nacionais (COM, 2003: 5-6), e a desenvolver as competências necessárias e tirar partido da sua situação económica e social (COM, 2003: 23).

Assim, apesar de alguns resultados animadores reportados aquando da elaboração dos painéis de avaliação da inovação de 2001 e 2002, a União Europeia continua a acusar um atraso considerável em relação aos Estados Unidos e ao Japão.

O alargamento da União Europeia impõe a realização de acções especiais. Os habitantes dos países candidatos souberam, em muitos casos, dar provas de

espírito inovador, adaptando-se à transformação da sua economia. Ainda que os problemas com que estes países e os Estados-Membros da UE se defrontam sejam muitas vezes idênticos, será no entanto necessário prestar especial atenção à formação, à adaptação e à instauração de circuitos financeiros adequados.

De uma maneira geral, há que melhorar as qualificações especializadas ou genéricas dos trabalhadores europeus.

Além disso, devido à evolução demográfica, que acarreta um envelhecimento da população, a organização profissional deve ser revista no sentido de acentuar a flexibilidade, designadamente para reforçar a formação profissional.

Os Estados-Membros devem construir e reforçar as suas estratégias de inovação nacionais, adoptando uma abordagem em coordenação com todos os órgãos da administração pública cujas áreas de responsabilidade tenham implicações para as condições necessárias à inovação. Deve ser assegurada a coordenação a um alto nível político para garantir o máximo empenhamento dos serviços envolvidos, exigindo o apoio administrativo de uma estrutura central.

Na Finlândia, por exemplo, o conselho para a política científica e tecnológica é responsável pelo desenvolvimento e pela coordenação estratégicos da política científica e tecnológica, assim como pelo sistema de inovação nacional no seu conjunto. Presidido pelo primeiro-ministro, inclui sete outros ministros e dez membros que representam os intervenientes na inovação. Outro exemplo de uma estrutura do tipo "conselho da inovação" em Portugal, foi implantado o programa integrado para a inovação - PROINOV, com uma estrutura de coordenação que envolve cinco ministérios responsáveis por políticas relacionadas com a inovação, sob a presidência do primeiro-ministro (COM, 2003: 16).

Um maior apoio por parte dos organismos centrais, garante, que os mecanismos para a coordenação vertical funcionam correctamente, promovendo a interligação de políticas ao nível comunitário, nacional e regional, salvaguardando por um lado os sistemas de inovação próprios de cada país, e por outro, a coordenação e a coerência global.

3.1. O sistema de Inovação em Portugal

O sistema de inovação em Portugal é composto por uma enorme panóplia e diversidade de intervenientes (ETCI, 2006: 6), que no entanto não deixam de contrariar o baixo índice de inovação do nosso país, quando comparados com outros países europeus.

O baixo índice de inovação, não se deve a um numero reduzido ou mesmo a pouca diversidade empresarial, na média que é conhecido o conceito nacional e a sua vertente polivalente em diversas áreas, no caso do Baixo Vouga, a cerâmica, o vinho, o calçado, entre outros, mas sim a quase total de ausência de relações empresariais ou institucional, onde não aproveitando as sinergias e os esforços conjuntos, para formar e potenciar conceitos de competitividade. Este contexto vale por si só, na medida em que os índices de inovação associados quase exclusivamente ao tecido empresarial, nomeadamente, ao nível do nosso território nacional formado na maioria por PME's, contexto empresarial onde mais facilmente se inova, perseguindo o conceito de concorrência e sobrevivência de mercados, mas também por estarmos na presença de estruturas flexíveis, e adaptáveis a novos produtos e novas formas de trabalhar.

As políticas públicas de promoção e apoio à inovação devem ser complementadas por um apoio a reformas estruturais, especialmente na capacidade produtiva, na designação de actividades empresariais emergentes, adequando-os também aos novos modelos de negócio.

Tornar-se-á importante, que todos os intervenientes da dinâmica inovação da sociedade portuguesa, interajam em conjunto, e não como se tem verificado até aqui, de modo individualizado; o conceito de inovação aparece mais facilmente ligado a sectores diferenciados, do que a processos de negocio individuais. Vejamos por exemplo, o sector do ensino com as universidades e institutos a assumir aqui um papel fundamental, ou por exemplo, o sector bancário e as grandes empresas ligadas ao mercado de capitais, são os exemplos mais prementes que podemos apresentar, para exemplificar conceitos de inovação, e

justificar resultados significativos tanto no processo de negócio, como do uso e interação em rede.

Interessa também e para efeito desta dissertação, fazer uma referencia a uma mudança de atitude por parte da AD, que até aqui se mantinha ausente e alheia a estes aspectos, mas que e muito em parte por directivas previstas na Estratégia de Lisboa, se tem modernizado, adoptando conceitos inovadores, promovendo-se diariamente junto das suas populações, tanto com serviços mais ágeis, como com acessos generalizados e em canal aberto a todo um público, que em alternativa a faltar ao trabalho, ou descuidar a familiar para tratar de assuntos que até aqui esgotavam tempo indeterminado para a sua resolução, pode hoje, facilmente e em segundos resolver questões como pagamentos ou pedir certidões on-line, e outros exemplos, como o conceito de “empresa na hora”, e “casa pronta”, actualmente em pratica e com resultados muito positivos.

3.1.2. Parcerias de I&D+i nas cidades

A cidade na sua limitação de área que muitas vezes se confunde, e intercala objectivos económicos e politicas poucos sustentáveis, deixa em aberto alguma objectividade para a necessidade estratégica de se definir politicas de cidade, apoiadas no conceito “cidade região”, numa lógica de cooperação inter-regional, recorrendo a instrumentos de intervenção específicos centrados no conhecimento, como é o exemplo o "innovation hub", conceito que se traduz num espaço de excelência onde a ciência, a tecnologia e a inovação são colocados ao serviço da revitalização e desenvolvimento urbano sustentável das cidades (Cities, 2005: 4).

Torna-se imperativo que as cidades não se revejam num composto individualizado, mas sim como parte integrante de um conjunto alargado de politicas, obrigando-se a uma análise de “Boas Práticas” nacionais e internacionais, com o objectivo de as aplicar depois das devias adaptações.

Inovar e tornar os territórios competitivos, deve ser uma acção sistematizada e deverá dar especial atenção as recomendações internacionais e comunitárias em

matéria de política de cidades e desenvolvimento regional, bem como as opções nacionais em termos de desenvolvimento económico e espacial.

Definir a estratégia de política de cidades, promovendo um processo natural de desenvolvimento como habitats de inovação, de aprendizagem, de criatividade e do conhecimento, que no seu conjunto são planeamento estratégico de cidade, deverão ter em atenção também conceitos de marketing territorial, obedecendo a princípio de sustentabilidade de projectos, das suas redes, e da sua integração territorial nas regiões envolventes.

Alguns autores consideram o conceito “innovation hub”, premente, quando o consideram factor de instrumentalização da política de cidades, onde a ciência, a tecnologia e a inovação deverão ser colocados ao serviço da revitalização e desenvolvimento sustentável, na suas diversas componentes, onde por exemplo os parques de ciência e tecnologia, as novas zonas industriais, os parques ambientais ou parques tecnológicos, são um bom exemplo desta inter-relação.

Ao serem concebidos conceitos como os mencionados, de suporte e instrumentos de realização das políticas de cidade, será importante a escolha dos modelos que poderão ser aplicados a cada realidade específica, sempre em função das trajectórias de desenvolvimento global, das opções de políticas nacionais e das oportunidades existentes no binómio território/especialização sectorial, seguindo para o efeito exemplos de excelência e boas praticas, como o “22@bcn” em Barcelona, o “The Digital Hub” em Dublin e o “One North” em Singapura que (Cities, 2005: 8-9), apesar de realidades económica, institucionais e culturalmente diferentes, apresentam traços comuns que importa explorar e quem sabe implementar, lançando por exemplo experiências piloto, com base nos modelos escolhidos, onde as intervenções urbanas inovadoras, deverão ser coerentes com os princípios da política de cidades definida e, eventualmente, com o instrumento “innovation hub”.

Os modelos de parcerias I&D, deverão neste contexto, traduzir-se em projectos com elevado conteúdo de inovação (I&D+i), com base na contratualização por

exemplo, entre as autoridades locais, a administração central e parcerias público-privadas.

A título de exemplo, pode ser definida uma cidade piloto para a realização de um plano estratégico participado ou pode ser induzida a criação de uma rede de cidades com objectivos específicos. Além do mais, pode ser proposta a criação de um “innovation hub” numa cidade ou anel de cidades associado a um perfil de especialização específico numa lógica de demonstração.

3.1.3. Inovação regional segundo referencias do Trendchart

Uma análise regional da Inovação na Europa, é garantida anualmente pelo RIS, através de uma variedade de índices compostos, nos transmite em análise o estado do índice “inovação”, na Europa.

O presente relatório fornece uma actualização dos relatórios publicados em 2002 e 2003, confrontando os dados mais recentes e também a inclusão dos novos estados membros. Em comparação com os dois relatórios em referencia, o número de regiões aumenta de 173 para 208, embora o número de indicadores tem diminuído de 13 para 7 (Hollanders, 2006: 3), na medida em que algumas das regiões não possuem determinados dados, e as que possuem encontram-se muito desactualizados, conforme podemos verificar pela análise da tabela (tabela 1) seguinte:

	2002 RIS	2003 RIS	2006 RIS	Source (Eurostat)
Countries	EU15	EU15	EU25	
Number of regions	148	173	208	
Number of indicators	7	13	7	
Population with tertiary education (% of 25 – 64 years age class)	Yes: 2001 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	No	Labour Force Survey
Human Resources in Science and Technology – Core (% of population)	No	No	Yes: 2004 data	Labour Force Survey
Participation in life-long learning (% of 25 – 64 years age class)	Yes: 2001 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	Yes: 2004 data	Labour Force Survey
Employment in medium-high and high-tech manufacturing (% of total workforce)	Yes: 2000 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	Yes: 2004 data	Labour Force Survey
Employment in high-tech services (% of total workforce)	Yes: 2000 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	Yes: 2004 data	Labour Force Survey
Public R&D expenditures (GERD – BERD) (% of GDP)	Yes: 1999 data or most recent	Yes: 2001 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	R&D statistics
Business expenditures on R&D (BERD) (% of GDP)	Yes: 1999 data or most recent	Yes: 2001 data or most recent	Yes: 2002 data or most recent	R&D statistics
EPO high-tech patent applications (per million population)	Yes: 1999 data or most recent	Yes: 2001 data or most recent	No	Patent statistics
EPO patent applications (per million population)	No	Yes: 2001 data or most recent	Yes: 2002 data	Patent statistics
Share of innovative enterprises (% of all manufacturing enterprises)	No	Yes: 1996 data	No	2 nd Community Innovation Survey
Share of innovative enterprises (% of all services enterprises)	No	Yes: 1996 data	No	2 nd Community Innovation Survey
Innovation expenditures (% of all turnover in manufacturing)	No	Yes: 1996 data	No	2 nd Community Innovation Survey
Innovation expenditures (% of all turnover in services)	No	Yes: 1996 data	No	2 nd Community Innovation Survey
Sales of 'new to the firm but not new to the market' products (% of all turnover in manufacturing)	No	Yes: 1996 data	No	2 nd Community Innovation Survey

Tabela 1 – Inovação Regional na Europa

[Fonte: RIS 2006: 3]

Se por um lado, temos informação insuficiente ou desactualizada, por outro, refere o presente relatório, o recurso à classificação NUT, é determinante para a análise, na medida de que precisamos de um contexto e de um índice uniforme, mas que também objectiva alguns problemas, porque existem grandes discrepâncias na dimensão das regiões, quer em termos de população e como de produção económica, tanto para dados internos, como quando se analisam e confrontam dados de vários países.

No mesmo sentido, detectamos ainda alguns constrangimentos ao nível da constituição de alguns países, que acontece em numero inferior ao de regiões, colocando para o efeito, alguma desvantagem em análises de performance e liderança, por exemplo, quando se compara a França, com 23 regiões com um país como a Bélgica, com apenas 3 regiões (Hollanders, 2006: 4).

Da análise da performance de inovação, usando o índice composto RRSII, podemos concluir que das regiões europeias, as portuguesas aparecem como regiões com pior performance (Fig. 2), no entanto, ao analisarmos cada indicador de *per si*, podemos verificar que as regiões portuguesas mantêm performances inferiores à média das regiões europeias, mas em posições muito aceitáveis, na medida em que alterações na metodologia de análise (Hollanders, 2006: 10-12), colocam Lisboa e Vale do Tejo (Tabela 2) no 108.º lugar, seguida das regiões Centro (153.º) e Norte (186.º), com destaque para os indicadores para Lisboa com destaque no Registo de patentes, o Centro no Business R&D, e o Norte dividido entre o Public R&D e o indicador que mede a aprendizagem ao longo da vida (Hollanders, 2006: 20-23).

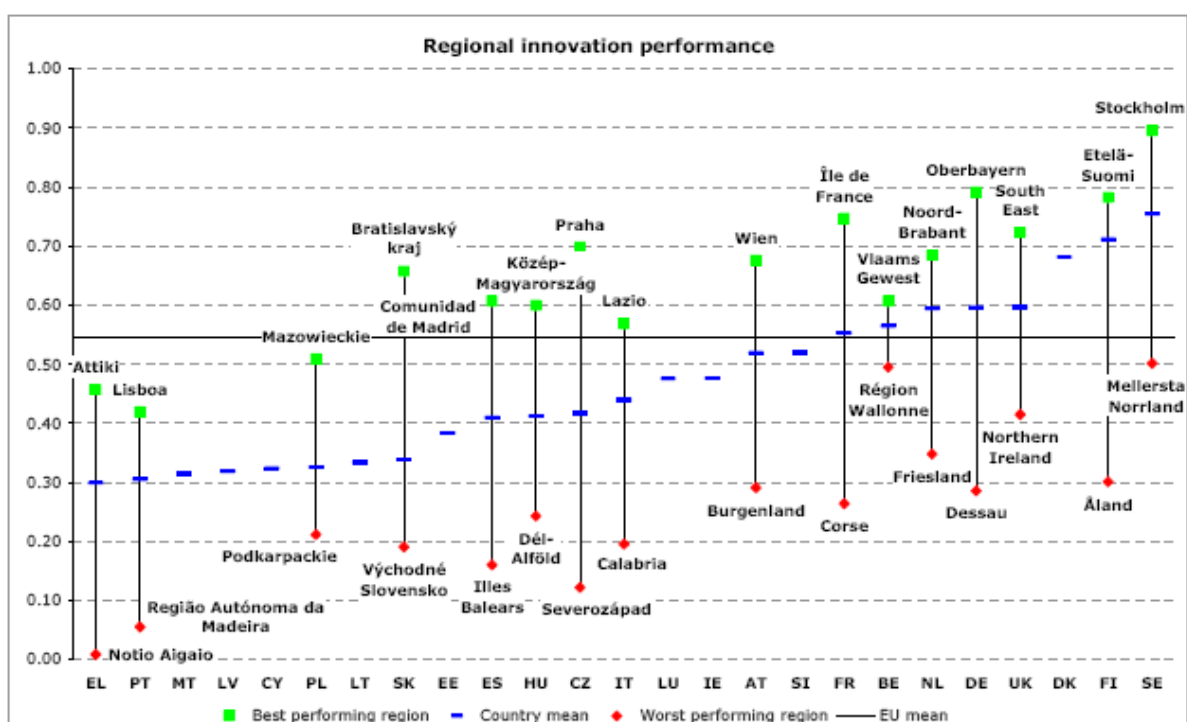


Figura 2 - Performance da Inovação Regional na Europa
(Fonte: RIS 2006: 08)

2002 RIS	Rank RRSII 2003 RIS			Rank RRSII 2006 RIS			Rank RRSII				
Stockholm	SE	1	225	Stockholm	SE	1	1.00	Stockholm	SE	1	0.90
Uusimaa (Suuralue)	FI	2	208	Uusimaa (suuralue)	FI	2	0.97	Västsverige	SE	2	0.83
Noord-Brabant	NL	3	191	Oberbayern	DE	3	0.95	Oberbayern	DE	3	0.79
Eastern	UK	4	161	Noord-Brabant	NL	4	0.90	Etelä-Suomi	FI	4	0.78
Pohjois-Suomi	FI	5	161	South East	UK	5	0.87	Karlsruhe	DE	5	0.77
Île De France	FR	6	160	Île De France	FR	6	0.82	Stuttgart	DE	6	0.77
Bayern	DE	7	151	Stuttgart	DE	7	0.80	Braunschweig	DE	7	0.76
South East	UK	8	150	Wien	AT	8	0.79	Sydsverige	SE	8	0.76
Comunidad De Madrid	ES	9	149	Eastern	UK	9	0.76	Île de France	FR	9	0.75
Baden-Württemberg	DE	10	146	Karlsruhe	DE	10	0.75	Östra Mellansverige	SE	10	0.74
Wien	AT	17	126	Southern and Eastern	IE	11	0.74	South East	UK	12	0.73
Vlaams Gewest	BE	21	112	Comunidad De Madrid	ES	13	0.72	Praha	CZ	15	0.70
Lombardia	IT	22	112	Bruxelles/Brussels	BE	14	0.71	Noord-Brabant	NL	20	0.68
Southern And Eastern	IE	31	108	Lombardia	IT	22	0.67	Wien	AT	24	0.68
Lisboa E Vale Do Tejo	PT	49	94	Attiki Aigaio	EL	29	0.61	Bratislavský kraj	SK	27	0.66
Attiki Aigaio	EL	50	93	Lisboa e Vale do Tejo	PT	30	0.60	Comunidad de Madrid	ES	31	0.61
								Vlaams Gewest	BE	32	0.61
								Közép-Magyarország	HU	34	0.60
								Lazio	IT	44	0.57
								Mazowieckie	PL	65	0.51
								Southern and Eastern	IE	78	0.48
								Attiki Aigaio	EL	86	0.46
								Lisboa e Vale do Tejo	PT	108	0.42

Tabela 2 – Ranking das regiões com a alteração de metodologia de análise
(Fonte: RIS 2006: 11)

3.2. As cidades, a inovação e a Globalização

Indivíduos e território influenciam cada cidadão de maneira diferenciada e induzem-no a adoptar diversas posturas, simultaneamente condicionadas por mutações sociais, económicas e tecnológicas. A questão territorial, é então um factor de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo é provavelmente, um dos mais significativos factores de instabilidade e conflitualidade local e global (Serrano, 2005: 69).

No estudo efectuado, esta dissertação aborda somente a questão da “conflitualidade” que gera competitividade, ou seja, a cidade que gera dinâmicas próprias, e consequentemente dimensão, que eleva o factor competitividade nas suas variáveis múltiplas.

A distância, conceito ligado a inúmeras preocupações nas relações inter-sociedades, barreira por vezes intransponível, começa agora a ser desvalorizada. Este fenómeno, de grande importância para o desenvolvimento das sociedades modernas, ganha maior significância se analisado à luz das suas consequências económicas e financeiras à escala global.

O recurso às novas tecnologias e a procura de uma constante relação com a inovação, promove alterações significativas relações institucionais e humanas no modo como os indivíduos vivem diariamente, como trabalham, como estudam, como se divertem e como ocupam os seus tempos livres, e no conjunto, como se relacionam com o meio envolvente.

No contexto actual, o sucesso das cidades, depende em grande medida, do equilíbrio entre duas realidades essenciais: a perspectiva global e a vitalidade local, com transformações significativas principalmente ao nível das estratégias, e das suas estruturas e recursos diversos (sociais, culturais, desportivos), e que nas ultimas décadas viram um alinhamento transversal alargado ao nível da gestão e do comportamento e equilíbrio social. Todos os dias, vemos de todas as cidades, nomeadamente as que dividem o espaço com o Baixo Vouga, uma atitude de grande ousadia, em promover cultura, gastronomia, desporto e outros conceitos, que relevam uma cidade em detrimento de outra, numa altura específica, a que posteriormente cede lugar como se uma troca de índices de competitividade se trata-se.

Um confronto de estratégias e de informação, toma conta da cidade que se promove constantemente, numa tentativa saudável de captar públicos e com estes, os investimentos disponíveis; a distinção é feita, entre um público com acesso à informação e a comunicações globais (Serrano, 2005: 75), e outros cuja vivência se circunscreve à sua comunidade local, e não estabelecem uma relação de “continuous improvement”, promovendo uma vida activa e informada, e acima de tudo participada.

Só uma extremada capacidade de criação e concepção de ideias inovadores, aliada à capacidade de transformação dessas mesmas ideias, e a complementaridade

entre indivíduos e instituições, permitem a devida valorização de conceitos únicos, que devem ser potenciados para na diversidade, merecerem a valorização devida na sociedade em geral. O seu a seu dono! Ou seja, uma cidade, é dotada de conceitos próprios que devem ser absorvidos, trabalhados, e podem ser devolvidos à comunidade geral, quem sabe à escala Global (conceito inovação). Caíram as barreiras!

A cidade é única e distinta à escala Global, podemos ter semelhanças, mas não serão vencidas pelo argumento da unicidade dos seus valores e da sua gente.

3.2.1. A cidade em rede e os desafios do e-business

A cidade hoje deixou de ser vista como um conceito isolado, na medida em que convive diariamente com um diversificado público que trabalha, visita e reside na cidade. É comum, hoje a barreira da deslocação fazer parte de grande parte das famílias, ou seja, residir num concelho e trabalhar noutro é um conceito que vinga todos os dias e que ganha dimensão global, à medida que o processo de negocio das empresas e a oferta de serviços das instituições assim obriga, seja por medida de racionamento de recursos, seja por objectivos de operacionalização de sistemas e recursos, seja para prestar melhores serviços às populações em geral.

A crescente volatilidade e globalização dos mercados, ao provocarem um extraordinário aumento da concorrência entre as organizações, tem tido como uma das principais consequências a necessidade de optimização, em qualidade e em preço, dos produtos e serviços transaccionados na maioria dos mercados mundiais. Assim, é necessária a adopção de medidas que estimulem a inovação e o desenvolvimento da criatividade. Estas medidas passam pela cooperação entre indivíduos e organizações (rede), e pela partilha de conhecimentos técnicos e metodologias de trabalho reforçando eventuais estratégias de integração industrial (e-business).

Torna-se então premente, a constituição de redes que liguem os vários conceitos entre si, em tempo real, fomentando assim a obtenção de processos de negócio com valor acrescentado para toda a envolvente das cidades e-business.

3.2.2. Desenvolvimento de novos produtos, serviços e ciclos económicos

Cada cidade tem o seu potencial de clusterização, contudo, e na temática desta dissertação, encontramos é com alguma dificuldade que identificamos cluster's potenciais do Baixo Vouga, e de Aveiro também, uma vez que os cluster's existentes e que foram descritos anteriormente, fazem parte de um território mais vasto como cluster's distritais, concelhios, e locais.

No caso em apreço, vamos utilizar a classificação de Zona Centro (Tabela 3), para evidenciar o retorno e contextualização disponibilizado pelo Observatório Europeu de Cluster's, para aferir a dimensão e potencial de uma região; - a Região Centro.

Pela análise que nos é possível efectuar, podemos imediatamente perspectivar a extrema versatilidade dos processos de negócio que percorrem as mais diversas áreas da indústria, comércio, bem como a prestação de serviços. O cluster da construção aparece com um peso na economia do centro bastante evidenciado relativamente a outros, mas o potencial é alargado a áreas como o cluster das telecomunicações, cerâmica, da metalurgia, com especial relevo para a vinicultura a assumir um destaque também importante.

Podemos dizer, que o Baixo Vouga sobrevive um pouco pela oferta distinta que promove junto da população residente e daquela que procura para somente para visitas de lazer curtas ou mais demoradas.

Na abordagem do modelo crescimento económico regional (Baixo Vouga), importa centrar a análise na dinâmica da convergência económica em dois planos: um plano focalizado na dinâmica de convergência da região com a média do espaço económico nacional, e outro plano centrado no processo de convergência com o espaço europeu.

Region	Cluster category	Employees	Size	Spec.	Focus	Stars	Innovation	Exports
Centro	Aerospace	26	0.01%	0.02	0.00%			
Centro	Transportation	3 997	0.06%	0.18	0.61%			
Centro	Hospitality	9 003	0.25%	0.68	1.36%			
Centro	IT	1 269	0.06%	0.17	0.19%			
Centro	Jewelry	731	0.25%	0.68	0.11%			
Centro	Leather	628	0.37%	1.03	0.10%			
Centro	Lighting	1 858	0.36%	1.00	0.28%			
Centro	Medical	389	0.09%	0.24	0.06%			
Centro	Metal	16 843	0.43%	1.20	2.55%			
Centro	Oil and Gas	0	0.00%	0.00	0.00%			
Centro	Biopharma	814	0.10%	0.28	0.12%			
Centro	Power	539	0.10%	0.28	0.08%			
Centro	Production Tech.	11 071	0.49%	1.36	1.68%			
Centro	Publishing	4 023	0.25%	0.68	0.61%			
Centro	Textiles	10 262	0.57%	1.59	1.56%			
Centro	Tobacco	0	0.00%	0.00	0.00%			
Centro	Forest	11 394	0.68%	1.89	1.73%			
Centro	Footwear	2 004	0.46%	1.28	0.30%			
Centro	Chemical	3 744	0.39%	1.08	0.57%			
Centro	Agricultural	4 082	0.49%	1.36	0.62%			
Centro	Business Services	5 206	0.12%	0.34	0.79%			
Centro	Education	447	0.01%	0.04	0.07%			
Centro	Entertainment	2 920	0.13%	0.37	0.44%			
Centro	Heavy Machinery	5 092	0.61%	1.71	0.77%			
Centro	Finance	1 868	0.03%	0.07	0.28%			
Centro	Automotive	8 201	0.32%	0.88	1.24%			
Centro	Instruments	234	0.04%	0.12	0.04%			
Centro	Communications	1 207	0.15%	0.42	0.18%			
Centro	Plastics	5 970	0.73%	2.04	0.90%	*	Low	Weak
Centro	Food	25 387	0.51%	1.42	3.85%	*	Low	Strong
Centro	Distribution	12 071	0.74%	2.06	1.83%	*	Low	N/A
Centro	Constr. Materials	12 219	2.03%	5.67	1.85%	**	Low	Very strong
Centro	Fishing	5 647	1.57%	4.37	0.86%	**	Low	Strong
Centro	Sporting	1 849	0.87%	2.42	0.28%	**	Low	Weak
Centro	Furniture	9 523	0.84%	2.34	1.44%	**	Low	Strong
Centro	Building Fixtures	26 659	1.14%	3.19	4.04%	***	Low	Very strong
Centro	Apparel	18 304	1.02%	2.84	2.77%	***	Low	Very strong
Centro	Construction	90 386	1.38%	3.84	13.70%	***	Low	N/A

Tabela 3 – Cluster's da Região Centro
(Fonte: European Cluster Observatory. ISC/CSC cluster codes 1.0, dataset 20070613)
In, <http://www.clusterobservatory.eu>

Assim, se bem que no contexto nacional podemos, dizer que a Região Centro está alinhada com o grupo de regiões que revelam um maior dinamismo em termos de crescimento, embora partindo de um patamar de rendimento inferior.

Segundo Augusto Mateus, no estudo elaborado sobre Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, podemos observar em termos de PIB per capita, que esse alinhamento em termos de convergência, se faz sobretudo com as regiões dos novos países membros (Fig. 3), o que posiciona a Região num patamar de convergência próximo do desses países, apesar do processo de integração de Portugal ter sido iniciado há alguns anos (Mateus, 2005: 30).

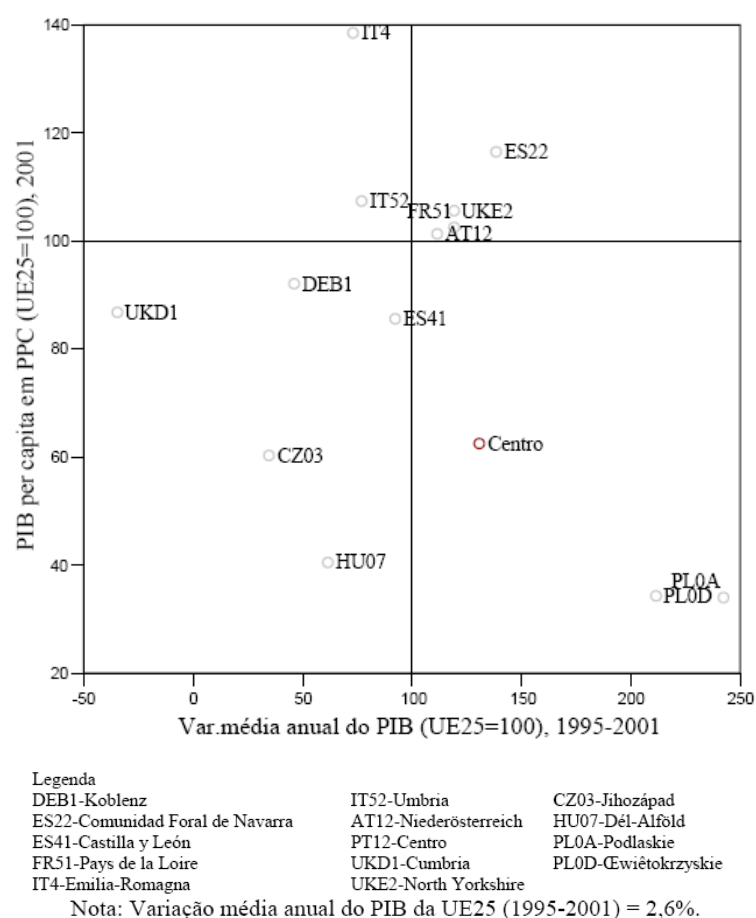


Figura 3 – PIB per capita e Variação Média Anual do PIB: Posicionamento da Região no contexto Europeu
(Fonte: Augusto Mateus, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social)

3.3. Modelos e referencias de sucesso das cidades

Falamos em cidades, conceito genérico do termo, e imediatamente somos assaltados por uma ideia de cidade:

- Cidade de Aveiro – Cidade da Ria
- Cidade de Guimarães – Cidade Histórica
- Cidade de Braga – Cidade Religião
- Cidade de Cintra – Cidade dos Palácios
- Cidade de Veneza – Cidade das Paixões
- Cidade de Paris – Cidade da Moda
- Açores – Espaços verdes
- Madeira – Turismo
- Cidade de Sevilha – Cidade do Flamengo

(interpretação própria)

Podemos então falar de um modelo de cidade, centrado numa realidade específica e dotado de um referencial territorial próprio, seja apoiado em indicadores culturais, no património edificado, na natureza, ou mesmo na qualidade característica das pessoas.

Cidade que se articula com planos de pormenor, e de urbanização, com política fiscais próprias, objectivando o crescimento sustentado e a capitalização do investimento e multidisciplinaridade do emprego, são suficientes para tornar a cidade competitiva.

3.3.1. Cidade competitiva versus cidade sustentável

A competitividade e a produtividade das cidades, são conceitos que reúnem em si um conjunto de vários indicadores de base económica, social, cultural, política e humana.

O mais relevante sem dúvida, o indicador de base económica, e consequentemente o desenvolvimento que lhe está ligado depende muito de um ambiente favorável à criação e instalação de empresas e ao normal funcionamento das suas actividades.

Por outro lado, este ambiente favorável é consequência de múltiplos factores, entre os quais as políticas nacionais de apoio às empresas e às actividades económicas e as políticas locais de atracção e fixação de empresas, devidamente apoiadas por associações empresariais dinâmicas e de agentes económicos municipais de alargada abrangência e muito activos.

Existem três tipos básicos de estratégias de localização industrial:

- 1.º Estratégias de flexibilidade de produção, em que o factor logístico tem muita importância;
- 2.º Estratégia do fortalecimento da capacidade de inovação, em que há tendência para localizar as empresas junto de centros de investigação e desenvolvimento;
- 3.º Estratégias de flexibilidade estratégica, em que se pretende evitar a irreversibilidade da escolha da localização, quando há mudanças no ambiente económico, como está a acontecer actualmente, o que normalmente conduz a estratégias de externalização, transferindo o custo da incerteza, para actores externos, o que pode ser conseguido por exemplo, com organizações em rede.

É neste sentido, que as políticas locais de atracção de investimento se devem centrar, na melhoria das infra-estruturas, da formação, e do fortalecimento do poder social tecnológico e desenvolvimento de redes.

Uma economia é competitiva no seu mercado quando revela capacidade para crescer e elevar o bem-estar da sua população – viabilizando o acesso generalizado a um conjunto de bens e serviços que satisfaçam necessidades cada vez mais complexas. Ou seja, a competitividade implica assim, um crescimento económico acompanhado pelo desenvolvimento e expansão dos sectores de actividade com estratégias mais agressivas, o que transforma o crescimento da produtividade essencial neste processo. Sobretudo porque, no longo prazo, o seu crescimento é fundamental para a melhoria do rendimento real e, consequentemente, para elevar o nível de vida. Assim, a competitividade de uma economia, ao traduzir o esforço

continuado de melhoria do desempenho de um sector/país, é afectada por diversos factores inter-relacionados, nomeadamente: o investimento, a qualificação dos recursos humanos, a tecnologia, o grau de abertura ao comércio, o enquadramento legislativo, a inovação e a produtividade.

A relação entre produtividade e competitividade pode mostrar-se ambígua, pois uma análise unifactorial facilmente conduz à ideia de que a competitividade se esgota na produtividade. Contudo, pensamos ter ficado claro, neste artigo, que a produtividade do trabalho nem sempre se traduz em competitividade, visto que existe um conjunto de outros factores como: a procura, os preços, a produtividade de outros ou de todos os factores produtivos, a fórmula de cálculo da produtividade do trabalho, que influenciam, determinantemente, a variação desses factores e, conseqüentemente, o desempenho de um país.

A sustentabilidade depende fundamentalmente de cinco exigências estruturais (Mota, 2005: 86-87), aumentar o emprego e a produtividade nas indústrias mais mergulhadas na competição internacional, o que implica ascender na cadeia de valor das indústrias tradicionais; reforçar o peso dos serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado internacional, quer os que são especialmente exigentes em qualificações tecnológicas como o turismo ou os serviços de back-office prestados às empresas localizadas no exterior, quer os que se baseiam numa elevada capacidade na área da engenharia ou da gestão ou que supõem uma elevada criatividade artística; introduzir uma maior competição nos serviços tradicionalmente protegidos da concorrência internacional, a fim de obter uma maior eficiência na sua prestação, conter as despesas com a sua prestação e reduzir a parte da formação de capital fixo que absorvem, permitindo que uma parte maior do investimento se canalize para os dois grupos de actividades anteriores; utilizar a fundo os conceitos TIC para organizar em rede a oferta de bens e serviços, assegurando às empresas uma maior presença nos mercados internacionais; utilizar de forma racional os recursos naturais, aproveitando o potencial endógeno nacional e assumindo o património como um valioso recurso

para o crescimento económico e para o desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Se uma pequena economia aberta quiser, além de ter um crescimento elevado, assegurar um desenvolvimento sustentável necessita de cruzar estes objectivos com a necessidade de reduzir a intensidade energética do crescimento, pela promoção da eficiência energética e pela diversificação das fontes, nomeadamente pela aposta clara nas energias renováveis.

3.3.2. Dinâmicas de coesão económica e social

Aveiro, dispõe à partida de três grandes vantagens competitivas: proximidade de mar e a existência de um porto comercial, o seu clima e a qualidade das suas gentes. Obviamente que estas grandes vantagens não estão dispostas necessariamente pela ordem de qualidade; Estas vantagens, só o são, na verdadeira essência da palavra, se se adoptar uma postura cada vez mais pró-activa, iniciando em alguns casos, processos de alterações radicais das suas variáveis ou recursos de competitividade, de forma a tornar-se no local privilegiado para a instalação de empresas.

E é neste sentido que Aveiro tem de estar na primeira linha pelo investimento, pela localização dos centros de decisão, pela atracção do conhecimento e inovação. Tem no entanto de ter em atenção que as cidades são cada vez menos isoladas. Hoje em dia são poucas as áreas urbanas de alguma dimensão, que ainda correspondem ao modelo da cidade município isolada.

É neste seguimento, que não podemos continuar a defender Aveiro isolado, dizer que Aveiro concorre com Ílhavo, Albergaria, Águeda ou qualquer outro conselho do distrito, - muito pelo contrário, Aveiro tem de cooperar com esses municípios, para obter economias de escala, para obter economias de aglomeração, para a gestão de alguns dos seus serviços locais, e gerar efeitos de aglomeração que beneficiem a sua base produtiva de emprego, evitando excluir-se do quadro das vantagens comparativas da actual globalização de oportunidades.

A cooperação e aglomeração intermunicipal, como o previsto pelo QCA III para a região Centro²⁰, têm de funcionar, como uma verdadeira rede geradora de sinergias.

Não basta hoje, promovermos a oferta de zonas industriais bem infra-estruturadas, estrategicamente localizadas, e com bons acessos, bons nós viários, para que os investidores e os novos empresários procurem aqui fixar-se, é preciso novas apostas, como as Zonas Industriais de Nova Geração.

Numa época em que os recursos humanos e particularmente os quadros qualificados, são o recurso vital das organizações, e das empresas, estas procuram os locais onde estes os seus quadros se sintam bem; e neste sentido aspectos como o custo da habitação, do acesso à cultura, acesso à saúde, acesso ao ensino, acesso à investigação, são fundamentais. Temos de saber retirar vantagens que nos são dadas pela existência de boas estruturas nessas áreas, e a existência da Universidade de Aveiro em particular, cuja cooperação com as empresas deve pela câmara municipal de Aveiro ser apoiada e ser potenciada. Mas aspectos como o sistema de transportes, a criminalidade e a segurança urbana, a qualificação sócio-urbanística, os equipamentos sociais e de lazer, e o próprio nível de poluição, tem também uma postura muito importante na atracção de quadros qualificados, e de empresas utilizadoras de tecnologia, de investigação e prestadoras de serviços de qualidade.

Em primeiro lugar: as condições impostas pelos governos locais são hoje fundamentais. É preciso tomar decisões, tendo em atenção estas condições; É necessários criar novos serviços e promover a desburocratização dos existentes²¹, para que todos sejam rápidos e mais eficazes. No particular caso das empresas a fixarem-se no concelho de Aveiro, acho que a câmara devia promover políticas do tipo “porta aberta”, obviamente para que as pessoas se sintam bem: os industriais, os potenciais investidores, para o que se sugere a criação de um gabinete de apoio ao Investidor.

²⁰ Para melhor compreender este ponto de vista, consultar <http://www.qca.pt/pos/pocentro.asp>

²¹ Conforme é intenção do actual governo,
in http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC08/Programa/#Top

Em segundo lugar: é fundamental criar um serviço de acolhimento de empresários estrangeiros, e apoiar a prospecção nos mercados externos e a internacionalização das empresas. São aspectos que urge desenvolver.

3.3.3. Inovação e cenários de diferenciação na região de Aveiro

A evolução da estrutura produtiva portuguesa na última década determinou processo de ascensão do sector terciário que se fez acompanhar de tendências de desindustrialização e de desruralização (Mateus, 2005: 2), nomeadamente, pela afirmação da fileira das actividades de construção e imobiliário; pelo papel crescente dos serviços às empresas e de apoio às famílias; pela consolidação da especialização turística; pelo reforço da importância dos serviços de defesa, educação e saúde; e pela perda de peso da área das *utilities* e energia.

A tendência de desindustrialização traduz-se por uma estrutura produtiva onde quase todos os sectores perdem representatividade na formação do VAB nacional, com destaque para as fileiras têxtil, química, papel, vestuário e calçado e alimentar, exceptuando-se apenas as actividades ligadas à fabricação de material de transporte que ganharam relevo: a perda global de importância da indústria transformadora constitui o resultado de um modelo persistente de reprodução de técnicas e processos produtivos. Este modelo mostra-se muito pouco consentâneo com a evolução internacional registada nestes sectores onde a capacidade de incorporação de valor está a deixar de se confinar apenas à eficiência produtiva propriamente dita e se alicerça, cada vez mais, na eficácia da capacidade de subida na cadeia de valor e de integração das actividades situadas quer a montante do processo produtivo, nomeadamente, a concepção e o design, no seu papel de incorporação de valor através de uma melhor capacidade de orientação para o mercado, quer a jusante, na comercialização, distribuição e marketing.

Tudo isto se processa num quadro de esforço de modernização global e, em menor grau, de redimensionamento das estruturas produtivas e empresariais centrado, primordialmente, nos equipamentos e infra-estruturas e, não tanto, nos aspectos

mais imateriais da organização, gestão, qualidade, investigação, concepção, formação e comercialização, e sustentado por uma dinâmica interna de endividamento e/ou de financiamento comunitário, catalizadora do crescimento do sector bancário e de seguros, característico de um modelo mais extensivo de crescimento e competitividade. O modelo de crescimento adoptado, não implicando uma forte progressão qualitativa, nem uma significativa transformação da especialização de actividades, privilegiou investimentos centrados no capital físico, seja ao nível empresarial, onde a renovação e modernização de equipamentos se sobrepôs, com clareza, aos investimentos imateriais, de organização, inovação ou de desenvolvimento do capital humano, seja ao nível das infra-estruturas, onde a lógica da respectiva construção se sobrepôs também à lógica da respectiva utilização eficiente, da prestação de serviços à logística.

Trata-se de um modelo basicamente extensivo mais apoiado na criação de empregos num número limitado de actividades do que na obtenção de ganhos significativos de produtividade: note-se que mais de 50% do VAB industrial nacional é gerado por indústrias cujos principais factores chave de competitividade assentam na exploração de recursos naturais e na existência de baixos custos do factor trabalho.

A incapacidade de introduzir na estrutura produtiva portuguesa um perfil orientado para o reforço da representatividade de actividades mais avançadas do ponto de vista da incorporação de tecnologia e conhecimento constitui um dos seus principais *handicaps* estruturais, principalmente num contexto em que as economias mais avançadas europeias registam contributos crescentes destas actividades para a formação do VAB industrial e dos serviços.

Articulação complexa entre uma “demografia” empresarial relativamente turbulenta com elevadas taxas de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil, uma alteração razoável da estrutura dimensional, sectorial e regional do tecido empresarial traduzida pelo reforço do peso das micro empresas, a afirmação de um modelo de terciarização ancorado, sobretudo, nas actividades associadas o

mobiliário, à distribuição moderna e aos serviços às empresas e uma apreciável desconcentração da distribuição empresarial dos grandes pólos das áreas metropolitanas em favor dos pólos emergentes no Minho (Cavado/Ave/Tâmega), no “norte” da região de Lisboa (Oeste/Pinhal Litoral/Médio Tejo/Lezíria do Tejo) e no “sul” da região do Porto (Baixo Vouga/Baixo Mondego/Dão-Lafões) e uma significativa renovação do tecido empresarial marcada pelo grande de empresas “jovens” mas com reduzida “esperança de vida”.

3.3.3.1. Grandes linhas de evolução da estrutura produtiva na Região Centro

3.3.3.1.1. Padrões de Especialização Produtiva

No contexto nacional, convivemos com factores que tudo apontam para uma forte desaceleração do crescimento económico e, em particular, das exportações portuguesas que se tem verificado nos últimos anos, sob a justificação de perda de flexibilidade competitiva decorrente do desaparecimento da política cambial nacional, em virtude da passagem ao regime económico da UEM, e da insuficiência de outros instrumentos de incentivo à produção de bens transaccionáveis. Mas a perda de competitividade externa da economia portuguesa dever-se-á também, em parte, às insuficiências estruturais do seu padrão de especialização produtiva e dos factores que a suportam, num contexto global que, por ser cada vez mais exigente (MAOTDR, 2006: 7), as realça, nomeadamente no que diz respeito à Região Centro, a elevada dimensão média dos principais operadores originando uma forte concentração de quotas de mercado em torno de poucos actores e por outro lado, uma estrutura económica de realidades distintas, que se exprimem por uma relativa diversidade de “sistemas produtivos locais”, com características distintas, com uma demarcação territorial relativamente bem definida e circunscrita acompanhada por um considerável grau de desarticulação entre si. A heterogeneidade e desarticulação do sistema produtivo da Região Centro estão relacionadas com o ordenamento

territorial das suas actividades produtivas, sobretudo das sub-regiões do litoral delimitadas pelas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Identificam-se dois conjuntos de sub-regiões em função da diversificação sectorial, um que compreende a faixa litoral (Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Baixo Mondego) a que se juntam o Pinhal Interior Norte e Dão Lafões e outro que inclui as restantes sub-regiões localizadas no interior: estão em causa duas regiões distintas, uma com um tecido empresarial assente numa relativa diversidade produtiva centrada na indústria e, outra, interior e rural, com alguns pequenos pólos industriais.

O perfil de especialização por sub-região permite distinguir os seguintes padrões: o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral constituem as regiões de maior dinamismo industrial, sendo de assinalar que na primeira daquelas sub-regiões se verifica uma maior diversificação sectorial, enquanto que o tecido industrial do Pinhal Litoral está mais concentrado sectorialmente, designadamente, nas indústrias do vidro, moldes e plásticos, que coexistem com outras actividades industriais de menor expressão; no Baixo Mondego são de destacar as indústrias alimentares e bebidas, têxteis, vestuário e calçado, madeira e mobiliário, químicas e borracha, cerâmicas, metalúrgicas, máquinas não eléctricas, e componentes para automóveis. Também são relevantes as actividades de serviços nas áreas da educação e saúde (Univ. Coimbra); a agricultura constitui o sector de especialização das sub-regiões Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, embora se identifiquem algumas especializações industriais como os lanifícios na Serra da Estrela e a madeira no Pinhal Interior Sul; o Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões encontram-se numa posição de charneira, combinando algumas indústrias com actividades agrícolas ainda com algum relevo e um desenvolvimento apreciável dos serviços.

A Região Centro²² revela um nível de industrialização superior à média nacional, embora as especializações sectoriais traduzam dinâmicas regionais distintas: o peso no VAB regional do subsector “Fabricação de outros produtos minerais não metálicos” (DI) onde estão incluídas a fabricação de vidro, cerâmicas e faianças do

²² INE, 2006 (anexo 2)

Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, sendo ao mesmo tempo o sector que apresenta o maior grau de especialização sectorial face ao contexto nacional nestas actividades; um maior nível de especialização nacional em actividades como a “Fabricação de máquinas e de equipamentos” (DK), a “Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” (DH) e as “Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão” (DE), que representam quatro importantes unidades industriais instaladas na Região, bem como as “Indústrias metalúrgicas e base e de produtos metálicos” (DJ).

Uma análise deste contexto será efectuada no capítulo cinco desta dissertação.

3.3.3.1.2. Linhas de Evolução da Indústria

A Região Centro apresentava, em 1995, uma estrutura regional do VAB industrial por factores-chave (cfr. Anexo 4), de competitividade que revelava, face à estrutura nacional, pesos relativos mais acentuados das actividades que se baseavam na exploração dos recursos naturais e nas actividades ligadas à diferenciação do produto, como contrapartida, de uma “subrepresentação” das actividades centradas na I&D, na exploração de economias de escala e nos baixos custos do trabalho, mas evolução registada desde aquela data reduziu consideravelmente a expressividade destas divergências, apresentando agora a estrutura produtiva da região um padrão muito semelhante ao nacional. Ainda assim, ao nível interno da Região Centro, mantiveram-se as principais divergências evidenciadas face ao padrão nacional do VAB industrial por factores chave de competitividade, retratando as especificidades do perfil de especialização produtiva destas regiões.

Numa análise das vantagens comparativas reveladas por factor-chave de competitividade, destacam-se os sectores industriais ligados à diferenciação do produto: a relevância da capacidade competitiva que estes sectores assumem nos mercados externos coloca a região numa posição em que a aposta estratégica regional deverá alicerçar-se, no futuro, na manutenção e reforço destas vantagens

comparativas, em paralelo com a tentativa de recuperação da posição debilitada nos sectores em que a I&D se assume como factor chave de competitividade, apostando não só na elevação na cadeia de valor de sectores mais tradicionais onde apresenta maior aptidão e/ou vocação exportadora, mas também nos sectores emergentes de maior conteúdo tecnológico.

Os níveis de produtividade por factores chave de competitividade da região Centro não se distanciam significativamente da média nacional, sendo de destacar (cfr. Anexo 5), as actividades com componente relevante de I&D apresentam níveis de produtividade inferiores à média do país, enquanto que as actividades cujo principal factor de competitividade são os recursos naturais alcançam níveis relativos de produtividade ligeiramente superiores (nas sub-regiões do Baixo Mondego e Beira Interior Sul e, em menor escala, no Baixo Vouga e no Pinhal Litoral); as sub-regiões que baseiam a sua economia na floresta (Pinhal Interior Sul Norte) revelam produtividades abaixo da média e as actividades que assentam a sua competitividades em economias de escala não conseguem obter níveis de produtividades satisfatórios na generalidade das sub-regiões da Região Centro.

A intensidade exportadora da Região Centro registou, em anos recente, uma evolução positiva e superior à nacional: a evolução neste indicador resulta da existência na região de um modelo industrial disperso, porém alicerçado nalguns pólos industriais de dinamismo significativo, como sejam os pólos da Marinha Grande, Leiria e Aveiro que apresentam uma significativa capacidade exportadora em sectores sustentados por um perfil de diferenciação de produto e com elevado valor.

Capítulo IV

Plano de Desenvolvimento das Cidades

A definição de uma política de cidades ou de uma estratégia nacional para uma política de cidades afigura-se como essencial enquanto parte integrante da política de desenvolvimento regional.

Factores de ordem nacional, regional e local, como a competitividade económica, a coesão social, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento cultural e a qualidade de vida das populações dependem, de forma decisiva, do funcionamento das cidades e áreas metropolitanas, assim como das suas capacidades para se inserirem nas redes inter-regionais e transnacionais, europeias e mundiais, de inovação e desenvolvimento.

A preparação de uma estratégia nacional para uma política de cidades deverá constituir-se como um processo amplamente participado e poderá beneficiar de uma reflexão crítica sobre as experiências passadas e recentes de intervenções urbanas, bem como da análise das políticas e programas da União Europeia, das opções de desenvolvimento nacional e, ainda, de algumas iniciativas mais relevantes e inovadoras nesta matéria em termos europeus e internacionais.

De facto, a União Europeia tem lançado uma série de princípios orientadores e documentos de referência ao longo da última década ao nível de estratégias de desenvolvimento urbano, com destaque para o Livro Verde sobre Ambiente Urbano (CE, 1990), o Programa das Cidades Saudáveis (OMS) e a Declaração de Atenas (1990), o programa HABITAT (ONU) e o plano de acção Agenda HABITAT (1996), o projecto das Cidades Europeias Sustentáveis (CE), a Agenda Urbana da Comissão das Comunidades Europeias (1998) ou o EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (CE, 1999).

A troca de experiências e conhecimento, assim como a transferência de instrumentos de política de desenvolvimento regional entre países e regiões numa lógica de efectiva cooperação interregional, será uma mais-valia fundamental para a construção de pistas para uma estratégia de política de cidades. Isto não só pelo benefício do contacto com iniciativas e projectos inovadores, mas pela potencialidade futura da inserção das cidades nas redes inter-regionais e

transnacionais onde se opera a autêntica cooperação e competição em matéria de inovação e desenvolvimento (Cities, 2005: 4).

Uma estratégia nacional para uma política de cidades, no sentido de uma estratégia de afirmação da competitividade das cidades como habitats de inovação, passará necessariamente pela análise de diversos princípios relevantes: planeamento estratégico e participado da cidade (o “projecto de cidade”); partenariado/contratualização público-privada; marketing territorial; princípio da sustentabilidade; valorização das cidades médias; redes de cidades; integração territorial das cidades nas regiões envolventes, entre outros.

4. Planeamento e perspectiva estratégica das cidades

No presente momento em que vivemos uma época marcada por alguma indefinição, mas conseqüentemente por mudanças em passo acelerado, tornam um processo global num sistema de proximidade, e também mais interactivo, onde a visão estratégica assume exponencial valor para as instituições e organizações que interagem entre si.

Ainda e neste contexto, quando falamos em planeamento estratégico das cidades, não o fazemos no sentido de “prever o futuro”, antecipando cenários, mas sim num sentido pragmático, ousado, de potenciar e criar valor na dinâmica das cidades, criando neste contexto factores de diversidade e competitividade das cidades, valorizando e potencializado as vertentes patrimoniais, ambientais e sócio-culturais.

Sob este aspecto, esta dissertação destaca o pleno enquadramento de novas dimensões atribuídas às cidades com a adopção de um plano de desenvolvimento estratégico, como por exemplo, a inserção competitiva das cidades em espaços supranacionais (estratégias e condições de competitividade internacional); a conciliação das preocupações de solidariedade social com as de eficácia económica (crescer e modernizar sem excluir); a dimensão simultaneamente voluntarista e prospectiva (criar um futuro, mais do que “prevê-lo”); e o empenhamento activo

do maior leque possível de agentes – públicos, associativos, privados – que intervêm na cidade, numa óptica de contratualização e de desenvolvimento de iniciativas em parceria (da contratualização como forma de responsabilização à parceria como veículo de cooperação concorrencial).

A elaboração de um plano de desenvolvimento estratégico para as cidades resulta, da convicção de que é necessário entender e actuar sobre as próprias condições do desenvolvimento urbano e não apenas sobre as suas consequências ou manifestações (segregação social, desemprego, degradação ambiental, declínio económico, especulação imobiliária, etc.).

A intervenção na cidade, hoje, faz-se ao nível de um impulso e estímulo a um ambiente local propício à inovação social e à iniciativa empresarial, ambos num contexto de crescente competitividade inter-urbana. Claro, que isto só será possível com a forte mobilização, dos responsáveis autárquicos, e de todos os agentes necessários à realização das políticas propostas.

Caberá, neste contexto, às autarquias não tanto o “fazer”, mas antes o “animar”, através da promoção de uma saudável troca de conhecimentos e experiências. É dentro desta perspectiva que o planeamento do desenvolvimento estratégico ganha especial força, constituindo uma condição indispensável para qualquer cidade que queira construir o seu futuro.

4.1. O Processo de decisão na concretização de objectivos

Dependendo da sua estrutura e do seu espaço, uma cidade é confrontada diariamente com problemas organizacionais e com as limitações naturais dos indivíduos, não há dúvida que a decisão em grupo tem vantagens sobre a decisão individual, mas todo um conjunto de factores interferem no processo de decisão.

Começa pelo tempo que demora a reunir um grupo de decisão, que depende do factor urgência da decisão, e também outros que podem provocar oscilações na esfera da produtividade, afectando a qualidade das decisões, sejam elas de cariz político ou económico.

A tecnologia de suporte a grupos de decisão tem sido desenvolvida de forma a ultrapassar alguns destes problemas. Por exemplo, automatizando tarefas, criando uma memória de grupo, coordenando e suportando a interacção entre os participantes, ou mesmo apoiando a decisão através de procedimentos estruturados.

A intenção de apresentarmos nesta dissertação, esta componente do processo de decisão, objectiva-se no facto de que as cidades e os intervenientes do processo de decisão, enfrentam sérios desafios para concretizarem tudo aquilo a que se propõem, na medida em que hoje, o processo de decisão não se compadece com análises demoradas, e estudos de terreno; exige sim, o recurso a técnicas e tecnologias de suporte para agilizar e trazer para cima da mesa em qualquer lugar e a todo o momento, todos os conceitos e constantes permissivas a avaliação e posterior decisão.

4.1.1. O conhecimento com factor determinante da resposta ao investimento

A região do Baixo Vouga, e nomeadamente Aveiro, a par com outras autarquias pode ser vista hoje numa etapa que atribui maior vocação à acção cuja meta é preconizada no conceito de qualidade, ou seja, recuando um pouco, logo depois do 25 de Abril de 1974, as autarquias preocupavam-se com necessidades básicas como redes de saneamento e estradas. Mais tarde, alguma preocupação com aspectos arquitectónicos do edificado e espaços ajardinados e hoje em dia, a grande aposta vai para o desenvolvimento do seu concelho, para a qualidade de atracção de investimento e pessoas, seguindo aliás directivas muito específicas do que se passa um pouco por toda a Europa.

Para essa promoção de espaço, é essencial traçar linhas estratégicas que tenham em conta o conhecimento por um lado, e por outro a tecnologia. Um concelho para ser competitivo deverá definir o tipo de actuação próprio, relativo a conceitos como o investimento e a atractividade, mas também com a empregabilidade e a coesão social.

As cidades encontram-se divididas pelo empenho dos eleitos para governar, mesmo com a concorrência política e partidária, e também pela constante procura de qualidade de vida por parte dos seus cidadãos. Estamos perante um salto qualitativo, que obrigará a que todos os intervenientes sociais e políticos, a rodear-se de competências determinadas e conhecimento adequados.

Extrapolando um pouco, e dando um salto significativo, num contexto internacional extremamente competitivo e dinâmico, a política de investimento na educação e na formação, tem em conta e cada vez mais, as novas exigências da sociedade do conhecimento. Podemos dizer que actualmente a EU ainda denota um certo atraso em relação aos Estados Unidos, traduzido sobretudo na sua incapacidade para atrair e conservar os talentos na Europa. A diferença de produtividade entre a EU e os Estados Unidos não para de aumentar. Para inverter essa tendência são necessários investimentos suplementares, tanto em investigação e desenvolvimento, como em TIC's, como aliás vimos e foi melhor descrito anteriormente, e fazem parte do conjunto do sistema europeu de educação e formação (COM, 2003: 3).

4.1.2. O plano estratégico: definição e objectivos.

O plano estratégico, é um factor dinamizador e de desenvolvimento pelas suas características e natureza, e actua ao nível das próprias condições de desenvolvimento.

Por outras palavras, a eficácia de um plano estratégico avalia-se pela sua capacidade de intervir ao nível dessas condições, alterando-as no sentido da construção de processos de desenvolvimento que se revelem sustentados a médio e longo prazo, isto é, se um plano for bem concebido, não deveremos ser confrontados com imprevistos (Beaufre, 2004: 39).

Para fins analíticos e de definição de uma estratégia coerente de intervenção, as condições de desenvolvimento por exemplo de uma cidade, prendem-se por um lado com a imagem que identifica a cidade, e pela qualidade urbana global, e por

outro, pela sustentabilidade económica e integração territorial, que são incutidos através dos projectos e posturas assumidas.

As condições de desenvolvimento de qualquer cidade serão tanto mais positivas quanto mais favoráveis e interactivas forem as condições verificadas no seio de cada um desses quatro conjuntos.

Neste sentido encontramos assim, duas das funções fundamentais de qualquer plano estratégico: actuar ao nível das condições de desenvolvimento e assegurar a necessária integração e coerência de objectivos e acções no quadro de um domínio tão complexo como é o da gestão estratégica de uma cidade.

4.1.2.1. O Planeamento Estratégico no Baixo Vouga

A Região do Baixo Vouga, enquanto região de convergência, necessita obrigatoriamente de um plano estrategicamente definido, que envolva agentes de todas as vertentes, que dinamizar, potenciar e instituir factores de competitividade.

Um planeamento estratégico com estas características, tem como principais objectivos a orientação da missão do Baixo Vouga, dos objectivos e das estratégias de todas as suas organizações, facilitando o desenvolvimento de planos individuais e concertados posteriormente, para cada uma das áreas funcionais. Ou seja, entendemos deste modo que um plano estratégico completo, conduz cada uma das áreas em análise, na direcção em que cada organização se cruzará com os objectivos da região, permitindo-lhe assim, desenvolver objectivos, estratégias e programas coerentes com os objectivos propostos, e um orçamento adequado (Donnelly, 2000: 176).

Perspectivar e conceber um planeamento estratégico, ajudará a região do Baixo Vouga a conhecer-se melhor e a potenciar os seus objectivos futuros, as acções a desenvolver a partir do momento presente, atendendo consequentemente ao seu público alvo, objectivos esperados, alternativas estratégicas e de salvaguarda, canais de comunicação verticais e horizontais, e acima de tudo, perspectivar o

investimento como forma de manter o planeamento estratégico operativo, bem como a sua sustentabilidade.

3.1.2.2. A Importância da elaboração de um Plano Estratégico

Uma estratégia surge na sequência de um pensamento que se desenvolve num espírito de liderança, vocacionado para a acção; por isso mesmo é quase que um inexplicável fluxo de informação, intuição e muita criatividade, que articulado com recursos humanos e meios, se traduz na concretização de objectivos futuros de médio ou longo prazo.

O Plano Estratégico no seu conceito essencial, tem como principal objectivo a organização de contributos de diversas áreas, e de diversas linhas orientadoras e conjugar esforços e recursos, e agregá-los sob a acção de uma equipa forte e coesa, capaz de dar resposta a qualquer desafio proposto, promovendo acções conjunta e apoiadas em TIC's.

Nesta dissertação assumimos, que todos os intervenientes no processo, estão completamente integrados nos objectivos e em conjunto assumir-se-á um compromisso onde o objectivo comum será fazer as coisas de modo eficiente, com a máxima eficácia.

4.1.2.3. Elaboração de um Plano Estratégico: perspectiva generalizada

O resultado final do processo de planeamento estratégico é um plano estratégico, onde se procura obter um equilíbrio entre os projectos de curto prazo e os projectos de longo prazo.

Ao fazer uma breve análise de algumas cidades, sob o conceito do plano estratégico (tabela 4), somos levados a concluir que a adopção de um plano, é um aspecto transversal, que potencia o crescimento das cidades.

O início da elaboração de planos estratégicos em Portugal esteve associada ao PROSIURB (DGOTDU, 1996: 6), mas são muitos os municípios que o fizeram sem estarem incluídos naquele programa. Podemos ainda assim, dizer que alguns municípios estão a rever esses mesmos planos, realizados na segunda metade da década de 90, como é o caso do município de Aveiro, ou a repetir a experiência, elaborando um novo plano estratégico.

Cidade	Objectivo principal	Ano
Veneza	- costruire, in un futuro vicino e misurabile, una città caratterizzata dall'alta qualità della vita dei suoi abitanti – nei suoi aspetti relazionali, lavorativi e culturali – e dall'alta qualità dei suoi assetti fisici e ambientali.	2004
Lagos	- suporte ao processo de desenvolvimento de Lagos, que se pretende integrado e sustentável nas dimensões social, económica e ambiental, considerando o actual contexto nacional e internacional e respectivas tendências de evolução.	2005
Coimbra	- ser um instrumento de concertação estratégica que perspectiva o papel de Coimbra no contexto do sistema metropolitano, regional, nacional e internacional.	2006
Évora	- Infraestruturas / equipamentos / valor estético e simbólico / valor de uso / acções de animação	2005
Aveiro	- tornar Aveiro uma cidade com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, que se afirme como centro de intermediação entre a Região e o exterior, e como pólo de dinamização económica, social, cultural e desportiva.	1997
Viana do Castelo	- Programa POLIS	2005
Sintra	- Futuro Desejado – Sintra Ideal em 2015	2006
Vendas Novas	- Um território atractivo, para viver, trabalhar, investir e visitar	2007
Chaves	- Posicionar o Município de Chaves na trajectória do desenvolvimento sustentado como Território de Actividades Económicas, de Turismo e de Cooperação.	2008

Tabela 4 – Cidades com planos estratégicos disponíveis on-line
(Fonte: elaboração própria)

Concluimos ainda, que de modo geral, o planeamento estratégico prevê e traça um rumo tendente a atingir os objectivos definidos num contexto territorial, geralmente a médio e longo prazo.

As cidades analisadas, e pela importância que dão ao planeamento estratégico, e mantendo on-line este documento, mostra bem a seriedade e a intenção de planear o futuro, abrindo a comunidade geral as suas intenções e apresentando os seus

projectos, adoptando deste modo também uma política de crescimento sustentado, objectivando para o efeito projectos de curto, médio e longo prazo.

Mas outras cidades existem, como por exemplo, algumas das que fazem parte da rede das cidades médias, cidades cujos habitantes se situam entre os 50 mil e os 250 mil, Chaleroi (Bélgica), Joensuu (Finlândia), Lamia (Grécia), Linköping (Suécia), Roskilde (Dinamarca) e Speyer (Alemanha), formando no seu conjunto a rede MECINE²³, onde a definição de uma estratégia para as cidades de media dimensão, ganhou visibilidade própria e tem estimulado novos debates e alguns contributos inovadores (DGOTDU, 1996: 13).

Entender as oportunidades e as ameaças (tabela 5), que globalmente se associam às cidades de média dimensão implica que se identifiquem previamente factores que fazem toda a diferença, como a dimensão demográfica, a posição relativa dos grandes aglomerados urbanos aos pequenos centros, e as características morfológicas e sócio-culturais das populações.

²³ A Rede MECINE é uma rede de cidades médias da Europa (entre 50.000 a 250.000 habitantes), criada no fim de 1994, pela associação de várias cidades com o desejo de aprofundarem as suas relações de cooperação.

Após um período de dois anos desenvolvendo oito projectos diferentes, que contribuiu igualmente para a criação de um Plano de Desenvolvimento Estratégico de cada um dos parceiros, as cidades de Charleroi (B), Évora (P), Lamia (GR), Roskilde (DK), Speyer (D) e Tarragona (E) decidiram criar esta nova rede. Este objectivo foi igualmente partilhado pela Associação de Municípios ETAAEP (GR), que desde essa altura tem sido um parceiro constante com o estatuto de observador. Alguns destes parceiros (Charleroi e Tarragona) mais tarde deixaram a rede, principalmente devido ao facto de não serem participantes activos nas actividades da rede.

Desde 1995, a rede tem crescido em parceiros novos, primeiro com Linköping (S) e recentemente com Joensuu (FI). Entretanto outro parceiro novo, Rochdale (UK), teve infelizmente de deixar a rede MECINE, devido a assuntos de política interna.

A Estratégia da rede MECINE é alargar o nº dos seus membros a cidades representantes de cada um dos países da União Europeia. Este objectivo deverá ser lentamente perseguido de maneira que a integração de cada membro na nossa comunidade seja um factor positivo e não destrutivo.

A 26 de Novembro de 1994, em Tarragona, as cidades pertencentes à rede "Estratégias das Cidades Médias Europeias" - RECITE - deliberaram continuar a trabalhar em conjunto, constituindo, para tal, a rede Cidades Médias da Europa, denominada MECINE. <http://www.mecine.org/>

Características Fundamentais	Oportunidades	Ameaças	Dimensões Estratégicas de Intervenção
Dimensão demográfica média	<ul style="list-style-type: none"> - Concentrar vantagens das grandes cidades, evitando respectivas deseconomias; - Articular de forma equilibrada políticas descendentes e ascendentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de se atingirem limiares elevados de economias de escala e de aglomeração; - Fraco benefício de políticas demasiado dependentes da procura, da existência de massas críticas e da ocorrência de situações de grande gravidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar potencialidades de uma escala significativa e susceptível de ser gerida globalmente.
Posição funcionalmente intermédia entre as grandes aglomerações urbanas e os pequenos centros que estruturam o espaço rural	<ul style="list-style-type: none"> - Construir localização alternativa a zonas congestionadas demografia e urbanisticamente; - Construir pólos de animação das áreas (rurais) envolventes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração desagregadora em processos de metropolitização; - Descolagem face à área envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificar relações funcionais com centros urbanos e áreas rurais.
Sobrevivência de características morfológicas e sócio-culturais historicamente sedimentadas	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar, fixar e atrair populações; - Combater a exclusão social e a carência de recursos humanos com as necessárias qualificações; - Apostar na diferença como vector de visibilidade e competitividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade das condições de sobrevivência dos traços distintos de cada cidade face às tendências de uniformização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar o património construído e sócio-cultural como vector de identidade, integração, visibilidade e competitividade.

Tabela 5 – Cidades Médias: principais oportunidades e ameaças
(Fonte: Guia para elaboração de Planos estratégicos de Cidades Medias, 1996: 19)

Importantíssimo, e consequentemente irreversível, é o conhecimento e o posicionamento de cada cidade, face ao contexto geral, advindo para o efeito vantagens face às grandes cidades (figura 4), que como é obvio se enquadram noutro contexto onde o factor escala e aglomeração atingem patamares, menos óbvios de atribuir às cidades médias.

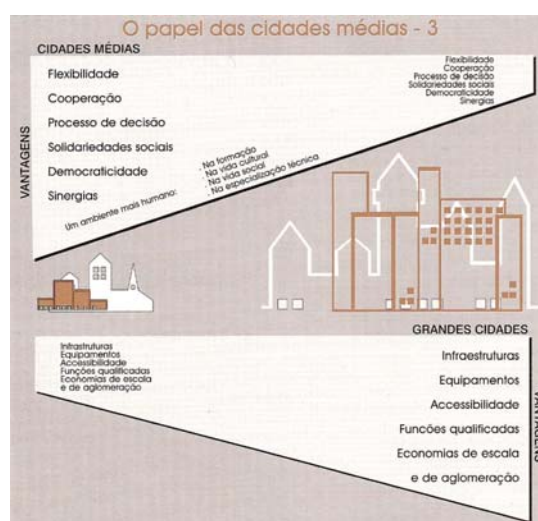


Figura 4 – O papel das Cidades Médias
(Fonte: Guia para elaboração de Planos estratégicos de Cidades Medias, 1996: 18)

A diferenciação faz-se pelo factor planeamento, definindo projectos de curto, médio e longo prazo.

Contudo interessa-nos ter bem presente, que um planeamento estratégico que consequentemente se empenha fortemente na óptica de curto prazo pode conduzir a uma aversão ao risco generalizado e condenar outros projectos, bem como levar as organizações envolvidas à estagnação.

No mesmo seguimento de ideias, uma aposta excessiva em projectos de longo prazo, objectivando uma aposta clara no futuro, podem comprometer a rentabilidade de todos os projectos de curto prazo e outros resultados operacionais e organizacionais, comprometendo de igual modo diversas acções, aumentando a vulnerabilidade a possíveis acções hostis de outros projectos paralelos e outras organizações complementares.

O planeamento municipal estratégico, obriga a uma gestão equilibrada assente na missão e na visão municipal, sempre integrada no contexto regional, no nosso caso, o Baixo Vouga, e pelas demais estratégias definidas ou a definir pelo plano estratégico.

A estratégia implica a escolha das melhores direcções, e a melhor maneira para se posicionar, através de políticas de diversificação de projectos e ofertas variadas para os também variados públicos da envolvente organizacional, criando neste contexto factores de competitividade inter-cidades.

As cidades atingem os seus objectivos de duas maneiras: por um lado, potenciando os seus principais recursos, aqueles que pela história são intrínsecos e consequentes, como no caso de Aveiro, a Ria, os Ovos Moles, as enguias, mas também, a cerâmica, o vinho, o sal, e porque não a universidade, e o Porto Comercial, todos conceitos distintos que potenciam a região; e por outro lado, aventurar-se em novos projectos (perspectiva futura).

Escolhendo um dos caminhos ou os dois, a estratégia de gestão estratégica deve ser clara e deve ajudar no processo de decisão: a região vai concentrar-se no

público-alvo actual, ou vai procurar novos públicos; ou se por outro lado, vai fazer uma aposta dupla e fazer ambas as coisas.

Para o efeito, Aveiro deverá adoptar uma política de prospectiva estratégica, a qual definimos nesta dissertação, como uma disciplina de visão global, sistémica e aberta que antecipa futuros possíveis não apenas através de extrapolação de dados do passado mas também tendo em conta as evoluções futuras das variáveis, quantitativas e qualitativas, bem como os procedimentos dos agentes implicados, de maneira a reduzir as incertezas, esclarecer a acção presente e formular sugestões de processos que conduzam ao futuro aceitável, conveniente ou desejado.

Falar de Prospectiva Estratégica, obriga-nos a falar também de um estímulo à imaginação, e consequentemente de uma redução de incoerências, na criação de uma linguagem comum, e em estruturar uma reflexão colectiva.

É sempre objecto de grande motivação, tomar os desejos pelas realidades, contudo não é pelo facto das visões do futuro ou os cenários parecerem desejáveis que se devem fazer as escolhas e construir um plano estratégico de uma organização em função dessa visão pró-activa. É preciso também ser pré-activo e preparar as mudanças esperadas na envolvente futura da organização. Os cenários possíveis não são igualmente prováveis ou desejáveis e é preciso fazer a distinção entre os cenários da envolvente geral e as estratégias de todos os intervenientes.

4.2. Um plano estratégico para Aveiro

Nos últimos anos tem-se assistido a mudanças significativas quer na natureza quer na concepção das políticas públicas. Estamos perante uma nova geração de políticas públicas que procura: valorizar a comunidade, entendendo-a como um recurso de desenvolvimento, e responder ao crescente desejo de envolvimento da sociedade civil no processo de construção, implementação e avaliação das políticas públicas. Acresce que a promoção de consensos alargados e de parcerias sustentadas no tempo, ganha importância acrescida e pode considerar-se como um

ingrediente essencial para o sucesso da intervenção da esfera pública nos processos de desenvolvimento.

A abordagem que privilegiaremos na elaboração do Plano Estratégico para a Cidade de Aveiro deve ser a de contribuir para capacitar a comunidade local a pensar de forma diferente o seu futuro e estimular a sua capacidade de organização em torno de objectivos comuns e interesses colectivos, à luz dos princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

Trata-se de criar condições para o desenvolvimento sustentável, sendo que se mostra essencial para que este aconteça, a definição de um 'posicionamento' para a cidade de Aveiro, no quadro da Região onde se insere. A definição deste papel procurará potenciar os recursos endógenos, tirando partido da sua identidade e dos seus aspectos distintivos, definir trajectos de desenvolvimento e consequentemente direccionar investimentos para áreas cujas mais valias para a comunidade local (e/ou regional) sejam manifestamente reconhecidas.

Um Plano estratégico para Aveiro, permitirá construir uma visão de futuro, socialmente referenciada, e identificar as áreas estratégicas onde o município deve concentrar os seus esforços, potenciando, a prazo, o seu desenvolvimento económico, social e ambiental. De facto, o verdadeiro desenvolvimento só é possível se tivermos em conta estas três vertentes. Sendo que, para além de uma inevitabilidade, o Desenvolvimento Sustentável tem vindo a assumir-se como elemento fundamental para o sucesso dos territórios e das organizações.

Os princípios assumidos implicam que as acções a promover, sejam desenvolvidas a partir de uma visão integrada e sistémica do desenvolvimento da cidade, com o envolvimento da comunidade, procurando soluções com múltiplos impactes, promovendo com eficácia e eficiência a utilização de recursos, procurando também aprender com outras experiências já realizadas noutros locais (boas praticas).

O recurso às boas praticas, permite, não só colocar Aveiro em redes de aprendizagem e de troca de experiências (fontes de ampla promoção dos territórios), mas também, eventualmente, aceder a financiamentos para a

realização de projectos, como por exemplo, o Polis XXI ou as diferentes Redes de Cidades de que Aveiro já faz parte.

Interessa também salientar o facto, de que um Plano Estratégico é diferente de um tradicional Plano de Ordenamento do Território, uma vez que não tem um caris de obrigação, uma vez que não resulta de um regulamento ou de uma lei, ou seja, só passará à acção de forma voluntária, sendo para tal necessário que os munícipes se revejam nas suas ideias e propostas, e se mobilizem para lhes dar sequência; não incide prioritariamente sobre questões de ordenamento do território, mas nos entraves ao desenvolvimento, nas oportunidades de desenvolvimento que estejam apenas a ser parcialmente aproveitadas ou porventura totalmente desperdiçadas, e nos aspectos de qualificação do processo de desenvolvimento que poderá estar desequilibrado, negligenciando algumas vertentes económicas, ou as vertentes sociais, ou culturais ou ambientais ou ainda territoriais. Isto não quer dizer que algumas das preocupações centrais de um PE não tenham uma forte incidência territorial mas significa que o território é sobretudo enquadrado na sua inserção no processo de desenvolvimento; não trata exaustivamente a área territorial sobre a qual incidem, mas centraliza a sua atenção em questões centrais para o desenvolvimento. Isto decorre obviamente do seu carácter estratégico, pelo que se centra em ideias e projectos cuja relevância e repercussões para o desenvolvimento sustentável local, seja manifestamente grande. Estes projectos estratégicos devem, por isso, ser determinantes para induzir o aparecimento de outros projectos também importantes. Isto exige alguma contenção no modo de abordar as questões do desenvolvimento da cidade, identificando ideias chave, onde serão concentrados todos os esforços.

Um Plano Estratégico, deve ainda, possuir uma abordagem sistémica e integrada do desenvolvimento, e traçar uma visão de futuro, trazendo novas ideias, novas imagens e novos conceitos para a discussão. Deve por outro lado também, procurar fomentar o envolvimento da comunidade no desenhar do seu próprio futuro, promover a cooperação inter-institucional e instalar uma cultura de avaliação e acompanhamento das acções a desenvolver num município,

potenciando um território mais competitivo, coeso, e apostado na consolidação de um processo de “aprendizagem consequente”, ou seja, aprender com uma prática, que permita conjugar a avaliação da eficácia das acções com a análise da evolução do contexto sócio-económico.

A realização de todo o processo implicará uma grande proximidade com o executivo camarário e a realização de reuniões com entidades internas e externas visando o envolvimento da comunidade e o enriquecimento do Plano Estratégico para Aveiro. Uma chamada de atenção, para as políticas de auscultação a projectos similares válidos, em que um *benchmarking consultant*, pode ser aqui um importante recurso, a desenvolver paralelamente com as melhores práticas no conceito estratégico.

4.2.1. Diagnóstico de oportunidades e diagnóstico prospectivo

O conceito “Pensar Global, Agir Local”, através da avaliação dos problemas e tendências globais, colocará Aveiro na primeira linha da capacidade interventiva, estimulando a actuação do poder local no sentido de motivar o desenvolvimento concelhio através da alteração do comportamento dos agentes económicos e dos estilos de vida individuais, assume a metodologia preferencial para a definição da estratégia de desenvolvimento.

É essencial assumirmos que as cidades, os municípios e as regiões estão integrados numa política conjunta de desenvolvimento, reflectida nos principais instrumentos estratégicos da União Europeia, apresentando-se como factores descentralizados para a prossecução dos objectivos estratégicos definidos. É então necessário que exista uma identificação entre as políticas que são definidas ao nível local e as prioridades estratégicas identificados nas políticas de coesão.

Delinear uma visão de futuro para Aveiro e a selecção de prioridades estratégicas são acções que têm de estar, obrigatoriamente, articuladas com as orientações designadas na Estratégia de Lisboa e Gotemburgo (Fig. 5) consubstanciadas nos principais instrumentos de política estratégica a nível nacional e regional, com

destaque para, o Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego – Dimensão Nacional; para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – Dimensão Nacional (NUT I); para o plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) – Dimensão Regional (NUT II); e para o Programa Territorial de Desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga – Dimensão sub-Regional (NUT III).

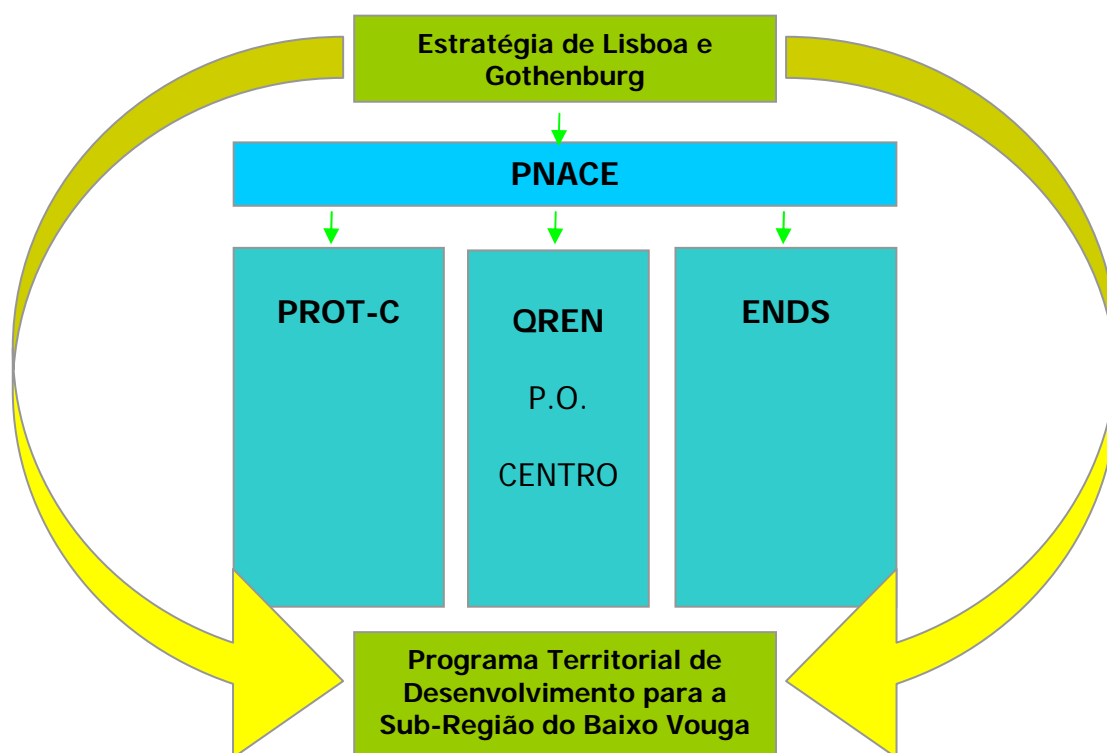


Figura 5 – Instrumentos estratégicos da EU
(Fonte: elaboração própria)

4.2.1.1. Estratégia de Lisboa

“Estratégia é escolher como lutar em função dum objectivo. A Europa pretende ser um espaço competitivo à escala global sem por em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Portugal apostou na sua Presidência da União Europeia em 2000 na concepção duma resposta moderna a este objectivo, baseando a aposta no conhecimento e na inovação como factores de competitividade, coesão e emprego”.

Com esta nova estratégia, a EU pretende tornar-se na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social assumindo como eixos fundamentais do relançamento do crescimento, tornar a Europa e as suas Regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar; melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento; criar mais e melhor emprego; e reforçar a contribuição das cidades para o crescimento e o emprego, quer pela diversificação das actividades económicas, quer por meio da cooperação territorial.

A implementação da Estratégia de Lisboa em Portugal é consubstanciada no PNACE que enquadra as prioridades estratégicas de desenvolvimento e cuja prossecução é assumida pelo QREN, principal instrumento de apoio à concretização das políticas e medidas de desenvolvimento ao nível regional e local.

A interacção patente entre as principais políticas de desenvolvimento nos seus diversos níveis (europeu, nacional e regional) impulsiona a que as estratégias para o desenvolvimento local incorporem as orientações da Política de Coesão.

Aveiro, Cidade do Conhecimento e Inovação, pretende contribuir para este desígnio europeu, procurando fazer de Aveiro um espaço dinâmico e competitivo, assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

4.2.1.2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

O Desígnio integrador e mobilizador para a aplicação da ENDS é o de retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social (Mota, 2005: 9)

Para o conseguir, a ENDS apresenta 6 objectivos estratégicos (Mota, 2005: 9-10), que passam pela qualificação da população activa, formação ao longo da vida e disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas – “sociedade do conhecimento”; por assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa; por adoptar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente, sobretudo na prevenção e valorização, e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo; por uma redução do impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas; por assegurar a satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social; e por desenvolver uma cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo.

Estes objectivos consagram os vectores-chave da Estratégia de Lisboa, contemplada pelas prioridades ao desenvolvimento sustentável definidas pela sua revisão no Conselho Europeu de Gotemburgo, onde Aveiro deverá também seguir de perto as prioridades definidas ao nível nacional para a concretização dos objectivos das Agendas de Lisboa e Gotemburgo.

A ENDS impõe que a visão estratégica de futuro esteja associado a uma articulação entre as dimensões económica, social e ambiental, até porque a médio prazo, o desenvolvimento sustentável representará algo de semelhante ao desafio da globalização, movimento inevitável e a que nos temos que adaptar.

A constatação que a Estratégia do Município de Aveiro integra estes princípios, pode ser evidenciada através, por exemplo de um Modelo de Desenvolvimento da Ria de Aveiro; através da implementação de projectos em redes regionais, nacionais ou internacionais; através da implementação da Carta Educativa e outros equipamentos de uso colectivo ou da criação de uma Rede Eco-Industrial.

4.2.1.3. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

A visão estratégica definida no PROTC, plano de referencial estratégico para o planeamento ao nível municipal, sustenta que o desenvolvimento da Região Centro deve assentar num modelo territorial que potencie as especificidades da região de forma a torná-la mais competitiva e atractiva para viver, trabalhar e investir, atribuindo para o efeito algumas orientações que deverão ser tidas em conta, como a valorização estratégica dos activos específicos de internacionalização da Região; a viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento, mediante as seguintes prioridades:

a) Potenciar oportunidades:

- reestruturar a indústria tradicional forte e internacionalizada;
- promover políticas públicas de base territorial para aglomerações produtivas territorialmente confinadas (clusters) com algum dinamismo;
- valorizar a capacidade de oferta de serviços avançados às empresas localizados essencialmente em torno da área de influência de Coimbra;
- promover a transferência, apropriação e uso do conhecimento potenciando a abrangência territorial do sistema científico e de formação;
- valorizar o sistema urbano multipolar e os ganhos de escala associados a uma complementaridade de funções;
- promover e coordenar novas oportunidades de investimento e desenvolvimento em torno da qualidade do património natural, construído e cultural.

b) Minimizar constrangimentos abaixo indicados, por um lado, com a incorporação de conhecimento, tecnologia e competências nas industriais e serviços tradicionais e a criação de condições para o desenvolvimento de novas actividades baseadas nas novas TIC, por outro, promovendo a atractividade da Região:

- formular políticas integradas específicas para combater o declínio demográfico e a perda de massa crítica em territórios de baixa densidade;
- contrariar a débil ligação entre os sistemas científico e produtivo;
- reduzir progressivamente os baixos níveis de formação de mão-de-obra e empregadores.

Outras orientações definidas pelo PROT, passam por apostar numa visão estratégica diferenciada para áreas rurais; numa valorização das sinergias entre recursos turísticos susceptíveis de reconhecimento de procura; valorização do potencial de energias renováveis da Região como factor de diferenciação competitiva; organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região; potenciar a bio-diversidade da Região e as suas mais valias ambientais; e uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.

No âmbito do PROT-C a cidade de Aveiro é identificada como sendo o pólo do sub-sistema Aveiro e Ílhavo-Vagos-Oliveira do Bairro-Águeda-Albergaria-Ovar, afirmando-se pela oferta de serviços na área do conhecimento (ensino superior, estruturas de base tecnológica e de investigação), mas também pelas funções administrativas, sociais e de comércio.

Aveiro é ainda reconhecida como uma centralidade com uma forte vocação industrial e logísticas, esta última decorrente do Porto de Aveiro e que pode ser potenciada pela Plataforma Logística.

A importância que é atribuída a Aveiro enquanto pólo dinamizador do aglomerado que integra, comprova que a cidade apresenta oportunidades e recursos endógenos que necessitam de ser potencializadas, sobretudo na área da inovação, tecnologia e conhecimento, para promover o tão desejado desenvolvimento sustentado que se almeja para a cidade e Região do Baixo Vouga, visão que deverá ser promovida de acordo com as directrizes identificadas no PROT_C no PEA.

4.2.2. Projectos para a definição de linhas estratégicas

Afirmar Aveiro enquanto cidade pólo de uma região alargada, assumindo-se como uma cidade solidária, sustentável e com qualidade de vida, sendo que, num contexto marcado por processos de globalização e competitividade crescentes, a capacidade de afirmação, individual e conjunta, de potenciais específicos é fundamental, exigindo uma aposta forte na dinamização económica, empreendedorismo, investigação e inovação, apoiado numa crescente cooperação de agentes e instituições.

As linhas estratégicas são definidas com sendo os temas-chave para alcançar a situação desejada, em áreas relevantes que apontam directamente para o objectivo geral, definir Aveiro como cidade região.

Neste sentido, Aveiro deve seguir a visão da “Nova Carta de Atenas de 2003”, que nos apresenta uma definição do conceito “vida urbana” e estabelece metas para os objectivos para as cidades europeias no futuro próximo, com base na conservação da riqueza e diversidade cultural; e ao mesmo tempo deixam um apelo a sua criatividade e competitividade com recurso a projectos complementares e em regime de cooperação, contribuindo em larga escala para o bem-estar tanto para os seus habitantes, como para quem visita.

4.2.3. A cidade das pessoas versus projectos sustentáveis

As cidades são as pessoas que as habitam, nelas trabalham, as visitam, e nelas investem. A cidade que expomos nesta dissertação, refere-se não ao centro urbano estritamente definido, mas sim, a um conceito que ocupa um território tendencialmente regional.

A cidade que é feita pelas pessoas, tem sob a sua responsabilidade um confronto diário de conceitos, isto porque não somos todos iguais, e torna-se necessário prever estratégias sustentáveis de amplitude genérica, como por exemplo,

acontece na cidade Sueca de Malmö²⁴, onde residem mais de 270 mil pessoas, são faladas mais de 100 línguas, que derivam de mais de 164 nacionalidades presentes no território. Um desafio, que pela envolvente populacional, obriga a esforços de planeamento, tecnicamente sustentáveis.

A cidade do século XXI será indiscutivelmente um lugar de encontro para todos, independentemente da língua e da raça, e onde a mobilidade será o factor mais destacado quando se fala em cidades competitivas.

As questões da Mobilidade são transversais ao nível do planeamento e deverão ser tidas em conta ao nível dos transportes, espaços públicos, edifícios, equipamentos ou ambiente urbano, uma vez que delas dependem os processos de negócios, as transacções de serviços, pagamentos e todas uma série de relações multidisciplinares entre Estado, cidadãos, e o sector empresarial.

Neste contexto, Aveiro deverá a nível social, cultural e desportivo apostar na diversificação da oferta e na integração em redes, sejam elas concelhias, sejam mais alargadas. Deverá apostar não só na oferta de equipamentos colectivos para todos, mas também na oferta de infra-estruturas de nível internacional que permitam posicionar Aveiro no mapa dos Grandes Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais, tal como aconteceu no passado com o EURO 2004 e EURO 2006 sub-21 e poderá suceder no futuro na nova Pista Olímpica de Remo e Canoagem.

Aveiro terá que afirmar-se a vários níveis, proporcionado a todos os que nela habitam, visitam ou trabalham, elevados padrões de qualidade de vida, diferenciando-se das restantes cidades através de um ambiente urbano qualificado e atractivo, serviços qualificados, uma oferta cultural diversificada e emprego

²⁴ Malmö is the commercial centre of southern Sweden and an international city. This is expressed, not least, by the fact that Malmö has 270.000 residents who speak some 100 languages and belong to 164 different nationalities.

Malmö is also undergoing a transition from being an industrial city to a city of knowledge. Older industries have been replaced by investments in new technology and training programmes of high calibre. Malmö University, which opened in 1998, is Sweden's latest venture in the field of higher education, accommodating some 15.000 students.

The strongest sectors in Malmö are logistics, retail and wholesale trade, construction, and property. There are also a number of well-known companies within biotechnology and medical technology, environmental technology, IT, and digital media fields. Co-operation between colleges, science parks, and companies provides a sound basis for entrepreneurs and creative development in Malmö.

An exceptionally well developed infrastructure makes Malmö very easy to reach, whatever means of transport you use to get here: boat, plane, train or car. Malmö has an international harbour and the airports Kastrup and Sturup are only half an hour's journey from the centre of Malmö. The motorway reaches right into the city centre and Malmö has excellent rail connections with the rest of Sweden and Europe.

The City of Malmö is enhancing an attractive business environment and a dynamic business community in Malmö. (<http://www.malmo.se>)

altamente qualificado, posicionando-se no contexto nacional, como uma das melhores cidades para viver e trabalhar.

4.3. O Modelo de Organização das Cidades

Cada cidade tem o seu modelo próprio de organização e consequentemente de desenvolvimento que resulta de um conjunto de factores, e das dinâmicas que decorrem da sua interacção, muitas vezes relação multidisciplinares.

4.3.1. Modelos de Gestão e Estratégias de integração e de diferenciação

Aveiro apresenta condições privilegiadas para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento, tecnologia e inovação, nomeadamente pela existência de uma base de ensino dinâmica e aberta ao diálogo de cooperação com o tecido empresarial e institucional. No entanto, é necessário mobilizar a base de conhecimento instalada para a produção de conhecimento e inovação em áreas chave e garantir que estes desenvolvimentos sejam materializados em criação de actividades económicas de valor acrescentado.

Neste contexto, o modelo triple-helix apresenta-se com facilitador do aproveitamento do potencial que existe entre as esferas empresarial, académica e governativa e factor de promoção do conhecimento e inovação.

A aplicação deste modelo permite simultaneamente, a mobilização dos agentes da Universidade, a criação de um ambiente propício à inovação e a expansão do impacto da investigação da Universidade e a promoção do empreendedorismo.

A afirmação de Aveiro como cidade da inovação e conhecimento, passa igualmente pela criação de espaços de acolhimento para empresas de base tecnológica, como por exemplo, Redes Eco-Industriais, de cariz concelhio ou mesmo intermunicipal. O desenvolvimento destas áreas de acolhimento empresarial tem como principal objectivo reter e atrair para a região empresas de

cariz tecnológico e inovação, ao mesmo tempo que se toma partido das valências do ensino universitário e da criação de clusters de actividades industriais.

A criação de Redes Eco-Industrial, em conjunto com a captação de fundos de investimento, são importantes ferramentas para permitir a criação de novas empresas de alto valor acrescentado para a região, as quais são uma condição chave para o desenvolvimento da actividade em áreas de inovação e desenvolvimento, consideradas como alavancas estratégicas.

4.3.1.1. Ambiente e Energia

Dois conceitos que estão intimamente interligados pela forma como a utilização dos recursos energéticos pode influenciar o ambiente.

A energia surge como um elemento fundamental para o bem-estar económico e social, estando na base da produção da maior parte da riqueza industrial e comercial e também no conforto pessoal e nas formas de mobilidade.

O ambiente e a sua importância enquanto elemento de atractividade das cidades pela importância que apresenta para o bem-estar e saúde pública, é uma preocupação crescente a nível mundial (Protocolo de Kyoto) e mais especificamente a nível Europeu (Agenda de Gotemburgo).

4.3.1.2. Educação e Formação

A aposta no capital humano e o desenvolvimento dos recursos humanos existentes numa cidade – bem como a capacidade de atracção de mentes brilhantes – está na base de uma economia do conhecimento, competitiva e inovadora, sendo mesmo uma alavanca para o aumento de investimento nas áreas de inovação, aumento de empregos e aumentar a coesão social (Agenda de Lisboa).

4.3.1.3. Desenvolvimento Económico

Desenvolvimento Económico: O processo de desenvolvimento económico supõe incentivos para a inovação e para investimentos, bem como promover condições para um sistema eficiente de produção e distribuição de bens e serviços à população, de forma equitativa e sustentável. Não se poderá dissociar deste conceito o de Desenvolvimento Sustentável que é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades.

4.3.1.4. Revitalização Urbana

Processo inclusivo, integrador e contínuo que promove intervenções urbanas nas diferentes dimensões do território urbano – ambiente e mobilidade, competitividade e conhecimento, assim como coesão social e qualidade de vida ou constituição de redes de cooperação territoriais ou sectoriais – por forma a melhorar a competitividade económica e reforçar a dinâmica de desenvolvimento e integração social e cultural.

4.3.1.5. Mobilidade e Transportes

A definição das políticas de mobilidade e de transportes apresentam-se como um dos maiores desafios das cidades, na medida em que o impacto que estas têm na qualidade de vida das populações (bem-estar, saúde física e mental) e, consequentemente, na atractividade das cidades, é colossal.

Para além desta vertente, podemos ainda encarar a mobilidade e transportes com o eixo potenciador dos fluxos desenvolvidos entre a Cidade e o Município e o principal elo de ligação com o exterior numa dimensão supra-municipal.

4.3.1.6. Cultura, Património e Turismo

A cultura e o património reflectem a identidade de uma cidade e surgem como a expressão de vida de uma sociedade, tendo cada um, por si só, a capacidade de promover e afirmar a imagem de uma cidade e atraírem capital humano.

A cultura, para além da ligação que tem para com o passado, é também uma ponte para o futuro, contribuindo para o desenvolvimento da cidade contemporânea, criando e, ao mesmo tempo atraindo (turismo cultural), cidadãos ansiosos por conhecimento e criatividade. A promoção cultural apresenta-se como um contributo importante para o desenvolvimento da cidadania, do capital humano e para a criação de uma sociedade diversificada, mas inclusiva, justa, mas solidária.

O património pode ser entendido como uma activo estratégico que, se por um lado pode ser optimizado sob o ponto de vista da actividade turística e cultural, pode igualmente contribuir para a afirmação da cidade.

Tal como a cultura e o património, também o turismo surge como uma das principais áreas com maior potencial de desenvolvimento económico-social da cidade, podendo mesmo estar relacionado com ambas – turismo cultural, turismo patrimonial.

Na realidade o turismo acaba por estar ligado às várias vertentes identitárias de uma cidade, reflectindo a capacidade que uma cidade apresenta para atrair visitantes com base nas suas características naturais, recursos e eventos e, ao mesmo tempo as políticas de divulgação e promoção da cidade.

4.3.1.7. Modernização Administrativa

Todas as acções de Modernização administrativa centram-se na aproximação da administração dos cidadãos e empresas, promovendo a existência de uma relação baseada na confiança mútua, que se desenvolve segundo os princípios de eficiência e transparência dos serviços.

No fundo trata-se de criar uma visão de serviço de máxima qualidade, centrada nos cidadãos e empresas, em que os processos, para além de promoverem a proximidade e comunicação entre a administração e os actores económicos, potenciam a criação de redes de colaboração que estimulam a partilha de informação e de conhecimento.

Para alcançar este objectivo é essencial uma reformulação e simplificação da estrutura e orgânicas administrativas, recorrendo sobretudo às políticas tecnológicas e de inovação e reengenharia de todos os processo de trabalho.

4.3.1.8. Desporto

Neste âmbito, o conceito de desporto não estará tão orientado para a promoção das actividades desportivas enquanto meio para a promoção do bem-estar social e da promoção de uma sociedade mais activa e competitiva, mas antes do ponto de vista da promoção do turismo desportivo.

Os grandes eventos desportivos são catalisadores de investimento e atractividade para uma cidade, pelo que se justifica a sua promoção. O investimento na criação de condições que sustentem a realização de eventos desportivos de forma contínua é definitivamente uma forma de divulgar a cidade, atrair visitantes e promover a diversificação e crescimentos dos vários sectores económicos.

4.3.1.9. Saúde e Acção Social

A acção social é uma vertente fundamental para garantir a promoção de uma cidade saudável do ponto de vista das problemáticas sociais tipicamente urbanas, como sejam a exclusão social, a pobreza e a marginalidade e que, invariavelmente, afectam directamente a liberdade, a cidadania e o bem estar dos cidadãos urbanos. A vertente da saúde não se apresenta aqui como a saúde direito constitucional ao qual todos os cidadãos têm direito, mas antes apresenta-se como um conceito

associado ao crescimento urbano, sustentável e saudável, do ponto de vista que deteriora o bem estar dos cidadãos que vivem na cidade.

O sucesso das políticas relacionadas com estes dois conceitos irá contribuir impreterivelmente para aumentar a capacidade de atracção da cidade.

4.3.1.10. Justiça e cidadania

Ambos os conceitos estão subjacentes no enriquecimento do capital humano existente numa cidade, acabando inevitavelmente por estarem interligados – a cidadania é o primeiro passo para uma sociedade mais justa.

A diversidade cultural, económica e social que as cidades contêm, exige a formação de cidadãos mais justos, no sentido de serem capazes de respeitarem as diferenças e garantirem a igualdade de direitos e deveres, independentemente da etnia, sexo, estrato ou religião.

Este conceito recai sobre o conceito da cidadania, que caracteriza uma sociedade que para além de justa é informada, atenta e apta para participar na tomada de decisão e implementação de políticas que afectam o quotidiano urbano e igualmente capaz de assumir as responsabilidades dessa acção.

4.3.2. Dinâmicas e perspectiva sistémicas de desenvolvimento

Aveiro apresenta um forte potencial para se afirmar como principal motor de desenvolvimento da região nas suas diferentes vertentes estratégicas, assumindo já hoje, a responsabilidade de ser a área promotora de toda uma região, não só pelo facto de ser capital de distrito, mas também pela sua capacidade de inovar e de lançar projectos pioneiros que permitem afirmar Aveiro a nível nacional e internacional, como por exemplo, criando uma marca Aveiro.

Um município, fechado em si mesmo não apresenta qualquer vantagem competitiva, sendo apontado no QREN a importância de deslocar o centro das prioridades para projectos cada vez mais integrados e estruturantes às escalas

supra municipal, regional e nacional, cabendo a cada cidade, município, área supra municipal e região “tomar as medidas necessárias para prestar o seu contributo para o desenvolvimento do País.

Desta forma torna-se premente que Aveiro se desenvolva como cidade polarizadora, não no sentido da microcefalia do crescimento das regiões vizinhas, mas antes, enquanto pólo de desenvolvimento estratégico de uma região.

A afirmação de uma cidade enquanto pólo de desenvolvimento económico faz-se, principalmente, mediante a combinação de dois factores de referencial de localização que se influenciam mutuamente: Pessoas e investimento.

Se, por um lado, a existência de capital humano de qualidade, pessoas com formação adequada em áreas estratégicas para a actividade económica e com espírito empreendedor são um factor de atracção de investimento, por outro, o investimento de qualidade e em inovação é um factor de atracção de capital humano, na medida em que as pessoas terão maior propensão para viver numa área que lhes permita desenvolver uma actividade compatível com a sua formação.

Neste quadro, Aveiro, deve delinear uma estratégia que lhe permita ter capacidade para atrair mutuamente capital humano e investimento e, deste modo, tornar-se num pólo de capital humano, de desenvolvimento económico e conhecimento e inovação, mediante a definição de políticas de incentivo ao empreendedorismo, criação de cluster's de inovação e de fixação/atracção dos recursos humanos que são formados pela Universidade de Aveiro.

Neste ponto, é de realçar a importância da criação de laços de interdependência com as empresas, a Universidade e as instituições públicas, para a afirmação da cidade de Aveiro com pólo de desenvolvimento regional – a aplicação do modelo triple-helix de relações entre universidade, indústria e governação afecta directamente a performance económica e reforça a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento do conhecimento individual e colectivo e para o aumento do potencial inovador e tecnológico das empresas.

A mobilidade, acessibilidade e transportes são, igualmente, um dos principais vectores estratégicos de uma área urbana, município e região, afectando transversalmente diversas dimensões da sua competitividade e que já foram realçados anteriormente – empreendedorismo, atracção de investimento e capital humano.

Para Aveiro se afirmar como cidade polarizada é essencial melhorar os acessos a dois níveis: fluxos desenvolvidos dentro da área urbana e entre a cidade e os municípios vizinhos; fluxos supra regionais, com a melhoria de acessos aos principais pontos de mobilidade de referência nacional.

Neste sentido, o projecto da linha de Alta Velocidade, com paragem na cidade é um investimento estrutural – para além de projectar Aveiro como um pólo de acessibilidade, favorece a localização de novas empresas, minimiza as distâncias aos grandes centros de decisão e projecta a região ao nível competitivo nacional.

De forma a que a formação de Aveiro, enquanto pólo de crescimento de uma região seja homogéneo, o investimento nas áreas da cultura, lazer e ambiente é igualmente estruturante e primordial.

Quanto maior a formação da população, maior é a procura de actividades culturais e de momentos de lazer, acrescentando que estes dois elementos são essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Existe espaço em Aveiro para crescer na área da Cultura, quer através da criação de equipamentos de carácter supra-regional para a realização de grandes eventos, hoje insuficientes, quer através de uma maior divulgação das iniciativas e dos programas de actividades.

4.3.3. Parcerias Publico/Privado no investimento

Um estudo recente, segundo Carlos Pina, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, coloca as PPP, em destaque promovendo um investimento de 10 mil milhões de euros entre 1994 e 2005. Esse estudo colocava Portugal em 1.º lugar em termos de investimento realizado em PPP, quer em valor absoluto, quer em percentagem do PIB.

Face a estes dados, e ao valor do investimento realizado pelo Estado através do seu sector empresarial, que pese embora tenha diminuído de 15% do PIB em 1985 para 4,7% em 2005 (cfr. Anexos 6 e 7), foi ainda, nesse último ano, responsável por níveis de investimento na ordem dos 3,4 mil milhões de euros em activos corpóreos.

Esta temática, com o devido enquadramento jurídico, introduz o conceito e o regime das PPP, como um ponto de viragem no que respeita ao relacionamento entre as entidades públicas e privadas representando, deste modo, uma nova etapa para o Direito Administrativo.

Ainda e no mesmo contexto legal, a procura nacional desta tipologia de financiamento, acompanha a tendência internacional verificada, objectivando a necessidade de agilizar a acção do Estado-Administração e de diminuir o peso da despesa pública, socorrendo-se para o efeito de diversas técnicas e processos jurídicos como sejam a privatização dos sujeitos ou das actividades, a desregulamentação, o “outsourcing” ou a subordinação do agir administrativo ao Direito privado.

O imperativo da contenção orçamental sem que daí resulte diminuição da qualidade dos serviços prestados conduz cada vez mais ao recurso à iniciativa privada reputada mais eficiente, ou com maior capacidade de prover os capitais necessários aos indispensáveis investimentos. É assim que se procede à substituição das entidades públicas pelas privadas, privatizando actividades não essenciais e os seus respectivos operadores, ou menos radicalmente se procura promover a cooperação entre agentes públicos e privados sob formas contratuais várias. Assiste-se, por isso, a um renovado interesse pela velha figura da concessão e por outros negócios jurídico-administrativos clássicos usados como alternativa preferível ao acto unilateral de autoridade, enquanto outros tipos de contratos administrativos são inventados ou “transferidos” do Direito privado para o Direito administrativo²⁵.

²⁵ Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril

As PPP, inserem-se portanto, nas novas formas contratuais de articulação entre a administração pública e os privados, e assumem a forma de um contrato, que objectiva assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado, repartindo deste modo, o risco, pelas entidades objecto da parceria.

Mais especificamente, no art. 7.^o²⁶, refere-se que a partilha de riscos entre as entidades públicas e privadas deve atender à capacidade de cada parte para gerir esses riscos e estar identificada no contrato com toda clareza. Acentua-se ainda o facto de a transferência de riscos para o sector privado dever ser real e significativa, bem como o facto de se dever evitar a criação de riscos que não tenham adequada justificação na redução significativa de outros já existentes. Finalmente prevê-se que o risco da insustentabilidade financeira da PPP por causa não imputável ao parceiro público ou por motivo de força maior deverá ser, tanto quanto possível, transferido para o parceiro privado.

Deve sublinhar-se, por uma parte, que esta necessidade da partilha de riscos e a insistência no articulado legal, bem como nas ideias de gestão e exploração das actividades postas com o objectivo da parceria, indicam que nos encontramos perante acordos que se situam no domínio do económico, devendo os serviços prestados pelos privados, ser total ou parcialmente remunerados pelo mercado ou pelos utentes. Só deste modo se compreende, aliás, que os investimentos privados, em função do projecto e do planeamento feitos e da gestão realizada, possam não obter a rendibilidade esperada.

De considerar, em Portugal²⁷, quando se analisa o investimento da Administração Pública por função (Fig. 6), resulta claro a elevada importância dos “assuntos

²⁶ idem

²⁷ Desde há cerca de quinze anos, as PPP conhecem uma forte expansão. As autoridades públicas recorrem cada vez mais a esta figura devido aos constrangimentos orçamentais a que têm que fazer face. Deste modo, beneficiam da experiência do sector privado. Uma outra vantagem consiste no facto de as PPP permitirem realizar economias, na medida em que integram todas as fases de um projecto, desde a sua concepção até à sua exploração. De maneira mais geral, as PPP contribuem igualmente para o debate comunitário sobre os serviços de interesse geral (SIG). O seu desenvolvimento inscreve-se na evolução do papel do Estado na

económicos”, que incluem as infraestruturas de transporte, e excedem os 40 por cento do investimento total. Outras funções com investimento importante são a “habitação e equipamentos colectivos”, a “educação”, “desporto, recreação, cultura e religião” e a “protecção do ambiente”.

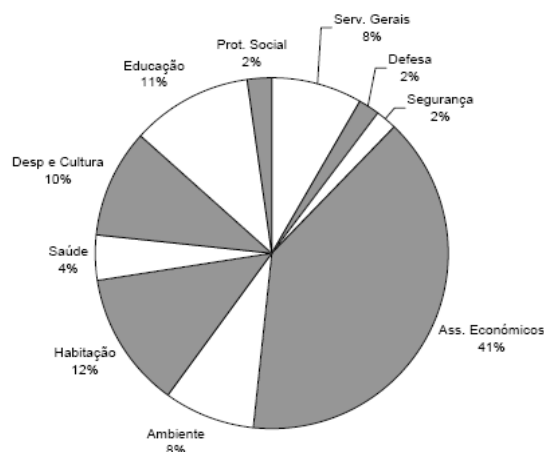


Figura 6 - Investimento da Administração Pública por função em Portugal, 2003

(Fonte: Investimento Público, Investimento Privado e Actividade Económica em Portugal, DPP/EUROSTAT, 2005: 13)

Relativamente a Aveiro, o conceito começa já a conhecer novos contornos, mas num passado recente poderia ter sido certamente uma alternativa à construção tipicamente de capitais públicos, do Estádio Municipal de Aveiro, evitando assim o assumir por parte da Câmara Municipal, do risco completo pela dívida e pela sua gestão e manutenção. Outros projectos, se enquadram nesta tipologia PPP, como a implementação da carta educativa, e a unidade TMB que irá substituir o aterro de Taboeira, a pista de remo do Rio Novo do Príncipe, entre outros projectos estruturais que definir a sustentabilidade da região.

4.3.4. Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN 2007-2013)

O QREN assume como grande desígnio estratégico a qualificação de todos os portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas (QREN 2007-2013: 5).

Para prosseguir este grande desígnio estratégico, será indispensável assegurar que os mais significativos constrangimentos serão suprimidos, e que uma dinâmica sustentada será consolidada, relativamente ao sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, que será assegurada na concretização, de Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Temáticas (QREN 2007-2013: 5):

- a) Agenda para o Potencial Humano²⁸, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.
- b) Agenda para os Factores de Competitividade²⁹, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da

²⁸ Principais dimensões de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, Promoção da Igualdade de Género.

²⁹ Principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto.

c) Agenda para a Valorização do Território³⁰ que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica, pelos seguintes Programas Operacionais:

d) Programas Operacionais Temáticos Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território, co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu, pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo FEDER e Fundo de Coesão.

e) Programas Operacionais Regionais do Continente – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve – co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

f) Programas Operacionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

g) Programas Operacionais de Cooperação Territorial – Transfronteiriça (Portugal – Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira – Açores – Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

³⁰ Principais domínios de intervenção: Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, Protecção e Valorização do Ambiente, Política de Cidades e Redes, Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

h) Programas Operacionais de Assistência Técnica, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

Em coerência com as prioridades estratégicas e operacionais, a execução do QREN e dos respectivos Programas Operacionais é viabilizada pela mobilização de significativos recursos comunitários, cerca de 21,5 mil milhões de Euros, que assegurarão a concretização de investimentos na economia, na sociedade e no território nacionais da ordem dos 44 mil milhões de Euros, cuja utilização respeitará três orientações principais:

a) Reforço das dotações destinadas à Qualificação dos Recursos Humanos, passando o FSE a representar cerca de 37% do conjunto dos Fundos Estruturais no Continente (cerca de 35,3% dos Fundos Estruturais atribuídos a Portugal), aumentando em 10 pontos percentuais a sua posição relativa face ao QCA II – correspondentes a um montante superior a 6 mil milhões de Euros.

b) Reforço dos financiamentos dirigidos à Promoção do Crescimento Sustentado da Economia Portuguesa, que recebe uma dotação superior a 5,5 mil milhões de Euros, envolvendo o PO Temático Factores de Competitividade e os PO Regionais; as correspondentes intervenções, co-financiadas pelo FEDER, passam a representar cerca de 66% deste Fundo Estrutural (aumentando 12 pontos percentuais face a valores equivalentes no QCA II).

c) Reforço da relevância financeira dos Programas Operacionais Regionais do Continente, exclusivamente co-financiados pelo FEDER, que passam a representar 55% do total de FEDER a mobilizar no Continente (aumentando em 9 pontos percentuais a sua importância relativa face aos valores equivalentes no QCA II), assinalando-se que a dotação financeira dos PO Regionais das regiões Convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo) aumentará 10% em termos reais face ao valor equivalente do QCA II.

A governação do QREN, cuja eficácia é indispensável para assegurar a prossecução eficiente das prioridades estratégicas e operacionais estabelecidas, tem por base a seguinte estrutura orgânica:

- d) Um órgão de direcção política – a Comissão Ministerial de Coordenação do QREN;
- e) Um órgão técnico responsável pela respectiva coordenação e monitorização estratégica;
- f) Dois órgãos técnicos de coordenação e monitorização financeira do Fundo de Coesão e dos Fundos Estruturais (FSE e FEDER) que, com a Inspeção-Geral de Finanças, exercem também responsabilidades de controlo e auditoria.

4.3.4.1. Um novo paradigma do desenvolvimento

A concretização de um novo modelo competitivo, caracterizado pela produção qualificada e diferenciada, utilizando recursos mais avançados e específicos em dinâmicas de resposta a procura globais (internacionais e domésticas) crescentemente sofisticadas, com capacidades de venda acrescidas, exprime a dimensão da tarefa a cumprir para enfrentar com sucesso os desafios colocados à economia e à sociedade portuguesas pela articulação entre aprofundamento e alargamento da União Europeia, cujas consequências em termos de globalização são acentuadas pelas dinâmicas das economias asiáticas.

As políticas públicas portuguesas devem, conseqüentemente, ser fortemente focalizadas, de forma a contribuírem com eficácia para os ajustamentos estruturais indutores dos aumentos de produtividade e dos ganhos de capacidade concorrencial que, num quadro de coesão social e territorial, contribuam para melhorar significativamente o posicionamento internacional de Portugal.

O reforço da coordenação das políticas macroeconómicas e estruturais, por um lado, e das políticas regionais e sectoriais, por outro, por forma a prosseguir rigorosamente os esforços de consolidação orçamental e de melhoria da eficácia e selectividade na gestão dos fundos estruturais e do investimento público, alinhadas com uma plena e realista inserção na Estratégia de Lisboa – isto é, dirigidos a uma profunda renovação do modelo competitivo da economia

portuguesa – constituem necessariamente o núcleo central da agenda portuguesa das políticas económicas numa Europa alargada.

Esta agenda considera, também, que a consolidação orçamental constitui em Portugal uma condição necessária da estabilidade macroeconómica, que a qualificação dos cidadãos e das cidadãs corresponde a uma condição necessária para a recuperação da trajectória de crescimento sustentado e para o reforço da equidade e que a especialização territorial, implicando o estímulo ao desenvolvimento de dinâmicas diversificadas de descentralização e clusterização de base regional, representa uma condição necessária para a obtenção de níveis mais avançados de coesão económica, social e territorial.

O mero estímulo ao relançamento do crescimento não se revelaria suficiente, sendo indispensável concentrar esforços e recursos duradouros numa profunda renovação dos factores competitivos e do próprio modelo de crescimento da economia portuguesa, visando o reequilíbrio da sua inserção externa suportado pela produtividade e pela capacidade concorrencial em mercados globalizados.

A mera continuidade dos caminhos percorridos nos domínios da educação e da formação não seriam suficientes, sendo indispensável concentrar esforços e recursos duradouros numa significativa alteração dos níveis e padrões de qualificação das cidadãs e dos cidadãos que, dirigidos a apoiar os indispensáveis aumentos da produtividade e a posição competitiva nacional, assegurem condições de adaptabilidade das empresas e dos trabalhadores e maiores capacidades de resposta às transformações sociais e das exigências acrescidas sobre a qualidade da prestação de bens e serviços públicos.

A consideração do território e das cidades como mero referencial das políticas sociais ou de infra-estruturação e equipamento público não se mostraria também pelo seu lado suficiente, sendo indispensável assegurar a plena participação dos agentes regionais e locais na promoção da competitividade, do crescimento sustentado e do emprego, estimulando o aprofundamento das relações institucionais e das complementaridades e sinergias de base territorial e

potenciando a plena e eficiente utilização dos recursos endógenos disponíveis na correcção das desigualdades e no aumento da competitividade e coesão regionais.

4.3.4.2. Coerência Externa do QREN

A Coerência Externa do QREN avalia-se confrontando as suas orientações com as prioridades gerais da União Europeia nas áreas económica, científica e tecnológica, social e ambiental, patentes nas próprias orientações estratégicas enunciadas na Política de Coesão pela Comissão Europeia.

Com efeito, em Julho de 2005, a Comissão anunciava “Uma política de coesão para apoiar o crescimento e o emprego: orientações estratégicas comunitárias, 2007-2013” (QREN-ex-ANTE, 2005: 188). Uma comunicação que surgia na sequência do Conselho Europeu de Março de 2005, em que se concluiu que “a Europa deve renovar as bases da sua competitividade, aumentar o seu potencial de crescimento, bem como a sua produtividade, e reforçar a coesão social, apostando sobretudo no conhecimento, na inovação e na valorização do capital humano” (QREN-ex-ANTE, 2005: 188).

Tendo em conta o que precede, bem como a Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego, os programas co-financiados a título da política de coesão devem procurar afectar os recursos (QREN-ex-ANTE, 2005: 188), apostando no reforço da atractividade dos Estados-Membros, das regiões e das cidades, melhorando a acessibilidade, assegurando serviços de qualidade e nível adequados e preservando o seu potencial ambiental; no incentivo à inovação, ao espírito empresarial e ao crescimento da economia do conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas tecnologias da informação e da comunicação; e criando mais e melhor emprego, atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho ou para a actividade empresarial, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando os investimentos no capital humano.

As propostas apresentadas pela Comissão, em termos de temas prioritários para Política de Coesão, organizam-se em torno destes três objectivos (Fig. 7), a inovação, o emprego e a atractividade.



Figura 7 – Temas prioritários propostos pela comissão Europeia para a Política de Coesão
(Fonte: DPP – QREN: 188)

Seguindo-se aos objectivos, o QREN organiza-se em torno de vários temas, tendo como centro (Fig. 8) a Estratégia de Lisboa, tomando em conta os imperativos principais da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia, e apostando no papel das Redes Transeuropeias para a conectividade de um País periférico na Europa, como é o caso de Portugal (QREN-ex-ANTE, 2005: 189).

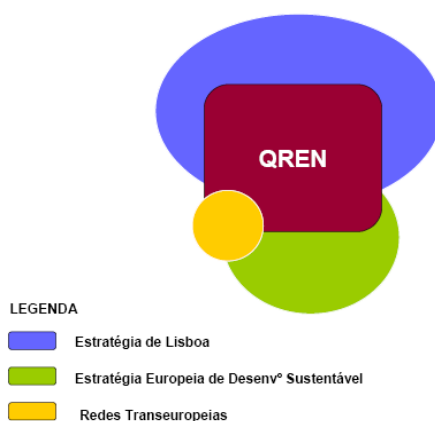


Figura 8 – QREN e as prioridades da União Europeia nas Áreas da Competitividade
(Fonte: DPP – QREN: 189)

Capítulo V
O caso de Aveiro

Na sequência do contexto referido nos capítulos anteriores, há que inferir até que ponto um modelo de cidade, protagonizado pelo poder local, e consequentemente alargado ao campo regional, e tendo subjacente a participação de diversas tipologias de actores, poderá constituir um eixo complementar e estratégico de competitividade, potenciação e reforço da dimensão económica da Região Centro. Será este o sentido do presente estudo empírico pelo que, após definição da metodologia utilizada, procede-se à análise e interpretação de alguns resultados de um inquérito por questionário feito através da Internet, num blog de suporte a esta dissertação, e também pela análise de dados disponibilizados pelo INE, EUROSTAT, entre outros.

5. Aveiro: região e cidade de convergência

Aveiro, dispõe de vantagens competitivas muito próprias, nomeadamente a sua proximidade ao mar, a existência de um porto comercial, caminhos-de-ferro e ligações viárias, o seu clima e a qualidade inegável dos aveirenses.

Consequentemente deverá ser contínua e renovada a sua postura pró-activa, iniciando em alguns casos, processos de alterações radicais dos indicadores descritos, como forma de uma adequada promoção, privilegiando a instalação de empresas e empresários.

E é neste sentido que Aveiro tem de estar na primeira linha do investimento, pela localização dos centros de decisão, pela atracção do conhecimento e de inovação. Tem no entanto de ter em atenção que as cidades são cada vez menos isoladas, e que devem fomentar a complementaridade de recursos, para maior rentabilidade de projectos.

O desenvolvimento económico de Aveiro, que necessita de uma aposta séria e inquestionável nos seus recursos naturais e criados; pelo que a sua referência e conhecimento, deverão adequadamente ser tratados em documento próprio, como por exemplo, uma carta económica.

Saindo de um período de grandiosas obras, e também de avultados investimentos financeiros, Aveiro vê assim criada uma plataforma de grande valor, de base concelhia e dedicada a todos os aveirenses, nas suas várias vertentes, e das quais destacamos a vertente sócio-cultural, de lazer turístico e de lazer industrio-comercial.

Depois de identificados os recursos que para Aveiro somam uma mais valia indiscutível, - somam também um enorme factor de diferenciação e de competitividade, - que pela sua especificidade única, por exemplo, a Ria de Aveiro, os ovos-moles e as enguias; o teatro Aveirense e o novo estádio municipal; o centro cultural e de congressos e o parque de feiras e exposições de Aveiro, mas também o Porto Comercial, e a Universidade. No seu conjunto, formam um referencial único de ofertas a um público muito diversificado que merece e deve ser explorado, não somente num conceito local, mesmo concelhio, mas sim à escala global.

É neste contexto que enquadramos um plano estratégico de acção e de desenvolvimento sustentado que abrace em projecto tudo aquilo que futuramente interferirá com Aveiro em particular e no geral, com um plano supranacional, onde Aveiro será definido como um concelho de desenvolvimento sustentado!

5.1. Metodologia e contextualização

Com o presente estudo de caso pretende-se demonstrar através de uma análise multidisciplinar, confrontando conceitos defendidos anteriormente, até que ponto a implementação de estratégias de inovação, se revelam factor de competitividade confrontando projectos distintos e potenciados num conjunto territorialmente vasto, como o Baixo Vouga (região Centro).

A definição da competitividade do concelho aveirense, num contexto da carta económica, por um lado, e por outro potenciado no modelo triple-helix, poderá orientar-se em torno de um desempenho concelhio, e consequentemente na

capacidade da região, em utilizar os recursos disponíveis, para uma renovação contínua e sustentada.

Na década de 90, Michael Porter desenvolvia um novo paradigma que colocava um novo rumo à competitividade comercial e industrial ao nível internacional, preconizando que os países mais competitivos eram aqueles que possuíam as empresas mais competitivas a internacionalmente organizadas em torno de «cluster's» da indústria e do comércio.

A mesma metodologia foi adoptada em vários países, dos quais Portugal, onde depois de identificadas áreas potenciais, como por exemplo, o turismo, os vinhos, e a gastronomia, foram de igual modo propostos planos de acção tendentes a realçar o seu potencial, aumentando exponencialmente também a sua competitividade.

Nestes últimos anos, no entanto, este modelo alterou-se. O novo paradigma de competitividade internacional baseia-se agora na competitividade entre as cidades, e mais concretamente, entre as grandes metrópoles Lisboa e Porto.

As cidades competem entre si na disputa pelo investimento, pela localização de centros de decisão, de organismos públicos de referência, pela atracção do conhecimento e da inovação, pelo desenvolvimento do imobiliário e empreendimentos turísticos de elevada qualidade, pelos centros de cultura e excelência, podendo, todas estas entidades serem nacionais ou internacionais.

Neste sentido, podemos acrescentar que as cidades portuguesas detêm, na sua maioria, um conjunto de características que se podem tornar em vantagens competitivas, como a sua localização junto ao mar e as ligações viárias, o clima, os recursos humanos, as suas infra-estruturas (portos, aeroportos, hospitais, universidades) e as suas instalações de lazer e cultura tornam as nossas cidades, locais privilegiados para a instalação de empresas de base tecnológica e alta tecnologia e unidades de prestação de serviços, o que enquadra de modo perfeito, o potencial de Aveiro, cidade e região de convergência.

5.2. Variáveis em estudo e conceitos institucionais relevantes

Promover, desenvolver e inovar implementando recursos de gestão em cidades, implica a aplicação de conceitos que reúnem em si um conjunto de vários indicadores de base económica, social, cultural, política e humana (Fig. 9).

O mais relevante sem dúvida, o indicador de base económica, depende muito de um ambiente favorável à criação e instalação de empresas e ao normal funcionamento das suas actividades.

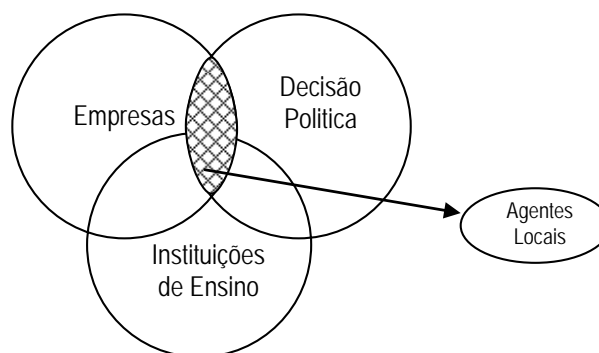


Figura 9 – Modelo Triple-helix
(Fonte: elaboração própria)

Por outro lado, este ambiente favorável é consequência de múltiplos factores, entre os quais as políticas nacionais de apoio às empresas e às actividades económicas e as políticas locais de atracção e fixação de empresas, devidamente apoiadas por associações empresariais dinâmicas e de agentes económicos municipais de alargada abrangência e muito activos, apoiadas em estratégias de flexibilidade de produção, em que o factor logístico tem muita importância; estratégias do fortalecimento da capacidade de inovação, em que há tendência para localizar as empresas junto de centros de investigação e desenvolvimento; e estratégias de flexibilidade estratégica, em que se pretende evitar a irreversibilidade da escolha da localização, quando há mudanças no ambiente económico, como está a acontecer actualmente, o que normalmente conduz a estratégias de externalização, transferindo o custo da incerteza, para actores externos, o que pode ser conseguido por exemplo, promovendo as organizações em rede.

É neste sentido, que Aveiro, deve apostar em políticas locais de atracção de investimento num contexto de inovação, e deve concentrar a sua acção, na melhoria das infra-estruturas, da formação, e do fortalecimento das relações sociais, e empresariais com o dinamismo e flexibilização no horizonte.

Neste contexto da dissertação, e com recurso a um questionário³¹ verificamos que alguns dos conceitos que poderiam identificar Aveiro, na vertente competitividade (Fig. 10), como a vertentes empresarial (Industrial e Comercial), e apesar de serem a das respostas obtidas, 65% e 44% respectivamente num universo de 78 cidadãos, divide-se ainda pelos restantes factores expostos, como a cultura, e o desporto, entre outras determinantes, como o ambiente, qualidade vida, entre outros conceitos.

Aveiro, é uma cidade competitiva, nos conceitos que foram levados a questionário, 85% dos inquiridos acham que sim, 14% encontram alguma reacção em contrário, em número diferente ao do primeiro questionário (78 contra 48), mesmo sendo questionários colocados na mesma altura on-line, o que significa que para uma questão simples, como “Aveiro é uma cidade competitiva”, suscitou dúvidas, e quem respondeu a um questionário, não respondeu ao segundo.

Aveiro é uma cidade competitiva?	
Sim	41 (85%)
Não	7 (14%)
A competitividade é potenciada na vertente...	
Industrial	28 (65%)
Comercial	19 (44%)
Cultural	9 (20%)
Desportiva	11 (25%)
outras	11 (25%)

Figura 10 - Questionário On-line

Fonte: elaboração própria

³¹ <http://cinovacao.blogspot.com/>

5.2.1. Emprego e desenvolvimento industrial

Uma economia é competitiva no seu mercado quando revela capacidade para crescer e elevar o bem-estar da sua população – viabilizando o acesso generalizado a um conjunto de bens e serviços que satisfaçam necessidades cada vez mais complexas. Ou seja, a competitividade implica um crescimento económico acompanhado pelo desenvolvimento e expansão dos sectores de actividade com estratégias mais agressivas, o que transforma o crescimento da produtividade essencial neste processo. Sobretudo porque, no longo prazo, o seu crescimento é fundamental para a melhoria do rendimento real e, consequentemente, para elevar o nível de vida, onde o emprego se destaca como alavanca do desenvolvimento e bem-estar social.

Neste estudo interessa-nos relevar o facto do emprego se relacionar directamente com a formação académica, e ao mesmo tempo com o factor empregabilidade, o que segundo dados do INE (tabela 6), Aveiro aparece com referências à formação com a percentagem mais elevada da região do Baixo Vouga (25%), seguida de Águeda (18,5%), dois quais se nos cingirmos ao nível dos bacharéis e licenciados, Aveiro e Águeda dividem entre si cerca de 37% e 16% respectivamente face ao valor global dos restantes municípios.

2003								
Unidade: N.º								
	Total	Nível de habilitações						
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
Portugal	2 023 610	37 958	536 465	440 043	401 568	383 625	50 214	154 221
Continente	1 937 569	36 079	512 352	419 897	382 836	367 296	49 184	150 620
Centro	413 389	7 474	121 431	99 432	82 638	67 117	9 022	20 908
Baixo Vouga	76 381	1 479	21 298	20 223	14 405	11 947	2 014	4 623
Águeda	14 130	316	4 465	3 758	2 431	1 971	327	800
Albergaria-a-Velha	4 319	94	1 192	1 359	743	589	117	191
Anadia	4 410	126	1 511	1 118	731	568	113	207
Aveiro	19 545	276	4 296	4 122	4 053	4 185	714	1 773
Estarreja	3 873	44	1 023	1 130	763	646	81	184
Ílhavo	5 758	105	1 771	1 483	1 144	789	136	303
Mealhada	3 687	91	1 307	981	574	503	70	137
Murtosa	831	15	290	240	108	112	26	35
Oliveira do Bairro	4 805	88	1 321	1 514	755	684	121	301
Ovar	10 727	247	3 153	3 121	2 156	1 384	193	441
Sever do Vouga	1 899	40	440	687	392	243	44	50
Vagos	2 397	37	529	710	555	273	72	201

Tabela 6 – Empregabilidade, segundo o nível de habilitações
(Fonte: INE, 2006)

O que nos permitirá defender a tese de que são dois municípios, com ensino superior dedicado, dos quais em Aveiro destacamos o papel da Universidade de Aveiro, e Águeda a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda.

Neste contexto, a competitividade de uma economia, ao traduzir o esforço continuado de melhoria do desempenho de um sector ou mesmo do país, é afectada por diversos factores inter-relacionados, nomeadamente: a qualificação dos seus recursos humanos, o investimento, a tecnologia, o grau de abertura ao comércio, o enquadramento legislativo, a inovação e a produtividade.

Quando olhamos para o Baixo Vouga (tabela 7), vemos uma região potenciada, segundo dados do INE em 3,3% do PIB no contexto nacional 18,5% (Região Centro), o que representa um valor de 11 mil euros, e um VAB *per capita* de 20,6 mil euros, valores muito próximo da media nacional, com prestação de serviços (tabela 8), a assumir toda a dinâmica do processo de negocio com 30,5%, seguindo-

se a indústria e o comércio com 26,8% e 20,3% respectivamente, o que mostra bem o potencial da região.

2003							
	PIB			Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	RDB <i>per capita</i>	FBCF no total do VAB
	Em % do total de Portugal	<i>per capita</i>					
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)				
	%	milhares de euros	%	milhares de euros			%
Portugal	100,0	12,5	100	22,5	17,4	8,4	26,2
Continente	95,1	12,5	100	22,5	17,4	8,4	25,6
Centro	18,5	10,2	82	19,1	15,6	7,5	30,0
Baixo Vouga	3,3	11,0	88	20,6	x	x	

Tabela 7 – Indicadores de contas regionais por NUTS III
(Fonte: INE, 2006)

2003					
	VAB em % do total da região	Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	Remunerações no total do VAB	FBCF no total do VAB
	%	milhares de euros		%	
Centro	100,0	19,1	15,6	58,4	30,0
1 – Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	5,6	6,5	9,7	16,7	13,9
2 – Indústria, incluindo energia	26,8	23,1	14,2	56,9	32,1
3 – Construção	8,5	16,1	14,5	63,7	5,4
4 – Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações	20,3	18,1	12,1	49,8	18,6
5 – Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	12,9	50,8	18,0	19,5	65,8
6 – Outras actividades de serviços	30,5	22,9	20,0	79,4	25,8
SIFIM	-4,6	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Tabela 8 – Actividades económicas NUTS II
(Fonte: INE, 2006)

Quanto falamos no potencial região do Baixo Vouga, e consequentemente de Aveiro enquanto região, temos de focar a nossa análise na formação de recursos humanos, uma mais valia potenciada pela existência de inúmeras instituições publicas e privadas na região, que no ano lectivo de 2004/2005 leccionavam para mais de 10 mil alunos (3,18% da percentagem total nacional) (tabela 9), na sua grande maioria no ensino publico.

Unidade: N°.		
	Ensino superior	
	Público*	Privado
	2004/2005	
Portugal	282273	98664
Continente	276 196	98 181
Centro	73 910	7 573
Baixo Vouga	11702	409
Águeda	720	-
Aveiro	10 982	409

Tabela 9 – Alunos matriculados no Ensino Superior por município no ano lectivo 2004/2005
(Fonte: INE, 2006)

Destes valores, existe uma conclusão a tirar que tem a ver com o seguinte: do total dos alunos matriculados com aproveitamento no ano lectivo 2004/2005, corresponde a uma taxa de sucesso 65,8%, face ao 1.º ano de inscrição (tabela 10),

Tipo de Ensino	Inscritos 1.ª vez no 1.º ano	Ano lectivo de 2004-2005		
		Diplomados	Taxa de Sucesso	Taxa de Insucesso
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	49 437	32 011	64,8%	35,2%
Ensino Universitário	27 592	18 510	67,1%	32,9%
Ensino Politécnico	21 845	13 501	61,8%	38,2%
ENSINO SUPERIOR MILITAR E POLICIAL	374	261	69,8%	30,2%
Ensino Universitário	284	184	64,8%	35,2%
Ensino Politécnico	90	77	85,6%	14,4%
ENSINO SUPERIOR NÃO PÚBLICO	22 900	15 600	68,1%	31,9%
Ensino Superior Particular e Cooperativo	21 027	14 283	67,9%	32,1%
<i>Ensino Universitário</i>	13 565	8 705	64,2%	35,8%
<i>Ensino Politécnico</i>	7 462	5 578	74,8%	25,2%
Universidade Católica Portuguesa	1 873	1 317	70,3%	29,7%
TOTAL	72 337	47 611	65,8%	34,2%

Tabela 10 – Alunos matriculados no Ensino Superior com aproveitamento no ano lectivo 2004/2005
(Fonte: OCES, 2007: 8)

Para o mesmo ano em análise, mas analisando o contexto nacional por áreas de curso, dos mais de 70 mil diplomados do ano lectivo 2004/2005, e com especial interesse para o estudo aqui desenvolvido, podemos salientar como áreas que colocam no mercado de trabalhos mais diplomados (tabela 11), são a área engenharia (Biologia, Ambiente e Civil), com 50, 44 e 45 diplomados respectivamente, seguida pela electrónica, telecomunicações e gestão industrial, com 65 e 62 diplomados respectivamente; realçando também, áreas importantes e potenciais do desenvolvimento regional, como a cerâmica, a mecânica, o turismo, as novas tecnologias e a área de química que no seu conjunto, devolveram ao mercado de trabalho cerca de 100 profissionais.

Formar profissionais tornou-se uma apetência regional, onde a Universidade de Aveiro ocupa e ocupará sempre um lugar de destaque. Teremos sempre presente que a relação formação, e desempenho empresarial, são dois conceitos que potenciam uma região, na medida a cadeira de valor acrescentado, reside no facto de termos por um lado, pessoas formadas nas diversas áreas que potenciam a região, e por outro, uma maior abertura das empresas a receber os profissionais formados, e a interagir mais com as universidades, delegando-lhes tudo o que diz respeito ao estudo, avaliação e análise e novas metodologias de trabalho, bem como o recurso a técnicas e tecnologias de ponta, objectivando a operacionalização e rentabilização da produtividade.

Código	Estabelecimento de ensino	Duração do Curso	Inscritos 1.º vez no 1.º ano	Ano lectivo de 2004-2005		
				Diplomados	Taxa de Sucesso	Taxa de Insucesso
0300	Universidade de Aveiro					
<i>Licenciatura</i>						
0048	Biologia	4A	76	50	65,80%	34,20%
0054	Biologia e Geologia (Ensino de)	5A	44	28	63,60%	36,40%
1043	Bioquímica e Química Alimentar	4A	35	20	57,10%	42,90%
0136	Design	4A	63	32	50,80%	49,20%
0156	Economia	4A	56	25	44,60%	55,40%
0626	Educação de Infância	4A	54	46	85,20%	14,80%
0663	Electrónica e Informática (Ensino de)	5A	16	7	43,80%	56,30%
0213	Engenharia do Ambiente	5A	66	44	66,70%	33,30%
0228	Engenharia Cerâmica e do Vidro	5A	4	8	200,00%	-100,00%
0233	Engenharia Civil	5A	54	45	83,30%	16,70%
0231	Engenharia dos Computadores e Telemática	5A	39	8	20,50%	79,50%
0244	Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	5A	64	65	69,10%	30,90%
0264	Engenharia Física	5A	7	4	57,10%	42,90%
0264	Engenharia Geológica	5A	16	9	56,30%	43,80%
0290	Engenharia e Gestão Industrial	5A	80	62	77,60%	22,50%
0302	Engenharia de Materiais	5A	6	11	183,30%	-83,30%
0304	Engenharia Mecânica	5A	7	32	457,10%	-357,10%
0331	Engenharia Química	5A	39	24	61,50%	38,50%
0707	Ensino Básico – 1.º Ciclo	4A	55	32	58,20%	41,80%
0383	Física e Química (Ensino de)	5A	38	43	113,20%	-13,20%
0416	Gestão	4A	26	4	15,40%	84,60%
0448	Gestão e Planeamento em Turismo	4A	25	11	44,00%	56,00%
0494	Inglês e Alemão (Ensino de)	5A	26	26	100,00%	0,00%
1526	Línguas e Relações Empresariais	4A	73	26	35,60%	64,40%
0560	Matemática (Ensino de)	5A	47	46	97,90%	2,10%
0568	Matemática Aplicada e Computação	4A	37	15	40,50%	59,50%
1616	Meteorologia e Oceanografia Física	4A	24	3	12,50%	87,50%
0592	Música (Ensino de)	5A	32	17	53,10%	46,90%
0596	Novas Tecnologias da Comunicação	4A	58	28	48,30%	51,70%
0623	Planeamento Regional e Urbano	4A	7	14	200,00%	-100,00%
0630	Português e Francês (Ensino de)	5A	34	28	82,40%	17,60%
0633	Português e Inglês (Ensino de)	5A	34	32	94,10%	5,90%
0636	Português, Latim e Grego (Ensino de)	5A	31	25	80,60%	19,40%
0705	Química	4A	19	18	94,70%	5,30%
1700	Química Industrial e Gestão	4A	8	13	162,50%	-62,50%
Total do estabelecimento			1 330	901	67,70%	32,30%

Tabela 11 – Diplomados pela UA no ano lectivo de 2004/2005 (áreas de estudo)

(Fonte: OCES, 2007: 26)

O recurso à tecnologia, se assusta, por um lado, também resolve, por outro. Querendo com isto dizer, que consideramos neste estudo, que o recurso da tecnologia será dos conceitos mais importantes, quando analisamos o conceito de competitividade de uma cidade.

Assusta porque controla, e substitui de certa maneira grande parte da mão-de-obra; mas por outro lado, resolve grande parte dos impasses de uma economia global, que aposta em estratégias de flexibilização e de externalização, como forma de se tornar sustentável.

A sustentabilidade apoiada no factor inovação ganha aqui especial atenção, na medida em que a ela se deve toda a base estratégica de salvaguarda e flexibilização.

Isto porque atendendo à elevada carga de impostos, - que não só o IVA, sobre os produtos, e também sobre os serviços, que se praticam no território nacional, só uma aposta que passa pela inovação concertada pode criar caminhos alternativos,

a manutenção e operacionalização tanto do sector empresarial como do sector publico, onde se prevê maior e melhor gestão de recursos humanos.

Pela análise da tabela 12, podemos ver que relativamente à região centro, 45% do total do sector empresarial, tem actividades ligadas à inovação, ou seja, um número muito próximo da Região de Lisboa, e acima do Grande Porto (Região Norte).

No cálculo geral, podemos observar que as actividades ligadas à inovação, dependem em 16,2% de financiamentos públicos, e 18,5% das empresas envolvidas cooperam entre si, nesta estratégia de inovação.

A relação competitividade/Inovação, é medida pelo volume de negócios que resultam da venda de novos produtos, cerca de 30,5% sendo somente ultrapassada pela Madeira (33,9%) principalmente na inovação em ofertas ligadas ao turismo.

Sendo a região centro a região mais competitiva (período 2002-2004), onde a inovação se demarcou como factor decisivo, creio ser possível avançar, já que os factores competitividade e inovação, são dois conceitos complementares, que de acordo com o maior ou menor dinamismo das instituições e das pessoas envolvidas, pode traduzir-se com certeza, num potencial aumento do volume de negócios.

2002-2004					
Unidade: %					
	Empresas com actividades de inovação	Empresas com financiamento público para inovação	Empresas com cooperação para a inovação	Intensidade de inovação	Volume de negócios resultante da venda de produtos novos
Portugal	40,9	11,1	19,4	2,1	21,4
Norte	37,2	11,0	16,6	3,0	20,3
Centro	45,0	16,2	18,5	2,8	30,5
Lisboa	45,6	5,8	25,6	1,4	20,0
Alentejo	39,6	13,6	17,6	5,0	19,2
Algarve	31,6	9,1	29,6	2,6	30,1
R. A. Açores	45,6	9,0	14,3	1,3	8,9
R. A. Madeira	31,7	20,1	8,3	0,6	33,9

Tabela 12 – Indicadores de inovação empresarial por NUTS II, 2002-2004
(Fonte: INE, 2006)

E estas estratégias, são validas para os vários conceitos aqui estudados, que passam não só pelos factores económicos, mas também pelos factores de índole cultural, social, e desportiva, e que dependem de grande parte de trocas, complementos e afinidades, com outros agentes locais, sejam de projectos intermunicipais, nacionais ou internacionais.

Só as trocas de informação, a informação partilhada, e estratégias afinadas no conjunto, poderão promover a competitividade entre cidades.

Uma aposta em mais Investigação e o Desenvolvimento, atribuía a região 493 unidades de investigação das 2281 do todo nacional (tabela 13), o que representava um valor global de investimento de cerca de 167 milhões de euros, cabendo a maior em investimento precisamente no ensino superior, com metade das verbas totais, ou seja, mais de 80 milhões de euros. Portanto, uma aposta clara nas instituições do ensino superior com vocativo para I&D.

2003										
	Unidades de investigação	Pessoal (Equivalente a Tempo Integral)				Despesa				
		Total	Por sector de execução			Total	Por sector de execução			
			Empresas	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos		Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
	N.º					milhares de euros				
Portugal	2 281	25 529	6 124	11 147	3 342	1 019 581,0	338 038,1	172 045,2	391 797,4	117 700,4
Continente	2 230	24 960	6 101	10 867	3 308	999 636,9	336 997,5	165 685,6	381 188,5	115 765,2
Norte	637	6 315	1 684	2 978	1 254	246 402,8	85 611,4	11 214,7	105 464,2	44 112,6
Centro	493	4 401	1 164	2 373	539	167 024,4	55 366,9	9 255,1	84 353,1	18 049,3
Lisboa	933	12 795	2 989	4 623	1 485	531 688,7	182 922,6	135 889,0	160 078,1	52 799,1
Alentejo	124	989	228	519	19	40 986,1	12 227,1	8 055,6	20 292,8	410,5
Algarve	43	459	35	374	11	13 534,9	869,6	1 271,3	11 000,2	393,7
R. A. Açores	30	341	13	205	30	12 308,6	629,2	2 239,3	7 722,6	1 717,5
R. A. Madeira	21	229	10	75	5	7 635,6	411,4	4 120,3	2 886,3	217,7

Tabela 13 – Investigação e Desenvolvimento por NUTS II
(Fonte: INE, 2006)

Aquilo que aqui validamos no contexto económico, validamos de igual modo para os factores de coesão social, onde a cultura³² marca o ponto decisivo quando

³² O termo cultura, é aqui utilizado para referir toda a produção de uma autarquia, principal provedor de actividades de manutenção e ocupação de tempos livres para as suas populações. Neste contexto, ao conceito cultura, está ligado também o conceito desportivo, ambiental, e social, entre outros.

falamos em competitividade de cidades, isto porque, a cidade não a vemos como uma empresa no estrito sentido da palavra, mas também um empresa que olha e promove qualidade de vida e ocupação dos tempos livres dos seus habitantes (tabela 14).

Unidade: milhares de euros												
	Total de despesas	Despesas correntes										
		Total	das quais									
			Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socioculturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
Portugal	795 736	404 221	31 603	18 064	59 407	44 979	32 057	11 520	57 453	7 569	133 008	23 829
Continente	762 322	388 176	30 887	17 568	57 508	44 256	29 915	10 781	54 779	6 775	128 681	23 611
Centro	202 864	91 982	5 993	2 982	12 059	9 352	10 467	2 321	13 561	1 856	31 567	8 308
Baixo Vouga	18 640	10 817	397	214	1 148	967	1 758	213	1 342	136	4 539	1 288
Águeda	2 057	1 409	108	-	112	94	145	6	144	10	730	203
Albergaria-a-Velha	3 094	915	30	-	61	61	90	2	119	15	599	391
Anadia	2 354	746	59	45	20	12	148	-	54	78	386	215
Aveiro	1 801	1 801	-	-	2	0	832	80	20	-	118	-
Estarreja	1 097	678	47	28	70	53	124	48	114	-	237	55
Ílhavo	1 680	1 127	111	109	40	2	157	21	59	-	671	274
Mealhada	666	536	-	-	20	-	31	4	170	-	271	-
Murtosa	321	231	15	15	23	20	10	-	90	4	11	-
Oliveira do Bairro	2 300	801	8	-	171	128	13	10	230	-	369	-
Ovar	2 264	1 928	17	17	607	579	104	35	234	-	788	68
Sever do Vouga	650	290	-	-	13	13	24	-	59	29	151	60
Vagos	355	355	-	-	10	5	80	6	50	-	209	21

Despesas de capital										
Total	das quais									
	Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades sócio-culturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
	Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
391 515	55 593	16 007	20 042	18 933	2 669	1 298	13 506	85 469	201 251	172 858
374 146	53 795	15 870	19 901	18 830	2 112	746	10 740	83 580	192 156	164 973
110 881	18 222	4 708	5 980	5 724	755	274	4 176	27 876	50 678	46 062
7 823	953	684	634	604	69	-	144	1 757	4 206	3 942
648	69	-	20	20	-	-	-	-	559	559
2 178	77	-	37	34	13	-	13	1 230	809	784
1 608	103	103	164	164	-	-	89	157	1 094	1 094
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
419	-	-	109	109	-	-	-	-	311	174
553	174	170	84	84	-	-	-	189	93	92
130	-	-	130	130	-	-	-	-	-	-
90	-	-	27	-	3	-	20	-	16	-
1 500	495	410	7	7	45	-	-	-	953	873
337	35	0	39	39	1	-	10	169	60	60
360	1	-	17	17	8	-	12	13	310	305
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 14 – Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município
(Fonte: INE, 2006)

A produção cultural municipal, se bem que por um lado se encontra indexado ao volume populacional de cada município (tabela 15), por outro, perde algum significado, quando analisamos o investimento feito em cultura (Fig. 11). Assim o município mais denso em termos de população será o de Aveiro e o menos o da Murtosa, mas o retorno do investimento não é reflexo de índice populacional, o que nos leva a concluir que a produção cultural municipal não acontece tem em atenção o público-alvo directo, - os munícipes, mas sim um público-alvo mais alargado.

2005	Total		
	HM	H	M
Portugal	10 569 592	5 115 742	5 453 850
Continente	10 082 154	4 880 069	5 202 085
Centro	2 382 448	1 151 751	1 230 697
Baixo Vouga	396 704	192 523	204 181
Águeda	49 879	24 178	25 701
Albergaria-a-Velha	25 716	12 527	13 189
Anadia	31 680	15 303	16 377
Aveiro	73 657	35 429	38 228
Estarreja	28 323	13 731	14 592
Ílhavo	39 802	19 459	20 343
Mealhada	21 724	10 585	11 139
Murtosa	9 728	4 704	5 024
Oliveira do Bairro	22 682	10 968	11 714
Ovar	57 148	27 882	29 266
Sever do Vouga	12 900	6 241	6 659
Vagos	23 465	11 516	11 949

Tabela 15 - População residente por município
(Fonte: INE, 2006)

A cultura tem associada, despesas avultadas e quase sempre as receitas não pagam a produção em causa, o que leva os municípios a alargarem horizontes de captação de público a municípios periféricos e muitas vezes até, de âmbito nacional.

Aconteceu por exemplo, em Aveiro, com o EURO 2004, em que tivemos uma despesa corrente elevada, e que de resto aconteceu um pouco com todos os municípios onde decorreram os jogos do EURO. Claro que a despesa corrente não se cingiu ao desporto, mas teve grande relevância, e em Aveiro salientamos

também toda a promoção relativa ao Teatro Aveirense³³, que após a conclusão das obras conheceu um forte investimento em dinamização desta sala regional de cultura.

A comprovar esta ideia, temos o facto do município da Murtosa, que é o menos populoso da Região do Baixo Vouga, e em 2004 aplicou cerca de 70% de verbas em despesa corrente no conceito cultura (Fig. 11), vocacionado assim, o factor turismo e captação de receitas dum publico mais basto nomeadamente situado em S. Jacinto, Torreira, Ovar e mesmo Aveiro, não só pelos festivais gastronómicos de verão, mas pelo potenciar constante baseado na Ria de Aveiro e na actividade piscatória.

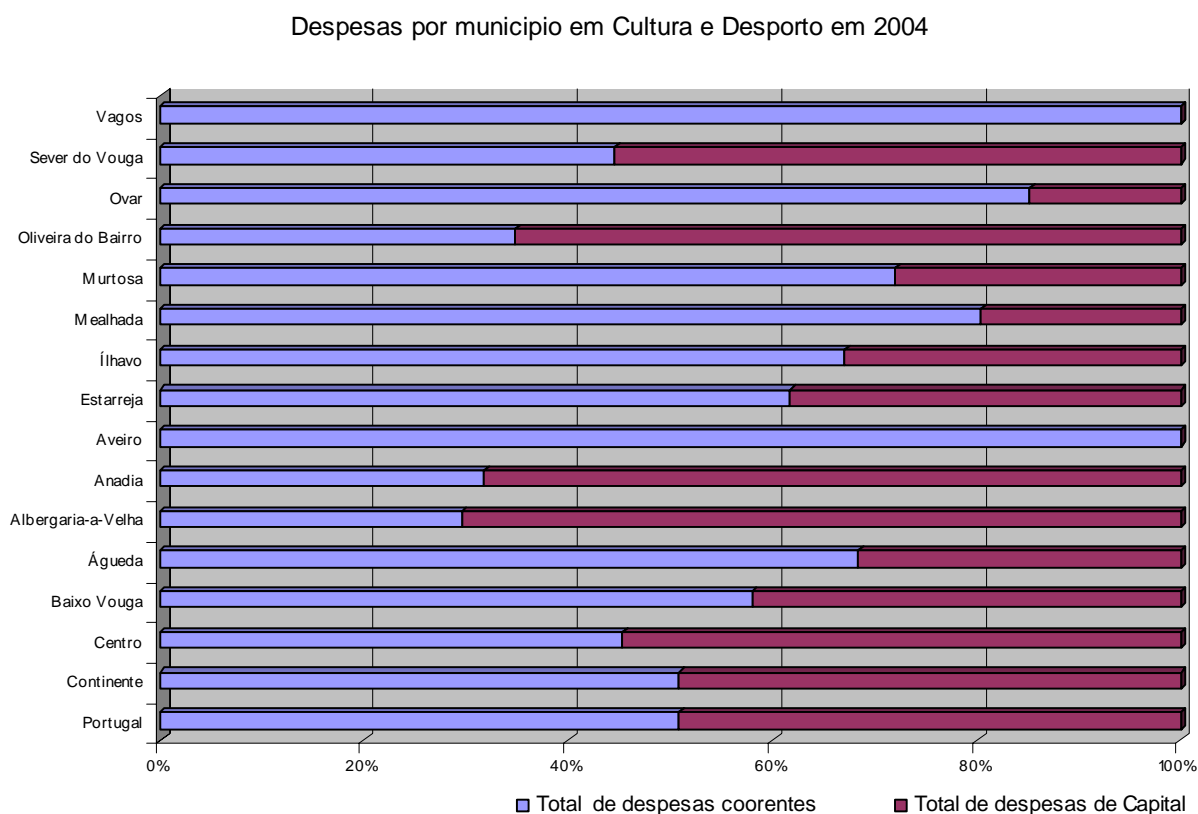


Figura 11 - Despesas por município em Cultura e Desporto em 2004
(Fonte: Elaboração própria)

Sobre as despesas de capital, devemos acrescentar somente que as mesmas reflectem investimentos quase sempre relacionados com a recuperação ou novas

³³ O Teatro Aveirense reabriu no dia 23 de Outubro de 2003 depois de três anos de obras de recuperação e

construções de espaços de valências multidisciplinares, dos quais destacamos o municípios de Anadia, Albergaria e Oliveira do Bairro, que no ano em análise, tinham em marcha grande obras de requalificação e beneficiação vocacionado a cultura.

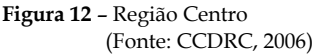
5.2.2. Relação do Baixo Vouga com a Grande Área Metropolitana de Aveiro

Num contexto que perspectivamos potenciar, encontramos alguma ambiguidade, quando vemos o conceito “cidade” num sentido mais alargado, que o estritamente definido pelo seu território. Assim, o no caso em estudo, Aveiro está integrado na região do Baixo Vouga, que por sua vez, se integrada na Região Centro (NUT II) (Fig. 12).

Mais recentemente, vemos esta divisão administrativa das regiões ser confrontada com uma nova perspectiva: a Grande Área Metropolitana de Aveiro³⁴; que mais não é do que a Região do Baixo Vouga numa tentativa de conquistar território, e com ele benefícios nos impostos baseados na dimensão populacional. Não é certamente a ideologia deste trabalho, mas fica aqui esta ideia (pessoal), só para realçar o facto de estarmos numa região que para o mesmo conteúdo populacional e territorial, conhece várias divisões, sem relatividade significativa, pelo que nos ficamos pelo Baixo Vouga (NUT III).

remodelação.

³⁴ No dia 23 de Abril, com a assinatura da escritura pública da criação formal da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA) na presença de sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, abriu-se mais uma página no progresso do município e da Região de Aveiro. Um progresso que vai ser, voluntariamente, partilhado entre doze municípios. Por vontade das suas Assembleias Municipais. É com um prazer enorme que os enumero: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra. Na nova GAMA vivem e trabalham mais de 430 mil pessoas e fazem dela parte 9 cidades: Águeda, Aveiro, Esmoriz, Gafanha da Nazaré, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar e Vale de Cambra. (acta n.º 68 de 26 de Abril de 2004 da Assembleia Municipal de Aveiro).



Depois das pessoas, a Região vale pelo seu potencial regional e pela diversidade dos produtos e serviços que pode oferecer a uma procura cada vez mais dinâmica e flexível.

Se Aveiro, é sol e água, no sentido exposto neste trabalho, deve potenciar estes conceitos e complementa-los com outros conceitos; e não “copiá-los”. Ou seja, Aveiro não deverá desejar ser a “Capital do Leitão” ou das “Duas Rodas”, porque estes conceitos estão historicamente ligados a outros concelhos e/ou outras cidades. Mas pode e deve desejar um complemento, do qual o melhor desfecho poderá ser a criação de uma rede inter-culturas, em que o sol e a água, podem

complementar-se com um passeio de bicicleta e terminar com um “belo Leitão da Bairrada”.

Mas a competitividade depende de outras relevância em termos de cluster's, nomeadamente, cluster's do sector empresarial, e do qual dependem factores já analisados como a formação, emprego, cluster's baseados fortemente no conhecimento e na intensidade tecnológica.

Numa análise global, é-nos permitido concluir que os potenciais cluster's aqui em estudo, localizam-se principalmente nos EUA/Canadá e na Europa do Norte (Alemanha, Suécia, Finlândia, Reino Unido e Holanda).

Predominam nos EUA, pólos que se estruturam em torno de competências em TIC como, componentes e equipamentos; serviços de alta tecnologia (software, serviços informáticos, serviços de telecomunicações etc.); instrumentação, equipamento médico e equipamento eléctrico de alta tecnologia; indústria farmacêutica, biotecnologia e química, sendo vários os que combinam mais do que uma destas competências (casos de São Francisco e Raleigh Durham).

Na Europa seguem o padrão dos EUA, com combinações de duas ou mais das referidas competências, cluster's como Southeast (no Reino Unido); Estocolmo (Suécia), Zuid Nederland (Holanda) e Hessen (Alemanha).

Existe um conjunto de pólos europeus em que o sector automóvel, aeronáutica e mecânica de alta tecnologia têm um papel central, em contraste com os EUA, em que apenas em Philadelphia e Seattle isso acontece; nos casos europeus a combinação deste tipo de sector é feita ou com a instrumentação, equipamento médico e equipamento eléctrico de alta tecnologia ou com a indústria farmacêutica, biotecnologia e química. São paradigmáticos os cluster's regionais de Baden-Württemberg e Bayern (Baviera) na Alemanha, e a Suíça.

5.3.1. Ciência, Tecnologia e Inovação

Desde a adesão à União Europeia assistiu-se a um esforço muito significativo de investimento e enriquecimento institucional nas áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação. Graças a programas como o CIÊNCIA, STRIDE, PRAXIS XXI, e do PEDIP, foram instalados ou apoiados durante a década de 90, como por exemplo, os Institutos de I&D associados às Universidades (em áreas como – Ciências Biomédicas; Biologia e Biotecnologia; Ciências da Computação, Tecnologias da Informação e das Telecomunicações; Tecnologias da Produção, Automação e Robótica; Ciências e Tecnologias dos Materiais);

Por outro lado, o desenvolvimento nacional, que encontra no seu território um conjunto de actividades que, no seu conjunto, está ainda longe das áreas e segmentos para os quais se abrem perspectivas de maior crescimento e inovação no futuro e que o investimento das empresas portuguesas no exterior se realiza, naturalmente, em actividades em que o País foi acumulando o melhor das suas competências, a importância do País na economia global e o seu crescimento dependem crucialmente de outro movimento – o da atracção de investimento estrangeiro que permitisse diversificar as actividades, em que novas competências se pudessem vir a enraizar. Só assim uma pequena economia aberta, como Portugal poderá aspirar a funcionar como um “nó” das redes mundiais de produção e distribuição. A falta de dinamismo na tracção deste investimento terá contribuído para a falta de dinamismo das exportações (AICEP: 2006).

5.3.1.1. Recursos Humanos em I&D

Os recursos humanos serão a grande mais valia ao nível da Europa, para fomentar o crescimento e desenvolvimento sustentado, para os quais devem ser tidas em conta políticas regionais tendentes ao melhoramento deste índice, ou seja, recursos humanos com formação ou a trabalhar em I&D.

Ao observarmos a figura 13, podemos concluir que assiste a Portugal um longo caminho a percorrer para contrariar esta tendência, que nos coloca na cauda da Europa com menos de 20% de recursos humanos nesta meta de I&D, ao contrario do que podemos observar para algumas zonas da Itália, Suíça e Alemanha cuja tendência se situa entre os 30% e os 40% e os caso isolado de Praha onde atinge os 47%. (cfr. Anexo 2)

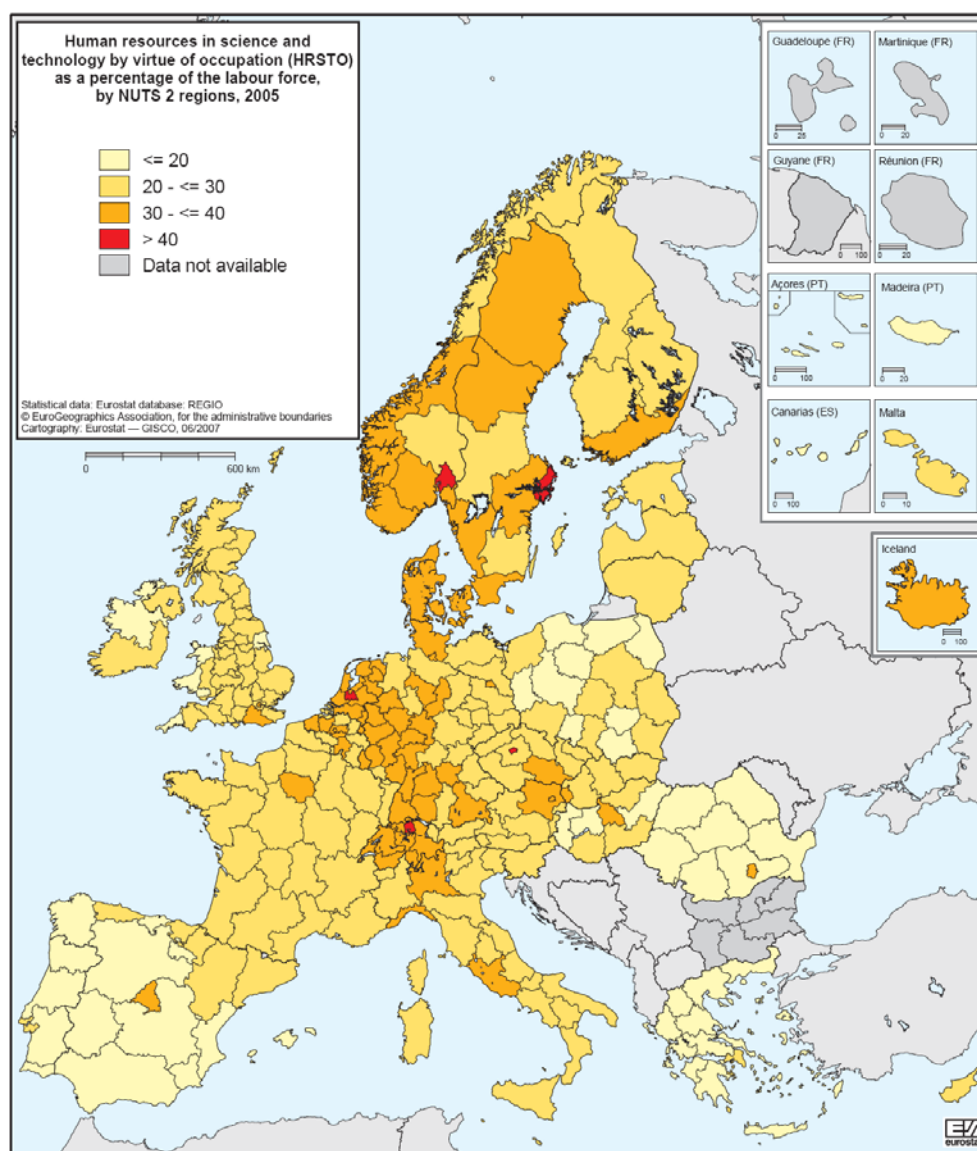


Figura 13 – Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, EU, NUT II – 2005)
(Fonte: EUROSTAT, 2007)

Portugal divide os máximos (tabela 16), entre Lisboa, 25,8% e o mínimo Zona Norte 11%, dos quais por força do trabalho aqui desenvolvido, realçamos os 12,1%

da Zona Centro, que denota bem a importância e o potencial da Região, e favorece uma maior atenção para o investimento, como por exemplo recentemente a Câmara do Comercio e Industria do Centro, anunciou a intenção de elevar a região centro à liderança do cluster energia, - aproveitamento de energia, com a criação de um centro de investigação.

...
pt11	Norte	11	4
pt15	Algarve	17,2	4
pt16	Centro (PT)	12,1	4
pt17	Lisboa	25,8	3
pt18	Alentejo	15,1	4
pt20	Região Autónoma dos Açores (PT)	12,6	4
pt30	Região Autónoma da Madeira (PT)	15,4	4
...

Tabela 16 – Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, EU, NUT II – 2005)
(Fonte: EUROSTAT, 2007)

5.3.1.2. Cluster's históricos da Região Centro

Além da Energia, que consideramos um cluster importante, embora seja recente, queremos dedicar-nos ao estudo dos cluster's históricos da região centro (tabela 17), que passam pela cerâmica, o vinho, as telecomunicações, e a metalurgia.

Cluster's Baixo Vouga														
Unidade: N°.														
	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Portugal	52 122	7 032	9 515	2 216	4 212	4 843	1 096	1 141	3 677	7 737	3 133	1 671	846	5 003
Continente	50 933	6 712	9 454	2 209	4 055	4 741	1 078	1 127	3 576	7 486	3 101	1 649	828	4 917
Centro	12 019	2 084	861	211	1 102	795	268	437	1 387	2 137	1 042	366	243	1 086
Baixo Vouga	2 653	350	149	33	225	177	59	89	259	672	193	107	114	226
Águeda	640	33	33	1	31	31	3	25	65	233	48	20	42	75
Albergaria-a-Velha	162	13	15	1	19	7	3	6	9	45	23	6	9	6
Anadia	219	45	7	-	33	25	4	15	22	33	6	3	12	14
Aveiro	427	82	13	-	23	36	15	4	47	92	39	29	12	35
Estarreja	109	19	5	2	9	6	9	2	4	24	10	6	-	13
Ílhavo	192	47	9	-	13	6	2	7	17	41	21	7	15	7
Mealhada	96	26	6	-	11	7	2	3	18	17	1	1	-	4
Murtosa	29	5	-	-	5	7	1	1	1	6	1	-	-	3
Oliveira do Bairro	210	24	8	-	12	12	3	5	43	57	18	3	9	16
Ovar	358	35	49	27	44	28	13	14	10	47	13	28	9	41
Sever do Vouga	105	9	2	2	13	8	1	1	2	52	4	1	3	7
Vagos	106	12	2	-	12	4	3	6	22	25	9	3	3	5

Tabela 17 – Cluster's do Baixo Vouga
(Fonte: INE, 2006)

DA – Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco

DB – Indústria Têxtil

DC – Indústria do Couro e dos Produtos de Couro

DD – Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras

DE – Indústria de Pasta, de Papel e de Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão
DF – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear

DG – Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais

DH – Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas

DI – Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos

DJ – Indústrias Metalúrgicas de base e de produtos metálicos

DK – Fabricação de Máquinas e Equipamentos

DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica

DM – Fabricação de Material de Transporte

DN – Indústria Transformadora

5.3.1.2.1. O Cluster Cerâmica

A região centro, e consequente o Baixo Vouga, reúne em si um potencial grande no sector da Cerâmica (Fig. 14), não só o da produção de sanitários e revestimentos, a louça de faiança e porcelana e as cerâmicas artísticas; as indústrias do vidro com destaque para o vidro de embalagem, onde Águeda e Aveiro disputam o maior numero de empresas 65 e 47 respectivamente, assumindo no conjunto 18,67% das empresas da Região Centro e 7,04% no contexto nacional.

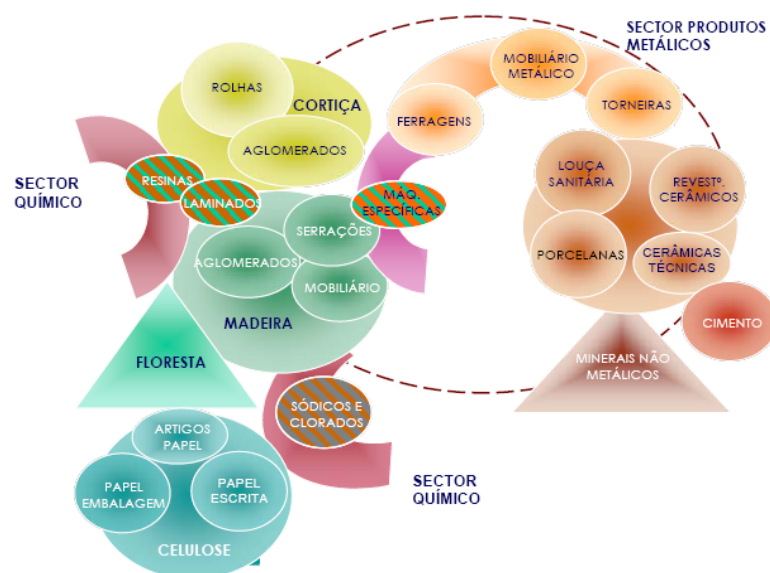


Figura 14 – Cluster Cerâmica
(Fonte: AICEP, 2006: 26)

5.3.1.2.2. Cluster Vinho

A actividade agrícola da Região Centro é tradicionalmente realizada na base da economia familiar, em torno da pecuária de leite, do vinho, dos cereais forrageiros e das hortícolas, na zona de regadio mais litoral, tendo as plantas e flores vindo a ganhar maior expressão (exemplos da produção de kiwis, de flores e de plantas

ornamentais). Deste conceito alargado, destacamos, o vinho, um cluster regional com destaque para vinhos de região demarcada da Bairrada; onde as Caves Aliança, são a empresa central a destacar, não só pela dinâmica local, mas pelo papel assumido no contexto nacional e internacional.

Este cluster (tabela 17) divide o potencial do sector com os municípios Anadia, Aveiro e Ílhavo com 45, 82 e 47 respectivamente, assumindo no conjunto 31,05% das empresas da Região Centro e 4,98% no contexto nacional, sendo que cabe ao município de Anadia “Coração da Bairrada”, a manutenção do cluster em estudo, o vinho. (cfr. Anexo 3)

5.3.1.2.3. Cluster Telecomunicações

Não podemos ainda falar de um cluster Telecomunicações na região Centro não (Comunicação/Tecnologias de Informação), mas sim de um conjunto dinâmico de vários conceitos (Fig. 15), onde a Universidade de Aveiro, desempenha um papel excepcional no campo das novas tecnologias, e por outro lado, temos um conjunto centrado na produção de software e nos serviços informáticos, onde aparecem um série de micro e pequenas empresas com vocação excepcional na área do software para Sistemas TIC, software para telecomunicações e Internet, para a qual a região mantém uma posição dominante desde a implantação em Aveiro da PT Inovação. Aveiro tem conseguido captar a presença de importantes multinacionais, como a Nokia/Siemens, a NEC, a Ericsson, ou a francesa GFI Informatique, que no conjunto formam um “cluster” com pessoas qualificadas em número, sistemas e serviços, que permite perspectivar Aveiro no contexto cluster nacional e mundial, no domínio das telecomunicações.

Águeda e Aveiro, detêm neste campo 48 e 39 empresas, respectivamente, e assumem no conjunto 18,52% das empresas da Região Centro e 6,16% no contexto nacional. (cfr. Anexo 3)

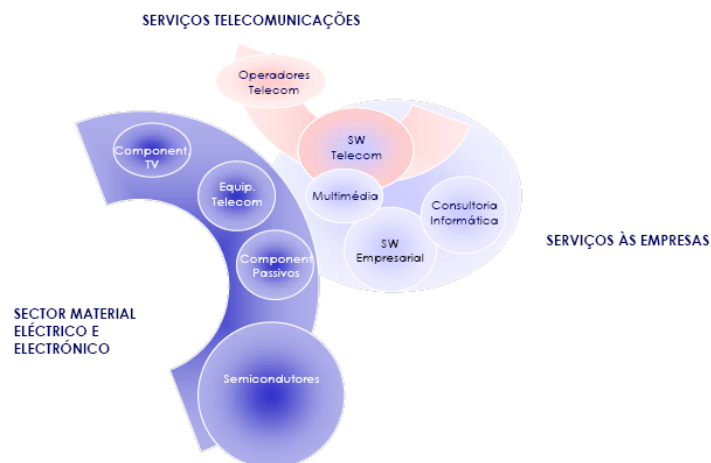


Figura 15 – Cluster Telecomunicações
(Fonte: AICEP, 2006: 31)

5.3.1.2.3. Cluster Metalurgia

Grande incidência presente da região Centro, o cluster da Metalurgia do centro dá um forte contributo à indústria transformadora nacional, em que se destacam as fundições de ferro e alumínio, uma aciaria eléctrica³⁵, unidades de trefilaria³⁶ e de fabrico de tubos de aço e de extrusão de alumínio, - como a EXTRUSAL, com sede em Aveiro; indústrias de Artigos Metálicos com destaque para as ferragens, torneiras e artigos para cozinha e mobiliário metálico; e ainda indústrias de Máquinas Eléctricas e Não Eléctricas, incluindo equipamento eléctrico pesado e aparelhagem eléctrica diversa; produção de equipamentos seriados para uso industrial; produção de termo e electrodomésticos e de material para frio industrial; equipamento de ventilação e climatização industrial, fabrico de moldes para plástico e para fundições. Sendo que Águeda e Aveiro 233 e 92 empresas, respectivamente, assumem no conjunto 31,45% das empresas da Região Centro e 8,69% no contexto nacional. (cfr. Anexo 3)

³⁵ Forno Eléctrico para transformar sucata em aço.

³⁶ Unidades industriais de transformação de aço em produtos como pregos, arame de aço, entre outros.

Depois de analisarmos, estes quatro cluster's potenciais com maior incidência no Baixo Vouga, directamente ligados a Aveiro, temos obrigatoriamente de confrontar os mesmos com uma perspectiva a médio prazo (Fig. 16), ou seja, os nosso cluster's principais, tem forte tendência de desenvolvimento futuro, principalmente a electrónica e as telecomunicações, o que coloca esta região em situação de privilegio, e com boas perspectivas também de crescimento e estabilidade.

Da análise pode realçar ainda outros potenciais cluster's que se perspectivam, como é o caso do turismo residencial, lazer, e os centros de conhecimento, e em crescimento o sector das energias renováveis.

Saibamos pois ler esses mesmos desígnios, e adoptar a simbologia do triple-helix para a região, onde depois de explanadas anteriormente, - as abordagens sistematizadas entre os agentes empresas, universidade, governo, e os actores locais, potenciam e dinamizam a região.

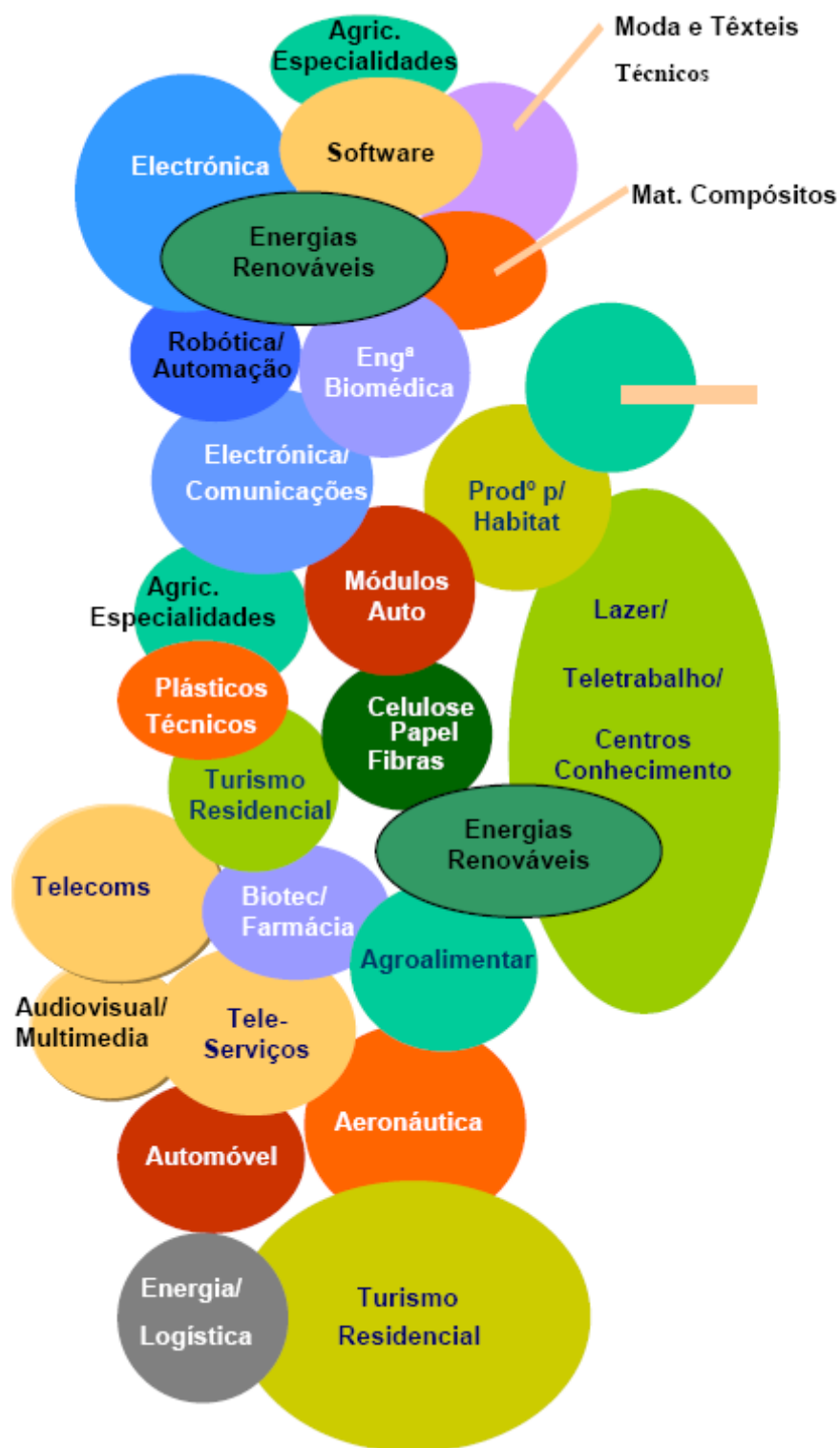


Figura 16 – Portugal – Horizonte 2015: uma visão territorial
(Fonte: AICEP, 2006: 107)

Capítulo VI

Conclusões

As conclusões da Dissertação...

O estudo da competitividade das cidades, cremos, ficou aqui bem explanada. A competitividade é um conceito bem presente no conjunto territorial, da cidade ou da região que a envolve; o preceito é que os cidadãos e o seu padrão de qualidade de vida, fazem parte de um conjunto de políticas nacionais e internacional e são transversais, modo geral, a todos os partidos.

A actuação sobre o factor competitividade de um determinado território, pode ser visto como uma forma de potenciar e dinamizar esse mesmo território por um lado, e promover o seu crescimento sustentado por outro, através do incremento de valor acrescentado tantos aos novos produtos, como à prestação de serviços, que alias medem a diferenciação entre cidades. As cidades são contempladas com conceitos muito próprios, que valem por si, e potenciam um conjunto territorial, como foi exemplo nesta dissertação, a Região do Baixo Vouga.

O processo competitivo das cidades, influencia todo um crescimento sustentado, e depende de factores e dimensões próprias, que se desenrolam no tempo e no espaço de modo assimétrico.

O sentido da mobilidade espacial, encontra no factor inovação um complemento potenciador da competitividade, na medida em que promove que barreiras espaciais deixem de existir, e passe a existir um maior usufruto de boas praticas, e dos resultados de projectos, que podem e devem ser replicados em territórios semelhantes, fomentando para o efeito, maior competitividade entre cidades. Até aqui, e pela dificuldade de acesso a este conceitos, só a proximidade dos actores beneficiava a replica estrutural.

A competitividade não se ajusta a réplicas de conceitos próximos, mas de conceitos distantes que podem potenciar um conjunto regional, como é exemplo recente, o “Bar do Gelo” em Viseu, conceito importado da Nova Zelândia e único em Portugal; aqui perto na freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia um Centro de Alto Rendimento – Velódromo Nacional, conceito único a nível nacional.

No segundo capítulo deste estudo, verificámos alguns conceitos de competitividade ligados às cidades, com integração no contexto da inovação, e

acompanhámos a sua evolução tanto para o plano nacional, como para o plano do Baixo Vouga, e concluímos que esta é uma região de grandes diversidades territoriais e de elevado potencial empresarial.

No terceiro capítulo, analisamos o conceito de inovação no contexto das políticas europeias, e também ao nível nacional, e o seu melhor enquadramento no plano de desenvolvimento sustentável das cidades, onde concluímos que o permanente recurso às melhores práticas, é quase sempre o melhor caminho a seguir, para potenciarmos a região.

Alguma insuficiência de dados específicos da região, levaram-nos a ficar pela análise, que contrapõe o contexto regional nacional, ao contexto europeu, onde as regiões portuguesas aparecem como regiões com pior performance. De relevar, ainda assim, no contexto nacional, o papel da Região Centro, com um desempenho muito aceitável, e que ocupa a 153.^a posição do ranking europeu, logo a seguir à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que realça bem o mérito e o potencial da região no contexto de inovação.

No quarto capítulo, mostrámos a importância de um plano de desenvolvimento das cidades, como parte decisiva no contexto do desenvolvimento regional, onde factores de competitividade económica, de coesão social, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento cultural e relativos à qualidade de vida das populações, dependem exclusivamente de um bom processo de decisão e de um plano estratégico que reúna o consenso de todos os actores locais, apelando inclusivamente à participação pública para a sua definição.

O planeamento municipal estratégico, obriga a uma gestão equilibrada assente na missão e na visão municipal, e deverá ser constituída por projectos de curto prazo, e também pelos de médio e longo prazo, como factor estruturante de uma política orientada para o território e para a coesão social.

No quinto capítulo, concretizamos a temática desta dissertação, utilizando uma série de dados relacionamos conceitos que vão desde a formação, ao contexto de empregabilidade, passando por factores relacionados com o conceito de qualidade de vida das populações, como por exemplo, a cultura e o desporto, para aferir das

vantagens competitivas do Baixo Vouga e no caso em estudo, Aveiro, onde o conceito tipificado pelo Triple-helix, representa o melhor enquadramento para traduzir o potencial da região colocando no mesmo plano um modelo de governação político, as instituições de ensino e o sector empresarial. Em conjunto, e da relação com os demais actores locais, potenciam a região com 3,3% do PIB de toda a região centro, e um VAB 20,6% muito próximo da media nacional.

Ainda neste capítulo analisamos a componente formação associada à taxa de emprego, e concluímos que as instituições da região nomeadamente a Universidade de Aveiro formam um número elevado de alunos, dos quais uma grande parte, são absorvidos pelas necessidades de mão-de-obra da região.

A terminar o capítulo foram analisados alguns cluster's de relevância, que apesar de aparecem muito dispersos no contexto de território, podemos verificar que embora a região não tenha ainda um ou mais cluster's definidos, caminha na direcção correcta, e disso somos a destacar as telecomunicações, a cerâmica, a metalurgia e o sector vincula, como potenciais cluster's da região, pelo que será sobre eles que residirá o maior potencial competitivo de todo o processo de negocio estudado.

Esta dissertação fica marcada pela equidade dos dados relativos ao Baixo Vouga, sempre potenciados no contexto da Região Centro, destacando-a no panorama nacional.

O resultado desta dissertação, é partilhado nas conclusões objectivadas por outros estudos feitos, e salientam o potencial do Baixo Vouga no contexto nacional, deixando-o, como muitas outras regiões, abaixo dos valores mínimos do plano europeu; no entanto um desfecho encostado ao processo empresarial e às trocas recíprocas de uma relação potenciada nas universidades: tanto para os padrões de formação, como para a concepção/implementação de melhores soluções, contempla em termos de futuro, boas perspectivas à região e à competitividade entre cidades.

As cidades devem complementar-se entre si, e não devem ser concorrentes directas, pelo que se perspectiva num futuro próximo, estratégias concertadas, grande mobilidade de informação e conceitos, e o fim das “cidades capelinha”.

Capítulo VII

Referências Bibliográficas

- ABRUNHOSA, Ana – The National Innovation Systems Approach and the Innovation Matrix, 2003, disponível em URL http://www.druid.dk/uploads/tx_picturedb/ds2003-734.pdf, (25 de Abril de 2008)
- Apresentação de um modelo para a criação de um cluster das telecomunicações em Aveiro, disponível em URL http://www.intelligentcities.net/uploads/gc/10082_PTIInova%C3%A7%C3%A3o_Coimbra.pdf, (24 de Abril de 2008)
- ARUNDEL, Anthony e Hugo Hollanders – Innovation, Strengths and Weaknesses, 2005
- As Regiões e a Nova Política de Coesão – CCDRC, 2006
- AUP-DGOTDU, A Nova Carta de Atenas 2003: A Visão do conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI, Conselho Europeu de Urbanistas, Lisboa, 1998
- Banco de Portugal, Boletim Económico – Inverno 2006; volume 12, n.º 4, disponível em URL http://www.bportugal.pt/PUBLISH/bolecon/antigos/bol_inverno06_p.pdf (25 de Abril de 2008)
- BEAUFRE, André, Introdução à Estratégia, Edições Sílabo, 1998
- Boletim da Universidade do Porto, Competitividade das Cidades e Regiões 2005, disponível em URL http://sigarra.up.pt/up/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1065742088/Boletim_n38.pdf, (26 de Abril de 2008)
- CHIAVENATO, Idalberto – Introdução à Teoria Geral da Administração, 6.ª Edição, Campus 2000
- CITIES, Intelligent, Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável, Breve Apresentação, Programa INTERREG IIC, 2005, disponível em URL http://www.inteli.pt/site/resources/docs/projectos/intelligentcities/ppt_IntelCities.pdf, (27 de Abril de 2008)
- Comissão das Comunidades Europeias, Investir eficazmente na educação e na formação: um imperativo para a Europa, Bruxelas, 2003, disponível em URL <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0779:FIN:PT:PDF>, (27 de Abril de 2008)
- Comissão das Comunidades Europeias, Livro Verde: Espírito Empresarial na Europa, DG Empresas 2003
- Comissão das Comunidades Europeias, Livro Verde: Sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões, 2004
- Comissão das Comunidades Europeias, Política de inovação: actualizar a abordagem da União no contexto da estratégia de Lisboa, Bruxelas, 2003, disponível em URL <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0112:FIN:PT:PDF>, (25 de Abril de 2008)
- Decreto Regulamentar n.º 15/2002 de 14 de Março – Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga

- DONNELLY, Gibson e Ivancevich – Administração – Princípios Básicos de Gestão, 10.^a edição, Mcgraw-Hill, 2000
- DRUCKER, Peter – Desafios da Gestão para o Século XXI, Editora Civilização, 2000
- DRUCKER, Peter, 1990 – Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios - São Paulo, Pioneira Thompson Learning, 2003
- EDQUIST, Charles - The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An account of the state of the art, 2001, disponível em URL http://www.druid.dk/uploads/tx_picturedb/ds2001-178.pdf, (25 de Abril de 2008)
- Estrutura e Funcionamento da Democracia Local e Regional – DGAL, 2004
- Estudo do Impacto das Estratégias Regionais de Inovação na Competitividade e Emprego em Portugal – Reginova – SPI, publicado em Março de 2005, disponível em URL http://sigarra.up.pt/up/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1065742088/Boletim_n38.pdf, (26 de Abril de 2008)
- European Innovation Scoreboard – Comparative Analysis of Innovation Performance, 2005
- European Innovation Scoreboard – Comparative Analysis of Innovation Performance, 2006
- European Trend Chart on Innovation, Annual Innovation Policy Trends and Appraisal Report, Portugal, 2006, disponível em URL http://www.trendchart.org/reports/documents/Country_Report_Portugal_2006.pdf, (27 de Abril de 2008)
- Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos de Cidades Medias – DGOTDU – 1996
- HOLLANDRES, Hugo, European Regional Innovation Scoreboard, ETCI, 2006
- Investimento Público, Investimento Privado e Actividade Económica em Portugal, DPP, 2005, disponível em URL http://www.dpp.pt/pages/files/investimento_publico_privado.pdf, (27 de Abril de 2008)
- Livro verde sobre a Inovação, Comissão Europeia, 1995
- LÓPEZ, Mario R. – Innovation, Competitiveness and Development, 2000, disponível em URL <http://www.yorku.ca/hdrnet/images/uploaded/mario.pdf>, (25 de Abril de 2008)
- MARQUES, Isabel; Ribeiro, José Félix – “ As Regiões Europeias e as Actividades Baseadas no Conhecimento e na Inovação ”, Edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) 2003.
- MATEUS Augusto – Knowledge, Innovation, Competitiveness The Portuguese Regions, 2006, disponível em URL <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/lisbon07/presentations/Mateus.pdf>, (25 de Abril de 2008)
- MATEUS, Augusto – Estudos: Competitividade territorial e a coesão económica e social, Observatório do

QCA III, 2005

- MATEUS, Augusto – Perspectivas Sectoriais da Região Centro (workshop 1: industria), 2005
- MATEUS, Augusto – Perspectivas Sectoriais da Região Centro (workshop 3: recursos humanos e qualificações), 2005
- MOTA, Isabel e outros, Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, PANDORA, 2005
- NONAKA, I. e TAKEUCHI, H. – Criação de conhecimento na empresa, 13.^a edição - Editora Campus, 1997
- OCES, Inovação em Portugal – Diagnóstico e considerações prospectivas com base nos Inquéritos Comunitários à Inovação, 1995-2000, 2004
- Piano Estratégico di Venezia, disponível em URL http://www2.comune.venezia.it/pianostrategico/download/doc_PS_10_04.pdf, (25 de Abril de 2008)
- PINA, Carlos Costa, Qualidade nas Parcerias Público-Privadas, Workshop Parpública, Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2007, disponível em URL http://www.mf.gov.pt/discursos/int_SETF_20070705.pdf, (27 de Abril de 2008)
- Plano Estratégico de Coimbra, disponível em URL <http://www.cm-coimbra.pt/800.htm>, (25 de Abril de 2008)
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves – Chaves 2015, , disponível em URL <http://www.cm-chaves.pt/?path=/Portugu%EAAs/A%20Autarquia/Plano%20de%20Desenvolvimento%20estrat%E9gico%20-%20Chaves%202015>, (25 de Abril de 2008)
- Plano Estratégico de Sintra, disponível em URL <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4373>, (25 de Abril de 2008)
- Plano Estratégico do Município de Lagos, disponível em URL <http://www.cm-lagos.pt/NR/rdonlyres/CB594E70-73C4-4331-B070-87D89D8E45C2/0/OrientacoesdaCultura.pdf>, (25 de Abril de 2008)
- PORTER, Michael E. – Competition in Global Industries, Michael Porter/Harvard Business School, 1986
- PORTER, Michael E. – The Competitive Advantage of Nations, Michael Porter, 1990
- PORTER, Michael E. – Vantagem Competitiva, Editora Campus, 1989
- Portugal em números, INE, 2007, disponível em URL <http://alea-estp.ine.pt/english/html/statofic/html/conhece/pdf/Portugal2007.pdf>, (25 de Abril de 2008)
- Portugal Logístico – O Processo de Concretização: Avaliação Ambiental Estratégica – 2º Workshop, IDAD, 2006
- Portugal: Cluster's, Centros de Excelência e Potencial de Inovação e Atractividade, AICEP, 2006
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório MAOTDR, 2006, disponível em

URL http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/ADD0EDA8-B260-4F0F-9A0F-8B565EC7A321/0/PNPOT_Relatorio.pdf, (27 de Abril de 2008)

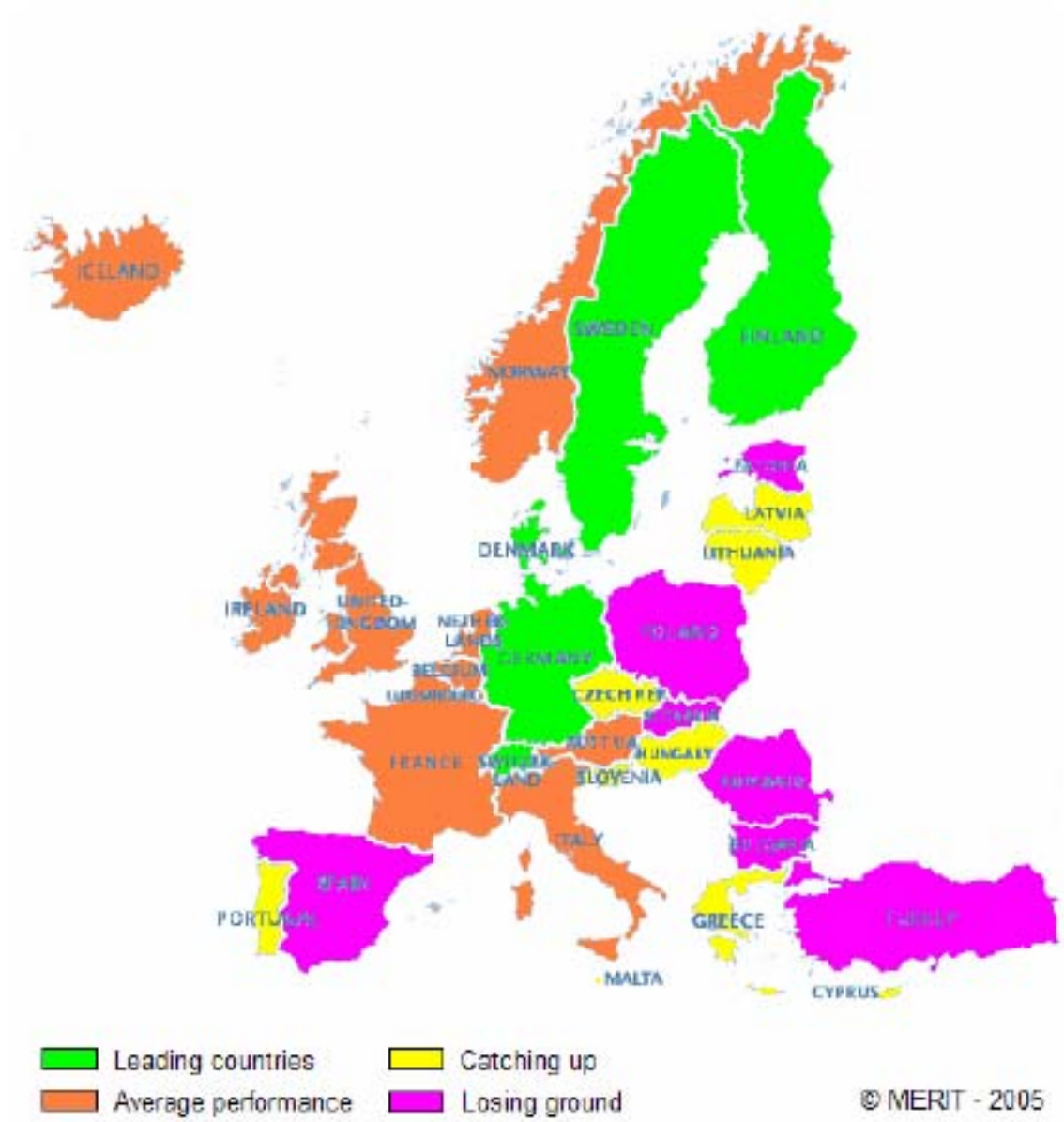
- Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – [FEDER], disponível em URL <http://www.qren.pt/>, (25 de Abril de 2008)
- PROINOV – Síntese da estratégia europeia de Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 2000
- Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013 (avaliação ex-Ante), Portugal, DPP, 2007
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, 2007, disponível em URL <http://www.qren.pt/>, (25 de Abril de 2008)
- Revista Economia & Prospectiva, Por Uma Economia Mais Competitiva, nº 21/22, DGCC, 2002
- Revista Prospectiva e Planeamento – Portugal: Cluster's, Centros de Excelência e Potencial de Inovação nas Regiões Exportadoras, n. 13, DPP, 2006
- SERRANO, António e outros – Cidades e Territórios do Conhecimento: um novo referencial para a competitividade – Edições SILABO, 2005

Capítulo VIII

Anexos

Anexo 1 - Enquadramento dos países no contexto EIS

Fonte: Comparative Analysis of Innovation Performance, EIS 2005



Anexo 2 - Human resources in science and technology by virtue of occupation (HRSTO) as a percentage of the labour force, by NUTS 2 regions, 2005

NUTS2	Name	2005a00	Colour1
	Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk		
be10	Gewest	30,1	2
be21	Prov. Antwerpen	27,7	3
be22	Prov. Limburg (B)	27,5	3
be23	Prov. Oost-Vlaanderen	30,8	2
be24	Prov. Vlaams Brabant	32,1	2
be25	Prov. West-Vlaanderen	30,1	2
be31	Prov. Brabant Wallon	34	2
be32	Prov. Hainaut	26,6	3
be33	Prov. Liège	28,8	3
be34	Prov. Luxembourg (B)	29,9	3
be35	Prov. Namur	31,8	2
bg31	Severozapaden	:	:
bg32	Severen tsentralen	:	:
bg33	Severoiztochen	:	:
bg41	Yugozapaden	:	:
bg42	Yuzhen tsentralen	:	:
bg34	Yugoiztochen	:	:
cz01	Praha	47,7	1
cz02	Strední Cechy	27,7	3
cz03	Jihozápad	27,1	3
cz04	Severozápad	24	3
cz05	Severovýchod	27,8	3
cz06	Jihovýchod	31,5	2
cz07	Strední Morava	26,1	3
cz08	Moravskoslezsko	26,7	3
dk00	Denmark	34,6	2
de11	Stuttgart	33,8	2
de12	Karlsruhe	34,2	2
de13	Freiburg	31,7	2
de14	Tübingen	34,8	2
de21	Oberbayern	38,9	2
de22	Niederbayern	23,6	3
de23	Oberpfalz	28,2	3
de24	Oberfranken	29,1	3
de25	Mittelfranken	37,2	2
de26	Unterfranken	29,9	3
de27	Schwaben	29,1	3
de30	Berlin	37,4	2
de41	Brandenburg - Nordost	27,2	3
de42	Brandenburg - Südwest	27,3	3
de50	Bremen	28,6	3
de60	Hamburg	38,8	2
de71	Darmstadt	36,1	2
de72	Gießen	30,8	2
de73	Kassel	32,2	2
de80	Mecklenburg-Vorpommern	25,5	3
de91	Braunschweig	35,3	2
de92	Hannover	32,8	2

de93	Lüneburg	29	3
de94	Weser-Ems	28	3
dea1	Düsseldorf	32,4	2
dea2	Köln	37,3	2
dea3	Münster	30,7	2
dea4	Detmold	28	3
dea5	Arnsberg	30,4	2
deb1	Koblenz	30,7	2
deb2	Trier	34,8	2
deb3	Rheinhausen-Pfalz	31,6	2
dec0	Saarland	29,8	3
ded1	Chemnitz	26,4	3
ded2	Dresden	26,4	3
ded3	Leipzig	28,3	3
dee1	Dessau	23,2	3
dee2	Halle	25,5	3
dee3	Magdeburg	26	3
def0	Schleswig-Holstein	30,1	2
deg0	Thüringen	27,6	3
ee00	Estonia	25,2	3
ie01	Border, Midlands and Western	18,2	4
ie02	Southern and Eastern	23,5	3
gr11	Anatoliki Makedonia, Thraki	13	4
gr12	Kentriki Makedonia	19,8	4
gr13	Dytiki Makedonia	17,9	4
gr14	Thessalia	15,4	4
gr21	Ipeiros	18	4
gr22	Ionia Nisia	11,2	4
gr23	Dytiki Ellada	15,2	4
gr24	Stereia Ellada	14,4	4
gr25	Peloponnisos	13,8	4
gr30	Attiki	25,2	3
gr41	Voreio Aigaio	17,6	4
gr42	Notio Aigaio	14,1	4
gr43	Kriti	17,1	4
es11	Galicia	18,2	4
es12	Principado de Asturias	21,7	3
es13	Cantabria	19,8	4
es21	Pais Vasco	28,9	3
es22	Comunidad Foral de Navarra	25,1	3
es23	La Rioja	19,6	4
es24	Aragón	23,1	3
es30	Comunidad de Madrid	30,3	2
es41	Castilla y León	19,8	4
es42	Castilla-la Mancha	17,1	4
es43	Extremadura	16,4	4
es51	Cataluña	23,5	3
es52	Comunidad Valenciana	18,8	4
es53	Illes Balears	16,1	4
es61	Andalucia	18,3	4
es62	Región de Murcia	17,7	4
es63	Ciudad Autónoma de Ceuta (ES)	18,9	4

es64	Ciudad Autónoma de Melilla (ES)	21,3	3
es70	Canarias (ES)	18	4
fr10	Île de France	37,6	2
fr21	Champagne-Ardenne	21,1	3
fr22	Picardie	23,6	3
fr23	Haute-Normandie	24,4	3
fr24	Centre	25	3
fr25	Basse-Normandie	27,1	3
fr26	Bourgogne	23	3
fr30	Nord - Pas-de-Calais	24,1	3
fr41	Lorraine	24	3
fr42	Alsace	29,2	3
fr43	Franche-Comté	26,7	3
fr51	Pays de la Loire	25,7	3
fr52	Bretagne	25,1	3
fr53	Poitou-Charentes	21,9	3
fr61	Aquitaine	27,8	3
fr62	Midi-Pyrénées	27,4	3
fr63	Limousin	25,9	3
fr71	Rhône-Alpes	28,2	3
fr72	Auvergne	26,7	3
fr81	Languedoc-Roussillon	24	3
fr82	Provence-Alpes-Côte d'Azur	26,9	3
fr83	Corse	22,8	3
itc1	Piemonte	26,1	3
itc2	Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste	27,7	3
itc3	Liguria	32,6	2
itc4	Lombardia	31,2	2
itd1	Provincia Autonoma Bolzano-Bozen	26,1	3
itd2	Provincia Autonoma Trento	27,5	3
itd3	Veneto	26,4	3
itd4	Friuli-Venezia Giulia	26,5	3
itd5	Emilia-Romagna	27,5	3
ite1	Toscana	29,1	3
ite2	Umbria	26,2	3
ite3	Marche	24,2	3
ite4	Lazio	31,5	2
itf1	Abruzzo	27	3
itf2	Molise	24,2	3
itf3	Campania	23,1	3
itf4	Puglia	21,7	3
itf5	Basilicata	25,7	3
itf6	Calabria	25,5	3
itg1	Sicilia	24,3	3
itg2	Sardegna	21,6	3
cy00	Cyprus	24,1	3
lv00	Latvia	23,3	3
lt00	Lithuania	24,7	3
lu00	Luxembourg (Grand-Duché)	36,7	2
hu10	Közép-Magyarország	32,6	2
hu21	Közép-Dunántúl	18,8	4
hu22	Nyugat-Dunántúl	18,1	4

hu23	Dél-Dunántúl	22,6	3
hu31	Észak-Magyarország	21,2	3
hu32	Észak-Alföld	20	4
hu33	Dél-Alföld	20,2	3
mt00	Malta	23,5	3
nl11	Groningen	34,8	2
nl12	Friesland	31,3	2
nl13	Drenthe	31,3	2
nl21	Overijssel	31,9	2
nl22	Gelderland	34,1	2
nl23	Flevoland	34,5	2
nl31	Utrecht	42,7	1
nl32	Noord-Holland	39,4	2
nl33	Zuid-Holland	38	2
nl34	Zeeland	28,3	3
nl41	Noord-Brabant	33,4	2
nl42	Limburg (NL)	30,7	2
at11	Burgenland	25	3
at12	Niederösterreich	32,5	2
at13	Wien	35,1	2
at21	Kärnten	26,9	3
at22	Steiermark	27,6	3
at31	Oberösterreich	27,5	3
at32	Salzburg	28,3	3
at33	Tirol	26,4	3
at34	Vorarlberg	28,1	3
pl11	Lódzkie	21,2	3
pl12	Mazowieckie	29,5	3
pl21	Malopolskie	18,1	4
pl22	Slaskie	21,3	3
pl31	Lubelskie	21,3	3
pl32	Podkarpackie	21,1	3
pl33	Swietokrzyskie	17,1	4
pl34	Podlaskie	17,5	4
pl41	Wielkopolskie	17,2	4
pl42	Zachodniopomorskie	20,5	3
pl43	Lubuskie	18,1	4
pl51	Dolnoslaskie	22,3	3
pl52	Opolskie	18,5	4
pl61	Kujawsko-Pomorskie	18,6	4
pl62	Warminsko-Mazurskie	19,4	4
pl63	Pomorskie	18,5	4
pt11	Norte	11	4
pt15	Algarve	17,2	4
pt16	Centro (PT)	12,1	4
pt17	Lisboa	25,8	3
pt18	Alentejo	15,1	4
pt20	Região Autónoma dos Açores (PT)	12,6	4
pt30	Região Autónoma da Madeira (PT)	15,4	4
ro11	Nord-Vest	15	4
ro12	Centru	16,5	4
ro21	Nord-Est	13,6	4

ro22	Sud-Est	15,1	4
ro31	Sud - Muntenia	12,7	4
ro32	Bucuresti - Ilfov	32,4	2
ro41	Sud-Vest Oltenia	14,2	4
ro42	Vest	15,6	4
si00	Slovenia	28,9	3
sk01	Bratislavský kraj	38,5	2
sk02	Západné Slovensko	22,5	3
sk03	Stredné Slovensko	24,7	3
sk04	Východné Slovensko	20,7	3
fi13	Itä-Suomi	23,4	3
fi18	Etelä-Suomi	33,7	2
fi19	Länsi-Suomi	27,3	3
fi1a	Pohjois-Suomi	28,1	3
fi20	Åland	30	3
se01	Stockholm	46,3	1
se02	Östra Mellansverige	33,2	2
se04	Sydsverige	33,6	2
se06	Norra Mellansverige	28,6	3
se07	Mellersta Norrland	30,7	2
se08	Övre Norrland	32,8	2
se09	Småland med öarna	29,7	3
se0a	Västsverige	34,8	2
ukc1	Tees Valley and Durham	20,6	3
ukc2	Northumberland, Tyne and Wear	21,2	3
ukd1	Cumbria	22	3
ukd2	Cheshire	26,2	3
ukd3	Greater Manchester	22,5	3
ukd4	Lancashire	22,6	3
ukd5	Merseyside	22,1	3
uke1	East Riding and North Lincolnshire	17,5	4
uke2	North Yorkshire	24,7	3
uke3	South Yorkshire	20,6	3
uke4	West Yorkshire	24,3	3
ukf1	Derbyshire and Nottinghamshire	20,5	3
ukf2	Leicestershire, Rutland and Northants	23,3	3
ukf3	Lincolnshire	21,1	3
ukg1	Herefordshire, Worcestershire and Warks	25,1	3
ukg2	Shropshire and Staffordshire	21,1	3
ukg3	West Midlands	22,3	3
ukh1	East Anglia	25,4	3
ukh2	Bedfordshire, Hertfordshire	29,3	3
ukh3	Essex	23,9	3
uki1	Inner London	35,1	2
uki2	Outer London	29,2	3
ukj1	Berkshire, Bucks and Oxfordshire	28,5	3
ukj2	Surrey, East and West Sussex	30,1	2
ukj3	Hampshire and Isle of Wight	23,6	3
ukj4	Kent	25,1	3
ukk1	Gloucestershire, Wiltshire and North Somerset	27,5	3
ukk2	Dorset and Somerset	24,2	3
ukk3	Cornwall and Isles of Scilly	16,9	4

ukk4	Devon	21,7	3
ukl1	West Wales and The Valleys	19,3	4
ukl2	East Wales	25,9	3
ukm1	North Eastern Scotland	27,8	3
ukm2	Eastern Scotland	25,1	3
ukm3	South Western Scotland	23,9	3
ukm4	Highlands and Islands	22	3
ukn0	Northern Ireland	23,4	3
is	Iceland	32	2
no01	Oslo og Akershus	46,3	1
no02	Hedmark og Oppland	25,6	3
no03	Sør-Østlandet	31	2
no04	Agder og Rogaland	32,3	2
no05	Vestlandet	31,8	2
no06	Trøndelag	34,9	2
no07	Nord-Norge	29,2	3
ch01	Région lémanique	36,8	2
ch02	Espace Mittelland	35,2	2
ch03	Nordwestschweiz	40	2
ch04	Zürich	42	1
ch05	Ostschweiz	31,9	2
ch06	Zentralschweiz	31,9	2
ch07	Ticino	34,7	2

Anexo 3 - Cluster's Baixo Vouga

Calculo auxiliares das percentagens correspondentes para os clusters do Baixo Vouga, no contexto nacional

n.º UN	Vinho							Cerâmica		Metal	Telecomunicações			
	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+D G	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Portugal	52 122	7032	9 515	2 216	4 212	4 843	1 096	1 141	3677	7737	3133	1 671	846	5 003
Continente	50 933	6712	9 454	2 209	4 055	4 741	1 078	1 127	3 576	7 486	3 101	1 649	828	4 917
Centro	12 019	2084	861	211	1 102	795	268	437	1387	2137	1042	366	243	1 086
Baixo Vouga	2 653	350	149	33	225	177	59	89	259	672	193	107	114	226
Águeda	640	33	33	1	31	31	3	25	65	233	48	20	42	75
Albergaria-a-Velha	162	13	15	1	19	7	3	6	9	45	23	6	9	6
Anadia	219	45	7	-	33	25	4	15	22	33	6	3	12	14
Aveiro	427	82	13	-	23	36	15	4	47	92	39	29	12	35
Estarreja	109	19	5	2	9	6	9	2	4	24	10	6	-	13
Ílhavo	192	47	9	-	13	6	2	7	17	41	21	7	15	7
Mealhada	96	26	6	-	11	7	2	3	18	17	1	1	-	4
Murtosa	29	5	-	-	5	7	1	1	-	6	1	-	-	3
Oliveira do Bairro	210	24	8	-	12	12	3	5	43	57	18	3	9	16
Ovar	358	35	49	27	44	28	13	14	10	47	13	28	9	41
Sever do Vouga	105	9	2	2	13	8	1	1	2	52	4	1	3	7
Vagos	106	12	2	-	12	4	3	6	22	25	9	3	3	5

Contexto Reg.														
Centro do BV	31,05%								18,67%	31,45%	18,52%			
Contexto do BV no Nacional	4,98%								7,04%	8,69%	6,16%			

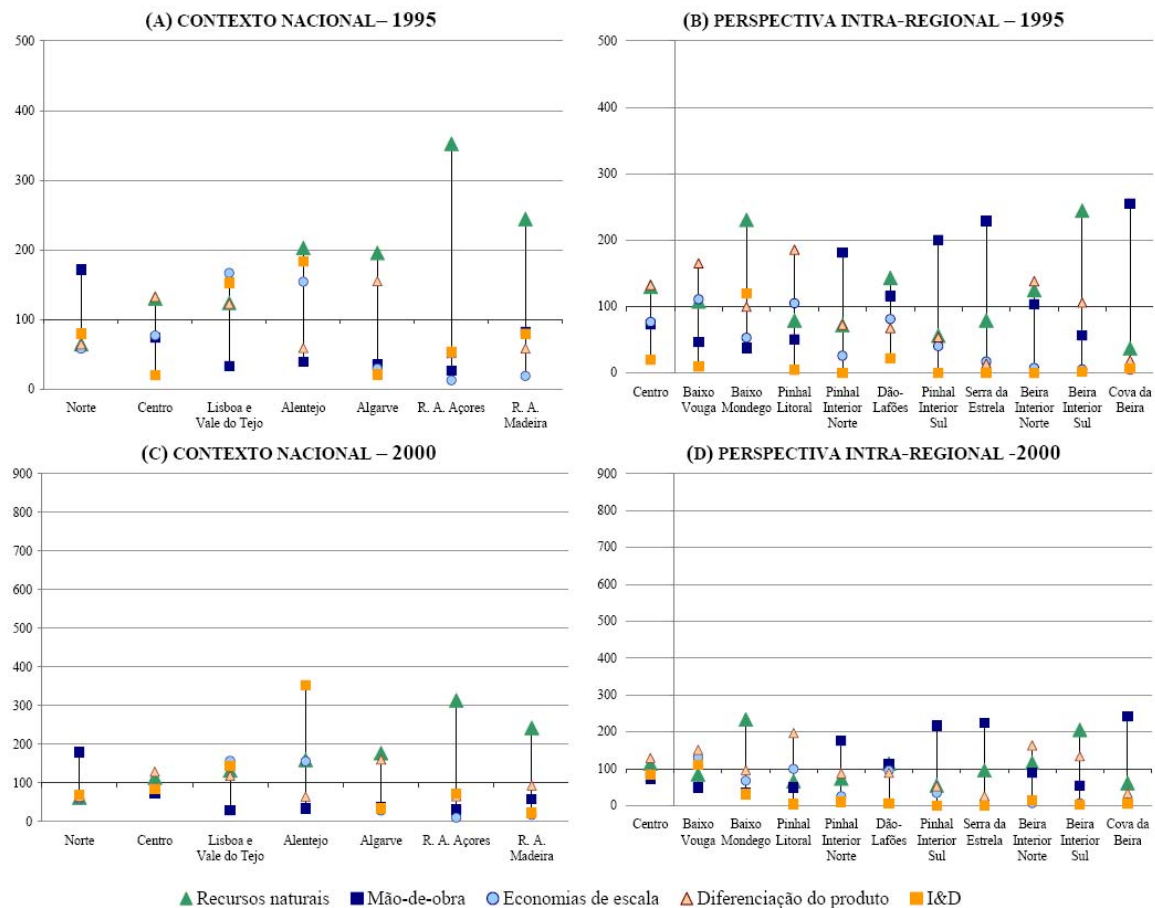
1.º Aveiro
2.º Ílhavo
3.º Anadia

1.º Águeda Águeda Águeda
2.º Aveiro Aveiro Aveiro

Anexo 4 - Linhas de Evolução da Indústria

Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade: Região Centro “versus” Contexto Nacional (Portugal: 100) (Mateus, 2005: 8)

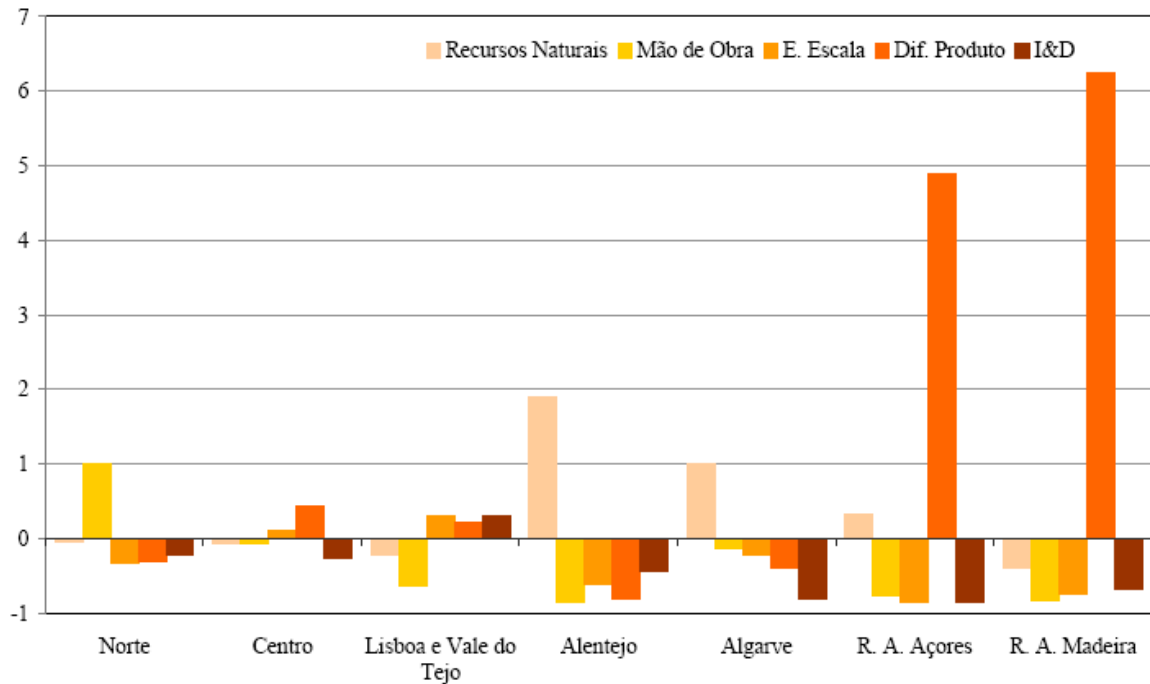
Fonte: Elaborado com base em dados do INE, Contas regionais e DEEP, Quadros de Pessoal



Anexo 5 – Factores chave de competitividade

Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade: Região Centro “versus” Contexto Nacional (2000) (Mateus, 2005: 9)

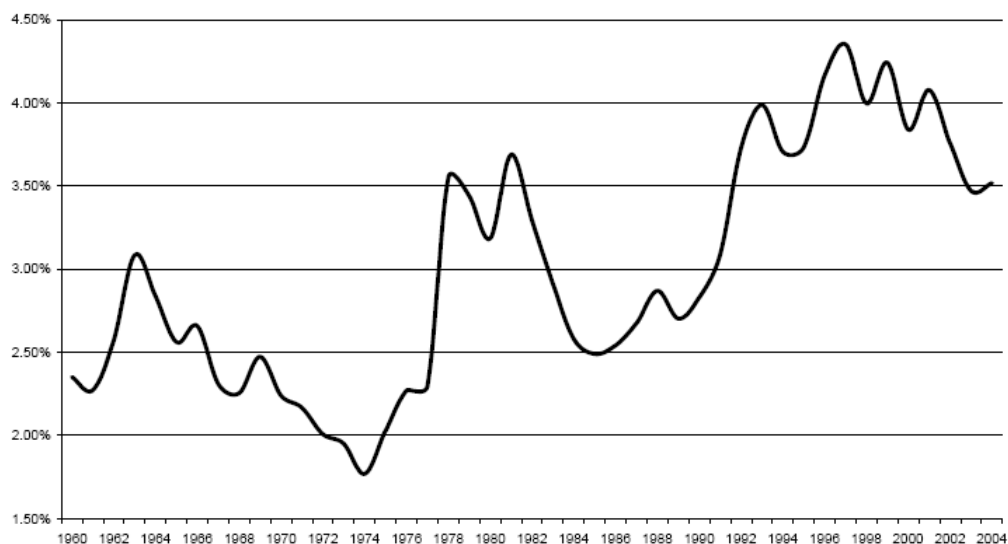
Fonte: Elaborado com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional



Nota: As VCR resultam da comparação entre o peso relativo de um sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico representam o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Anexo 6 - Investimento da Administração Pública (% do PIB)

Fonte: Investimento Público, Investimento Privado e Actividade Económica em Portugal, DDP, 2005: 12 (AMECO, primavera de 2005)



Anexo 7 - Investimento da Administração Pública (% do investimento total)

Fonte: Investimento Público, Investimento Privado e Actividade Económica em Portugal, DDP, 2005: 12 (AMECO, primavera de 2005)

